

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**MOVIMENTOS SOCIAIS, TECNOLOGIAS DA
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC'S) E EDUCAÇÃO
DE JOVENS E ADULTOS TRABALHADORES (EJAT):
DESAFIOS NA FORMAÇÃO DO (A) PEDAGOGO (A)**

DANIELLE ESTRELA XAVIER

BRASÍLIA, JULHO DE 2012

DANIELLE ESTRELA XAVIER

**MOVIMENTOS SOCIAIS, TECNOLOGIAS DA
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC'S) E EDUCAÇÃO
DE JOVENS E ADULTOS TRABALHADORES (EJAT):
DESAFIOS NA FORMAÇÃO DO (A) PEDAGOGO (A)**

Trabalho Final de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia, à Comissão Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, sob a orientação da professora Me. Maria Luiza Pinho Pereira.

BRASÍLIA-DF, JULHO de 2012.

DANIELLE ESTRELA XAVIER

**MOVIMENTOS SOCIAIS, TECNOLOGIAS DA
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC'S) E EDUCAÇÃO
DE JOVENS E ADULTOS TRABALHADORES (EJAT):
DESAFIOS NA FORMAÇÃO DO (A) PEDAGOGO (A)**

Trabalho Final de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia, à Comissão Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, sob a orientação da professora Me. Maria Luiza Pinho Pereira.

Comissão Examinadora:

Profa. Me. Maria Luiza Pinho Pereira (orientadora)
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Profa. Dra. Maria Alexandra Militão Rodrigues
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Prof. Dr. Erlando da Silva Rêses
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Brasília-DF, 20 de julho de 2012.

Dedicatória

Dedico este a minha mãe, Zeneide Guilherme Estrela Xavier (in memoria), a primeira pessoa por quem me apaixonei e que me fez apaixonar pela vida, a mulher mais bela e mais incrível de minha existência, que foi e me ensinou a ser mãe.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço a Deus Todo-Poderoso pelas experiências vividas e pelas pessoas maravilhosas que colocou em meu caminho. Sem elas, nada disso seria possível.

Aos meus pais, Vaucenir Francisco Xavier e Zeneide Guilherme Estrela Xavier (*in memoria*), por todo amor e carinho dedicado à minha criação.

Ao meu esposo, Kellio Melo Rodrigues, por todo amor e paciência durante toda a minha graduação e pelo desprendimento e compreensão nos momentos que deixei de estar com ele.

Ao Heitor Estrela Rodrigues, meu filho querido, que foi gerado enquanto estava produzindo este trabalho e que, como uma benção divina, nunca apresentou problema algum durante a gravidez, pelo contrário, sempre me ajudou a estar disposta e com saúde para ultrapassar todas as etapas necessárias.

Aos meus irmãos, Guilherme Estrela, Débora Estrela Xavier, Walter Estrela Xavier e Lucas Estrela Xavier, e sobrinhos, Thuanny, Guilherme Júnior, Marcus Vinícius, Gustavo Henrique, Gabriella Cristinna e Matheus Henrique, por existirem na minha vida e me fazerem acreditar que um mundo melhor é possível.

À minha sogra, Raimunda da Silva Melo Rodrigues, que, na ausência da minha mãe, me ajudou muito nos momentos difíceis desta minha trajetória.

À minha grande mestra e orientadora, Maria Luiza Pinho Pereira, nossa eterna Maria Luiza Pereira Angelim, pela primorosa orientação e incansável dedicação sem a qual este trabalho não teria tomado corpo e forma. Muito obrigada por ter acreditado e ter me incentivado, principalmente, nos momentos de maior desânimo e cansaço.

À Meire Cristina Cunha por todo conhecimento político, pedagógico e tecnológico que me ensinou e pela paixão que me ajudou a despertar para a luta junto aos movimentos sociais, sobretudo aos Fóruns Estaduais e Distrital de EJA do Brasil.

Estendo o agradecimento aos demais companheiros da Equipe de auxiliares de pesquisa do Portal dos Fóruns de EJA do Brasil: Tiel, Samuel, Thais, Werner Ward, Juliana Arraes, Juliana Gonçalves, João Felipe, Andreia Soares, Terezinha Sant'Ana,

À minha amiga e companheira Mayra de Godoy Ponteiro, amiga de todas as horas e que me ajudou na concretização deste trabalho. Só Deus sabe o que passamos para chegar até aqui.

À querida Maria Madalena Torres, depois da minha mãe, uma das pessoas mais humanas e verdadeiras que conheci. Que também me despertou para a luta no movimento social e pelo compromisso de lutar por uma cidade melhor. Fez com que me apaixonasse pela minha cidade – Ceilândia/DF.

Aos professores da Faculdade de Educação que me marcaram e contribuíram para minha formação mais do que acadêmica, mas para a vida: Erlando da Silva Rêses, Renato Hilário dos Reis, Maria Alexandra Militão Rodrigues, Maria Clarisse Vieira, Ruth Gonçalves de Faria Lopes, Catarina de Almeida Santos, Carmenísia Jacobina Aires, José Vieira de Sousa, Maria Lídia Bueno Fernandes e tantos outros que não estão na escrita, mas estarão pra sempre no meu coração.

Ao Movimento Popular por uma Ceilândia Melhor (MOPOCEM), organização que vi nascer e que tem me ajudado a crescer como pessoa.

A todos e todas que passaram por mim e deixaram um pouco de si em minha vida. Muito obrigada!

Evolução

“Pudera eu dizer

Num breve verso

A grandeza da transformação

E evolução de uma

Pequena Borboleta

Que explica a metamorfose da vida

Num leve balanço do ar...” (Karen Triacca)

XAVIER, Danielle Estrela. Movimentos Sociais, Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) e Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores (EJAT): Desafios na Formação do(a) Pedagogo(a). Brasília-DF, Universidade de Brasília/Faculdade de Educação (Trabalho Final de Curso), 2012.

RESUMO

Este trabalho procura revelar algumas das experiências significativas vivenciadas pela pesquisadora, e por outros estudantes de Pedagogia, que assumiram o desafio de lidar com temas tão complexos e essenciais no campo da Pedagogia: Movimentos Sociais, Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) e Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores (EJAT), durante sua formação no curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. A pesquisa traz uma abordagem qualitativa com observação participativa, levantamento bibliográfico e documental dos temas abordados na pesquisa e análise de entrevistas. Está dividido em quatro capítulos que, por meio do exercício reflexivo, tenta sistematizar estas experiências, aliando teoria e prática de forma complementar, conforme essas foram se dando ao longo da trajetória acadêmica de uma pedagoga em formação: Memorial; O Portal dos Fóruns de EJA do Brasil como espaço de formação; Meu encontro NO movimento social: o despertar de uma pedagoga militante pela EJAT e; Lições sobre Ceilândia: 41 anos luta, superação e novos desafios. A partir das experiências relatadas, considera-se como é importante que o Pedagogo, independente das escolhas e da trajetória educativa percorrida, tem que estar preocupado com a formação dos sujeitos de saberes, considerando suas especificidades, experiências e espaços educativos, formais ou não formais.

Palavras-chave: Movimentos Populares – Tecnologias de Informação e Comunicação – Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores - MOPOCEM

XAVIER, Danielle Estrela. Movimentos Sociais, Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) e Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores (EJAT): Desafios na Formação do (a) Pedagogo (a). Brasília-DF, Universidade de Brasília/Faculdade de Educação (Trabalho Final de Curso), 2012.

ABSTRACT

This paper seeks to reveal some of the significant experiences lived by the researcher and other Pedagogy students, which took up the challenge of dealing with issues as complex and essences in the field of Pedagogy: Social Movements, Information and Communication Technologies (TICs) and Education for Working Youngsters and Adults (EJAT), during my graduation in Pedagogy at the Faculty of Education of the University of Brasilia. The research is a qualitative approach with participant observation, bibliographic and documentary of the issues addressed in the research and analysis of interviews. It is divided into four parts which by means of the reflective exercise, try to systematize these experiences, combining both theory and practice in a complementary way, as these subjects being developed along the academic path of an educator in training: Memorial, The Portal of the Forums of the EJA Brazil as a place of training; Finding myself at the social movement: the awakening of an educator and activist for EJAT; Lessons in Ceilândia: 41 years of fighting, new challenges and overcoming. From the experiments reported, it is considered how important it is that the Pedagogue, regardless of educational choices and the path traveled has to be concerned with the formation of the “sujeitos de saberes”, considering their particularities, experiences and educational spaces, whether formal or not.

Key words: Popular Movements - Information and Communication Technologies - Education for Working Youngsters and Adults - MOPOCEM.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Sala do Portal dos Fóruns de EJA do Brasil	27
Figura 2 - Vivência Integrativa do Rio Aberto	30
Figura 3 - Mesa de abertura do III SNF, realizado de 26 a 28/05/2010.....	35
Figura 4 - I Encontro de Educação de Jovens e Adultos da Região Sul (I EREJA SUL), realizado nos dias 18 e 19 de agosto de 2011	42
Figura 5 - Webconferência: Paulo Freire, o Andarilho, realizada no dia 05 de outubro de 2011, durante a Semana Universitária da UnB	48
Figura 6 - Roda inicial no espaço de convivência.	51
Figura 7 - Tendência de Evolução das Interações Individual X Coletivo nos Círculos de Cultura. Visando a Autonomia da Aprendizagem.....	54
Figura 8 - Primeiro Mapa de Ceilândia, 1971	83
Figura 9 - Ceilândia no começo, barracos recém-construídos.	84
Figura 10 - Incansáveis 1971	85
Figura 11 – Página da internet do FORUMEJA/ MOPOCEM.....	95

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Tipo de organizações contatadas	90
Gráfico 2 - Tipo de organizações pesquisadas	90
Gráfico 3 - Demandas da Comunidade em relação às ONGs	91
Gráfico 4 - Demandas da Comunidade em relação às ABs	91

SUMÁRIO

RESUMO	viii
ABSTRACT	ix
LISTA DE FIGURAS	x
LISTA DE GRÁFICOS.....	xi
SUMÁRIO	xii
APRESENTAÇÃO	14
I. MEMORIAL.....	16
1.1 <i>Orgulho da minha raiz nordestina.....</i>	17
1.2 <i>A chegada da família à Ceilândia.....</i>	19
1.3 <i>A realização de um sonho – UnB “aí vou eu”.....</i>	22
1.4 <i>Minhas idas e vindas durante a trajetória acadêmica.....</i>	23
1.5 <i>Encontro com a EJAT: amor à primeira vista</i>	26
II. O PORTAL COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO.....	32
2.1 <i>O mergulho no Portal.....</i>	33
2.2 <i>O mergulho nas Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC's.....</i>	38
2.3 <i>A linguagem audiovisual na formação do pedagogo.....</i>	40
2.4 <i>Novas experiências a partir do Portal.....</i>	44
III. MEU ENCONTRO NO MOVIMENTO SOCIAL E O DESPERTAR DE UMA PEDAGOGA MILITANTE PELA EJAT.....	59
2.5 <i>A Educação de Jovens e Adultos no Brasil.....</i>	60
2.6 <i>A Educação de Jovens e Adultos no DF.....</i>	68
2.7 <i>Compreendendo as teorias sobre os movimentos sociais</i>	75

IV. LIÇÕES SOBRE CEILÂNDIA: 41 ANOS DE LUTA, SUPERAÇÃO E NOVOS DESAFIOS.....	79
3.1 <i>O surgimento dos movimentos populares de Ceilândia</i>	<i>84</i>
3.2 <i>O nascimento do MOPOCEM: um movimento de ampla composição .</i>	<i>94</i>
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	102
PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS FUTURAS	103
REFERÊNCIAS	104

APRESENTAÇÃO

Este trabalho tem o objetivo de, por meio da reflexão e sistematização de algumas experiências vividas por mim e por alguns estudantes que também passaram pela Equipe de auxiliares de pesquisa do Portal dos Fóruns de EJA do Brasil, registrar as significações das vivências enquanto pedagoga/pesquisadora/militante em formação, a partir do contato com os Movimentos Sociais, com as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) e com a Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores (EJAT), durante o curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

Ao relembrar os fatos narrados à frente e tantos outros que, por algumas razões, não pude acrescentar a este trabalho, percebi, por meio do exercício reflexivo, o quanto amadureci durante esse processo e do quão significativo seria poder dividir com as pessoas que passaram e outras que poderão vir a passar por processos formativos semelhantes.

O trabalho está organizado em quatro capítulos que, ao longo do texto, procuram aliar teoria e prática de forma complementar, da mesma maneira como estas foram sendo construídas e reconstruídas ao longo do meu percurso acadêmico.

No primeiro capítulo, apresento o meu memorial onde relato os momentos significativos para minha formação como ser humano e como pedagoga. Trago, no início, um pouco da história dos meus pais que teve uma forte influência na minha trajetória e escolhas ao longo de minha vida e, posteriormente, apresento como se deu a minha inserção nos espaços educativos desde o jardim de infância até chegar à universidade.

No segundo, defendo como o Projeto de pesquisa Portal dos Fóruns de EJA do Brasil se tornou o “divisor de águas” da minha formação e de como consegui, a partir das experiências vividas nele e em outros projetos da Faculdade de Educação, crescer humana, profissional, tecnológica e politicamente.

No terceiro, aponto alguns conceitos teóricos que fui adquirindo e aprimorando, à medida que fui me envolvendo com o movimento social de EJA e de como esses conceitos influenciaram a minha prática.

Por fim, em decorrência das minhas experiências vividas e das escolhas que fui fazendo ao longo do referido curso, optei por apresentar, no quarto e último

capítulo, um pouco da história da cidade que me acolheu nos últimos 28 anos, Ceilândia/DF, e da história do Movimento Popular por uma Ceilândia Melhor (MOPOCEM) que despertou a moradora antes alienada da realidade de sua comunidade para a militância de uma cidade melhor.

I. MEMORIAL

1.1 Orgulho da minha raiz nordestina

Como a maioria dos moradores da cidade onde resido – Ceilândia/DF, tenho descendência nordestina. Considerada a segunda maior cidade – fora do nordeste, com maior índice de descendentes nordestinos (São Paulo é a primeira) Ceilândia, fruto da luta e da resistência dos seus moradores, construtores de Brasília, é também inspiração para muitas pessoas que vivem e acreditam na luta dos movimentos sociais e populares.

No entanto, mesmo com um histórico marcante, grande parte da nova geração de moradores da cidade não conhece sua história. Eu, particularmente, sou uma dessas que, por muito tempo, não fazia ideia do que se tinha se passado no início de sua construção.

Contudo, antes de entrar nessa história fascinante de desafios, lutas e conquistas protagonizada pelos vários nordestinos trabalhadores e trabalhadoras ou pessoas de outras regiões que saíram de suas terras natais em busca de melhores condições de vida, contarei um pouco de como, tornando-me pedagoga, despertei para a militância no movimento social, sobretudo no campo da Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores, o que me fez ser uma pessoa melhor e me tornar verdadeira filha de Ceilândia.

Para entender um pouco da minha trajetória educativa, achei importante iniciar o meu memorial contando um pouco da história dos meus pais, o que sempre foi para mim motivo de orgulho e que, sem dúvida, contribuiu para me tornar quem sou hoje.

Meus pais nasceram em municípios vizinhos, porém, de estados diferentes. Minha mãe, Zeneide Guilherme Estrela Xavier (*in memoriam*), nasceu na Paraíba e meu pai, Vaucenir Francisco Xavier, no Ceará. Sempre achei interessante e até engraçado porque o terreno da casa dos pais deles era separado apenas por uma cerca que dividia os sítios e seus respectivos municípios e estados. Eles começaram a namorar aos doze anos de idade.

Entre a infância e a adolescência, a principal atividade deles era o trabalho. Minha mãe ajudando a sua a cuidar da casa e dos irmãos menores e meu pai trabalhando na roça. Nas poucas vezes que conversamos sobre sua infância, minha mãe dizia que, no interior do nordeste, as crianças tinham que aprender, desde

cedo, a lidar com os afazeres domésticos. E esse, de fato, não era um costume apenas de sua família, mas de quase todas que moravam na região.

Desde pequenos, segundo minha mãe, as meninas e os meninos tinham suas tarefas, domésticas ou da roça, delegadas e, geralmente, eram distribuídas de acordo com a faixa etária e com o grau de complexidade e de força física necessária para realizá-las. As meninas, por exemplo, aos seis anos de idade já podiam varrer o terreiro, dar comida para as galinhas, quando chegavam aos nove, eram “promovidas” a fazer comida, arrumar a casa, lavar a louça e, a partir dos doze, a lavar roupa, buscar água no “cacimbão”¹ e cuidar dos irmãos mais novos. Os meninos, em sua maioria, só lidavam com a roça.

Apesar da vida dura, minha mãe dizia que sentia saudades de sua infância, pois, também tinha os momentos de diversão, em que brincavam de roda com seus irmãos e amigos, de subir em árvore, de nadar no rio e de, algumas vezes, ir às festas, em sua maioria, festas dos padroeiros das cidades vizinhas.

Entre términos e reconciliações, meus pais namoraram até os dezesseis anos, quando meu pai teve um desentendimento com o seu e, mesmo gostando muito da minha mãe, resolveu sair de casa e tentar a vida em São Paulo. Na verdade, na década de 1970, era muito comum, sobretudo os homens, deixarem, por razões diversas, suas terras natais em busca de melhores condições de vida nos estados da região sul e sudeste. Ele chegou a São Paulo no ano de 1971.

Sete anos depois da separação, minha mãe também foi para São Paulo. Eles voltaram a namorar e ela acabou engravidando, porém, por alguns percalços, romperam o relacionamento e, antes que seu primeiro filho, Guilherme Estrela, completasse um ano de vida, ela voltou para a casa de seus pais na Paraíba.

Meu pai, que era muito apaixonado, não aguentou e foi atrás dela e de seu pequeno herdeiro. Eles se acertaram e se casaram no dia 26 de agosto de 1980. Como já não tinham muita perspectiva nas cidades de origem e também não deram certo em São Paulo, resolveram mudar-se para Brasília, pois meu pai tinha uma irmã que morava aqui com seu esposo e três filhos pequenos.

A casa da minha tia não ficava exatamente em Brasília, mas em Taguatinga/DF, uma das cidades do Distrito Federal. Aliás, também não era uma casa convencional e sim um barraco, com três cômodos (sala, quarto e cozinha) e

¹ Cacimba: 3. Regionalismo: Nordeste do Brasil. Escavação, semelhante a um poço, em local baixo e úmido ou em leito seco de rio, onde a água do solo se acumula (HOUAISS, 2007).

um banheiro. Meus pais moraram com eles cerca de seis meses, porém, apesar do carinho com que meus tios os receberam, eles decidiram procurar outro lugar para morar. E, mesmo tendo se mudado para um lugar ainda menor, um quarto com um banheiro, que inclusive ficava na mesma cidade, meus pais se sentiram mais aliviados, pois como diz o ditado, por pior que seja “quem casa, quer casa”.

O fato de saber que meus pais começaram assim, me marcou bastante tanto que não me esqueço do que minha mãe disse sobre sua chegada a Brasília “quando me casei e vim para Brasília, eu só tinha uma máquina de costura, que trouxe do nordeste, uma cama, um fogão e o Guilherme.” E no cômodo que meus pais moraram, provavelmente, não cabia mais do que isso. Meu pai e minha mãe dormiam na cama de casal e o Guilherme, em uma rede armada acima da mesma. Neste quarto, também moraram poucos meses, pois como ela engravidou novamente e a família estava crescendo, eles mudaram-se mais uma vez para outro barraco, um pouco maior do que o anterior.

Para manter as despesas, meu pai trabalhava de vendedor autônomo e, depois de três anos de trabalho exaustivo, ele conseguiu juntar dinheiro para dar entrada na tão sonhada casa própria. Os justos três anos em que nasceu minha irmã, Débora Estrela Xavier, em 1981, eu em 1982 e meu irmão, Walter Estrela Xavier, em 1983, todos no Hospital Regional de Taguatinga/DF. E foi assim mesmo, um a cada ano.

1.2 A chegada da família à Ceilândia...

A casa que meu pai comprou e que reside até hoje, desde 1984, fica no Setor P Sul. Este é um dos setores que fora criado, em 1979, durante o processo de expansão de Ceilândia/DF, cidade vizinha a Taguatinga/DF. Com a chegada de novos imigrantes à cidade e a criação do Programa Habitacional da Sociedade de Habitações de Interesse Social (SHIS), empresa que concentrava, no DF, a produção das unidades habitacionais dos assentamentos urbanos promovidos pelo poder público, o governo se viu obrigado a criar novos setores em Ceilândia, afinal desde o dia da fundação da cidade, o número de pessoas que chegam à esta nunca parou de crescer. A construção e expansão de Ceilândia estão expressas com mais propriedade no Capítulo 04.

Voltando à questão da casa, meu pai pagou o ágio da mesma para o antigo dono e assumiu as prestações que restavam para quitação do lote. Ao sair do

aluguel, a situação financeira da minha família, aos poucos, foi melhorando, até por que, para complementar a renda mensal, minha mãe passou a costurar para fora. E, mesmo que não ganhasse muito dinheiro com sua profissão, sua contribuição foi muito importante para auxiliar no nosso sustento. Não tínhamos muito luxo, mas graças a Deus e ao esforço do meu pai e da minha mãe, nunca nos faltou o básico e, principalmente, amor e carinho.

E esta foi a base da minha educação familiar: ter amor pela vida e pelas pessoas e procurar respeitar sempre o outro. Além disso, minha mãe sempre dizia que deveríamos valorizar os estudos, pois, segundo ela, quem queria ser alguém na vida teria que se dedicar na escola.

Por isso, no início do ano de 1988, ela me matriculou no jardim de infância em uma escolinha particular próximo a nossa casa. No ano seguinte, como tinha que pagar também para meu irmão mais novo, ela decidiu me tirar desta e me matricular na escola pública. Mal sabia ela que compraria uma briga, pois, naquela época, o Estado só era obrigado a oferecer vaga na rede pública para as crianças com sete anos completos ou que completassem até junho do ano vigente e como eu só completava sete anos no final de agosto daquele ano, ela teria que aguardar até o ano seguinte.

Sem condições de pagar a escola particular para os dois pequenos, ela se sentiu desafiada a lutar por uma vaga na rede pública, pois sua preocupação maior era que eu não ficasse sem estudar e acabasse retrocedendo no que já tinha aprendido durante o jardim de infância, afinal, já tinha aprendido a ler e a escrever algumas palavras e para ela era inconcebível que eu ficasse mais de oito meses em casa aguardando.

Foi então que ela procurou a diretora da Escola Classe 50 de Ceilândia, escola que ficava mais próxima da minha casa, e a mesma propôs que eu fizesse um teste de aptidão para entrar na escola. Não me recordo no que consistia esse teste, só sei que fui aprovada e me matricularam no Ciclo Básico de Alfabetização (CBA) no ano de 1989. Estudei nesta escola até 1992, quando concluí a quarta série do então 1º grau, que hoje corresponde ao ensino fundamental.

No ano seguinte, 1993, fui transferida para o Centro de Ensino Fundamental 14 de Ceilândia, onde estudei até a oitava série, que hoje corresponde ao nono ano do ensino fundamental. Na metade do ano em que iria concluir o ensino fundamental, a escola promoveu uma palestra para apresentar as possibilidades de cursos técnicos

que os estudantes poderiam cursar em nível de ensino médio. Na época, foram apresentados os cursos técnicos de Secretariado, Administração, Contabilidade, Eletrônica e o Curso Normal. Este último preparava professores e professoras para atuarem nas séries iniciais da educação básica. Como as escolas e as vagas eram poucas, os alunos interessados teriam que fazer um teste de seleção para ingressarem nos cursos. E os estudantes que não passassem, ou que não quisessem se submeter ao exame, cursariam o ensino médio regular.

Como desde criança, meu sonho era ser professora, fiquei muito feliz com a notícia e tratei de fazer minha inscrição o mais rápido possível. Fiz a prova e passei na seleção da Escola Normal de Ceilândia - ENC, em 92º lugar, alcançando uma das 145 vagas disponibilizadas.

Matriculei-me na referida escola, em 1997, aos quinze anos de idade. O curso era bastante puxado, pois eu estudava em período integral, manhã e tarde, e à noite, duas vezes na semana, fazia inglês no Centro Interescolar de Línguas de Ceilândia - CILC, que tinha um convênio com as Escolas Normais. Eu, particularmente, não gostava de estudar inglês, porém, frequentava as aulas porque as notas eram lançadas no histórico escolar da ENC. Refletindo sobre essa fase, vejo que perdi boas oportunidades, pois o CILC era conhecido como a melhor escola de inglês no Distrito Federal e a ENC também não ficava atrás na referência. Sinto que aproveitei pouco, talvez por falta de orientação e maturidade. Eu estava no ápice da adolescência e não estava preparada para assumir tanta responsabilidade. Não era má aluna, mas me considerava mediana: frequentava as aulas, fazia os trabalhos, tirava boas notas, entretanto, não fazia muito além do que era pedido.

Quando estava no segundo ano do ensino médio, uma preciosidade surgiu na nossa família. Minha mãe foi ao nordeste para adotar uma criança que batizamos de José Lucas, e que, atualmente, está com 14 anos de idade. Sua chegada veio para completar nossas vidas e enchê-las de muito amor.

Voltando ao Curso Normal, o concluí em 1999, porém, desde então, não atuei diretamente na área. E acredito que dois fatos contribuíram para isso. Primeiro que, assim que me formei, não me sentia madura e preparada o bastante para assumir uma turma. Segundo, e mais forte, é que nas escolas particulares em que fazia entrevista sempre diziam que precisavam de pessoas com experiência e, além disso, os salários eram muito baixos. Isso acabou me desanimando e fez com que procurasse emprego no comércio, que apesar de não pagar tão bem, pelo menos,

sabia que não teria que levar trabalho para casa. Tentei uma vez um concurso para trabalhar na rede pública de ensino, porém, não passei.

Fiquei seis anos me dedicando ao trabalho no comércio e, esporadicamente, a concursos públicos em várias áreas, no entanto, sempre com vontade de me qualificar e exercer minha profissão de docente. Foi então que coloquei a cabeça no lugar e vi que estava perdendo tempo e dinheiro nessa de ficar em cursinhos sem me dedicar de verdade ao que realmente queria fazer.

Embora quisesse voltar a estudar, sabia que não tinha muitas opções, pois não tinha condições financeiras para pagar uma faculdade particular e como estava muitos anos afastada da escola, não me sentia preparada para enfrentar o temido vestibular da Universidade de Brasília. Sobre esta, sempre ouvia falar que só estudavam pessoas de classe mais alta e que quando entrava alguém da classe média ou média baixa, tinha que ser extremamente inteligente, pois só os melhores passavam no vestibular. Nesse ponto, sinto que faltou um incentivo e orientação por parte dos meus professores e familiares. E mesmo que parecesse verdade, e até certo ponto era, não poderia me dar por vencida antes mesmo de tentar.

1.3 A realização de um sonho – UnB “aí vou eu”...

Mesmo com a perspectiva de que a UnB era um sonho distante, decidi arriscar. Fiz um cursinho pré-vestibular por um semestre para relembrar alguns conteúdos e prestei o vestibular para Letras, porém não passei. Depois achei até bom, pois realmente o curso não tinha nada a ver comigo. Estudei mais um semestre e tentei para Pedagogia. Nunca vou me esquecer do dia em que vi o resultado. Minha mãe ficou tão feliz que não parava de pular e fiquei parada sem acreditar. Todos do meu trabalho e da família ficaram muito felizes por mais essa conquista.

Fiz minha matrícula na Faculdade de Educação no segundo semestre de 2006. Fiquei encantada com a Universidade e com um pouco de medo, pois, estava muitos anos afastada dos estudos. No início, não foi muito fácil, pois, mesmo estudando em uma universidade pública, não podia deixar de trabalhar para me manter no curso. Além do transporte, tinha que custear alimentação, livros, apostilas dentre outros gastos. E apesar de ter ficado um pouco atrasada no fluxo do curso, com o apoio do meu namorado, meu atual esposo, da minha família e da empresa em que

trabalhava, consegui conciliar trabalho e estudo. Inclusive, hoje, agradeço muito a todos estes que me auxiliaram nos momentos mais difíceis.

No mesmo semestre que entrei para a universidade, foi realizada, entre os dias 17 a 20 de outubro de 2006, a VI Semana de Extensão da UnB que tinha o tema: “Criatividade e Produção do Conhecimento”. Apesar de ter me sentido um pouco perdida, adorei a experiência de ter tido contato com várias atividades e conhecer pessoas de outros cursos. Gostei tanto, que desde então, apesar de achar que deveria ter me envolvido mais, participei das Semanas de Extensão que se seguiram.

A cada semestre que ia se passando, a certeza de que tinha escolhido o curso certo só ia se intensificando, porém, por conta de tantas possibilidades de campos de trabalho que o curso oferecia, demorei certo tempo para decidir com o que de fato gostaria de trabalhar, quando formada.

1.4 Minhas idas e vindas durante a trajetória acadêmica

Acredito que a maioria dos estudantes que fizeram ou fazem o curso de Pedagogia, talvez por conta de um grande leque de possibilidades de atuação, passou por momentos parecidos de encontros, desencontros, paixões e decepções, em maior ou menor intensidade durante sua formação. E comigo não foi diferente. Já tinha me encantado pela educação infantil, pela psicopedagogia, pela gestão e orientação educacional, entretanto, nenhum desses campos tinham despertado em mim o sentimento que senti ao ter o contato com o tema que mudaria, definitivamente, o rumo do meu curso: a Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores - EJAT.

A partir do entendimento que o público da EJAT é formado por jovens e adultos trabalhadores, embora ainda não seja um consenso, os Fóruns de EJA, sobretudo o GTPA-Fórum EJA/DF, defendem como pauta de luta a definição da Educação de Jovens e Adultos – EJA como Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores – EJAT². Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 consta no artigo 37, apenas Educação de Jovens e Adultos como modalidade da Educação Básica.

² Para mais informações acesse o documento final do XXI Encontro de Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores do DF, disponível em: <<http://forumeja.org.br/df/sites/forumeja.org.br.df/files/doc.xxiejat.pdf>>

Assim que entrei no curso, minha visão de educação estava pautada no ambiente escolar. Nem passava pela cabeça que o pedagogo e outros profissionais de educação poderiam exercer sua profissão nos mais diversos ambientes. Contudo, à medida que ia conhecendo o curso e conversando com diversos colegas e professores, percebi que a função do pedagogo é, dentre outras, a de atuar nos espaços educativos, sejam eles ambientes escolares ou não.

Até o segundo semestre do curso, ainda pensava em atuar como professora da rede pública em turmas de educação infantil ou, no máximo, até o quarto ano do ensino fundamental. Já no terceiro semestre, cursei uma disciplina chamada Orientação Educacional que despertou em mim a vontade de ser orientadora e não mais trabalhar apenas na sala de aula.

Na metade do quarto semestre (1º/2008), tive que dar um tempo na faculdade para me dedicar, exclusivamente, à minha mãe que foi diagnosticada com um câncer muito agressivo. Por razões pessoais, não entrarei em detalhes, no entanto, é relevante colocar que todo o esforço valeu a pena, pois minha mãe conseguiu, com as graças de Deus, vencer a primeira batalha.

No semestre seguinte, retomei a faculdade e fiz o meu noivado, num almoço simples para a família e poucos amigos. Na mesma época, iniciei um estágio em uma escola particular de ensino fundamental e médio. Na verdade, o trabalho proposto, para mim, não era muito interessante e muito menos poderia me ajudar a avançar no meu curso, pois tinha que ficar em uma sala, chamada “sala de espera”, com os alunos do 1º ao 3º ano do ensino médio que chegavam atrasados ou que não conseguiam entrar na sala de aula depois do sinal, entre uma aula e outra. O pior era que eles não podiam fazer nada que os fizesse se sentir bem na sala. Não podia deixá-los conversar, ler, ouvir música, estudar ou qualquer outra coisa que pudesse atraí-los para aquele ambiente.

Passei dois meses e meio de agonia, pois, não concordava com aquela política da escola. E apesar de ter tido consciência de que aquela não era a maneira adequada de solucionar o problema da falta de interesse do estudante pelas aulas, a minha pouca experiência não me dava elementos para questionar e sugerir mudança. Além do mais, pensava que uma simples estagiária não podia se meter em assuntos tão sérios, afinal esta era uma escola muito conceituada e, mesmo que tentasse alguma coisa, talvez não surtisse efeito.

Hoje, refletindo sobre isso, percebi o quanto estava equivocada. Pode até ser que minha intervenção não surtisse efeito, entretanto, não poderia deixar de cumprir meu papel como pedagoga, mesmo que ainda em processo de formação. Afinal, ali era um dos espaços em que aprenderia, na prática, o papel pedagógico da escola e não aprender técnicas autoritárias e retrógradas.

Apesar desse lado ruim, passei por uma experiência bem interessante nessa mesma escola. Como esta sala de espera ficava bem ao lado da sala das duas orientadoras pedagógicas do ensino médio, sempre que possível, dava um jeito de ir para lá e ficava acompanhando, sem intervenções, o trabalho delas. Gostei muito de poder ver, na prática, como resolviam situações-problema entre alunos, professores e pais, além do mais, eu podia trocar algumas ideias com as orientadoras. Inclusive, uma delas é formada em pedagogia pela UnB e trabalha, no período noturno, na Secretaria de Educação do DF – SEE/DF e, atualmente, é mestranda na Faculdade de Educação.

Antes de completar o terceiro mês, decidi sair do estágio, pois, além de não concordar com algumas posturas da escola, estava a dois meses do meu casamento e ainda tinha muitas questões para resolver.

Uma delas, e a melhor de todas, era fazer as provas finais do vestido de noiva que minha mãe mesma confeccionou. O meu maior sonho era me casar com um vestido feito por ela. Entrei com ele na Igreja Nossa Senhora da Assunção, no setor P Sul, no dia 17 de julho de 2009. Logo após a cerimônia religiosa, meu marido, Kellio Melo Rodrigues, e eu fizemos uma grande festa de casamento para 150 convidados em uma chácara próxima a igreja. Foi um dos dias mais felizes de nossas vidas. Minha mãe estava radiante de tanta alegria e meu pai não cabia no terno de tanto orgulho.

Caminhando para o sexto semestre e um pouco atrasada no fluxo do curso, decidi procurar as opções na linha do projeto três. A maioria dos projetos era ofertada no período da tarde e como trabalhava nesse horário e não tinha conseguido mudar de turno no trabalho, tive que ver as opções do turno noturno.

Foi então que vi, pregado nas paredes dos corredores da Faculdade, um cartaz colorido que chamou minha atenção. Tratava-se do projeto do Portal dos Fóruns de EJA do Brasil (www.forumeja.org.br), coordenado pela professora Maria Luiza Pinho Pereira. No cartaz, havia um convite aos estudantes que queriam ingressar no projeto para trabalhar com movimentos sociais de EJA e com as TIC's (Tecnologias

da Informação e Comunicação). Fiquei um pouco receosa, pois não conhecia nada na área, e ao mesmo tempo desafiada, afinal aquele era o espaço para aprender coisas novas.

1.5 Encontro com a EJAT: amor à primeira vista

Bastou participar da primeira reunião para me encantar pelo Projeto e, a cada dia que se passava, pela Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores. Minha primeira reunião no Projeto foi inesquecível. Ela se deu na sala do Portal dos Fóruns de EJA do Brasil localizada no prédio da FE 5 da Faculdade de Educação.

Assim que entrei na referida sala fiquei impactada. À primeira vista, senti o ambiente inquietante. Ao ver tantos cartazes, banners, folders pendurados e espalhados nas paredes, tantos livros, documentos, filmes dentre outros objetos dispostos nas prateleiras, fiquei um tanto incomodada, pois não estava acostumada a frequentar ambientes com tanta informação e de certa forma sem uma organização padronizada. Ou seja, com objetos organizados nas gavetas, cores neutras, nada pendurado, ou, aparentemente, fora do lugar.

No entanto, depois de certo tempo, compreendi que tudo que estava lá fazia sentido e que cada coisa traz em si um pouco de cada encontro, de cada luta e de cada conquista que foi alcançada ao longo dos anos pelo movimento do coletivo dos Fóruns de EJA do Brasil nos seus treze anos de luta e, localmente, pelos vinte e três anos de caminhada do Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização – GTPA-Fórum EJA/DF.

E mais do que isso, tudo que está naquela sala também representa um pouco do suor que muitos derramaram e cada noite mal dormida seja de preocupação, de organização ou de dedicação para realização dos eventos, encontros e documentos.

Figura 1 - Sala do Portal dos Fóruns de EJA do Brasil



Fonte: PONTEIRO, 2012.

Voltando à reunião do Projeto 3, no início, a professora Maria Luiza Pinho Pereira pediu para os participantes se apresentarem levando em conta os seguintes aspectos: nome, curso e período, o que os trouxe ao projeto, o que conheciam de EJA, de tecnologias e de movimentos sociais e quais as experiências vividas em coletivos. Cada estudante se apresentou e, pelo que me recordo, além de mim, estavam presentes: Andréia Soares da Silva, Juliana Duarte Arraes, Juliana Gonçalves Pinto, Paula Cristina Teófilo Martins, Terezinha Sant'Ana de Oliveira Costa, todas estudantes do curso de Pedagogia da FE e membros da Equipe de auxiliares de pesquisa do Portal dos Fóruns de EJA do Brasil, e mais três alunos do curso de Licenciatura do Campo, da UnB, Campus de Planaltina: Christiane Freitas de Oliveira, Janderson Barros dos Santos e Michel Pinho de Araújo. Após as apresentações, Maria Luiza Pinho Pereira fez um breve histórico sobre o Portal dos Fóruns de EJA do Brasil e falou como se daria, em princípio, a dinâmica do Projeto. A Equipe do Portal contava ainda com a participação de outros estudantes ou ex-estudantes como: Ezequiel Antônio Rezende Pereira (Pedagogo – FE/UnB), João Felipe de Souza (Pedagogo – FE/UnB), Meire Cristina Cunha (formada em Administração Pública e Pedagoga – FE/UnB), Samuel Teixeira de Souza Junior (estudante de Ciência da Computação – UnB).

Além das leituras e discussões dos textos indicados para os encontros semanais, os estudantes deveriam se dedicar a outras atividades como: pesquisar

sobre a EJA em sua cidade de moradia, participar das atividades desenvolvidas pelo projeto ou pelo GTPA-Fórum EJA/DF e apropriar-se das ferramentas do Portal (*Drupal, Komposer, gVim, Cinelerra*, dentre outros), sob orientação dos estudantes que já tinham mais experiência no Projeto ou que já haviam passado por este e estavam na Equipe do Portal.

Ainda meio perdida e com muita vontade de aprender coisas novas, comecei a engajar-me no projeto e a participar de várias atividades que me motivavam cada vez mais. E participar das atividades do movimento social de EJAT, mais do que uma tarefa acadêmica, passou a ser um compromisso social e político, pois, desde a primeira vez que tive a oportunidade de conhecer o movimento de perto, não consegui me desligar dele.

Uma das primeiras atividades que participei como aluna do Projeto foi da IX Semana de Extensão da Universidade de Brasília – “Extensão: espaço para pesquisa”, realizada entre os dias 01 a 08 de outubro de 2009 em que, a equipe do Portal e os estudantes do projeto 3, sob orientação da professora Maria Luiza Pinho Pereira, organizaram duas atividades que promovem espaços para discutir a EJAT. A primeira, realizada no dia 02, “O Nosso Portal EJA Brasil - a pesquisa em movimento e transform-AÇÃO?” e a segunda, no dia 05, “Educação de Jovens e Adultos - EJA: O desafio que nos une internacionalmente”.

É importante registrar que o tema desta última atividade foi escolhido em virtude da próxima realização da VI Conferência Internacional de Educação de Adultos - CONFINTEA³ entre os dias 01 a 04 de dezembro do mesmo ano, em Belém/PA.

Ainda no mês de outubro, participei também de outros dois grandes eventos: o I Seminário Proeja-DF Integração da Educação Profissional à EJA, realizado no dia 08/10 no auditório do Centro de Educação Profissional-CEP de Ceilândia em que participei apenas como ouvinte e outra, no dia 24 de outubro, o XVIII Encontro de Educação de Jovens e Adultos - EJA do DF e Conferência Livre de Educação, que tinha por tema: "Desafios e perspectivas da EJA no DF: por uma educação

³ A Sexta Conferência Internacional de Educação de Adultos (VI CONFINTEA) envolveu os países-membros da UNESCO, agências das Nações Unidas, agências multilaterais e bilaterais de cooperação, organizações da sociedade civil, setor privado e aprendizes de todas as regiões do mundo para proporcionar o diálogo sobre políticas e promoção da aprendizagem de adultos e educação não formal em âmbito global. Para mais informações acesse: <<http://www.forumeja.org.br/confintea>>.

libertadora de jovens e adultos trabalhadores no DF”. Na ocasião, além de auxiliar a equipe do Portal no registro do evento em audiovisual, sob a orientação de Juliana Duarte Arraes, Andréia Soares da Silva e Meire Cristina Cunha, participei das discussões e da construção de dois documentos que foram discutidos e aprovados em plenária: o documento base para a Conferência Nacional de Educação – CONAE, que seria realizada no ano seguinte em Brasília/DF, e o documento que continham as pautas de luta do GTPA-Fórum EJA/DF. Presenciei também a assinatura do termo de compromisso assumido, em plenária, por representantes das instituições parceiras ⁴ que se comprometeram:

(...) a envidar todos os esforços políticos, econômicos e administrativos pelo Desenvolvimento Integrado da Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos-EJA no DF, proclamando-o território livre do analfabetismo, em três anos, como parte da construção de uma sociedade sustentável ⁵.

A partir deste dia, percebi que mais que um suporte tecnológico, minha participação nos encontros seria importante para iniciar e fortalecer minha formação política, pois, sobre essa questão não tinha conhecimento algum.

Além da questão tecnológica e da participação no movimento social, outra experiência riquíssima que o projeto me proporcionou conhecer foi o Movimento Vital Expressivo Rio Aberto. Uma vez por mês, na época era toda última terça, os estudantes são direcionados a participar da aula aberta que é realizada, com apoio da Faculdade de Educação, na Praça Chico Mendes.

O sistema Rio Aberto, criado, em 1966, por Maria Adela Palcos, em Buenos Aires, hoje, desenvolve-se em 11 países e se caracteriza por ser um espaço de desenvolvimento humano em que busca, por meio de técnicas integradas, como movimento e expressão, massagem, harmonização dos centros de energia, trabalho com a voz, respiração, dramatização e meditação, resgatar a sabedoria corporal e alcançar um alinhamento de corpo, mente e espírito ⁶.

⁴ Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF, Coordenador da Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos do DF, Representante do GTPA-Fórum EJA/DF, Coordenador da Comissão da Agenda Territorial, Coordenadora do Comitê da Agenda Territorial, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD/MEC e Universidade de Brasília.

⁵ Documento disponível em <<http://forumeja.org.br/df/files/Termo%20de%20compromisso%20-%20GTPA.pdf>>

⁶ <<http://www.rioabierto.org.ar/>>

Figura 2 - Vivência Integrativa do Rio Aberto



Fonte: VIVÊNCIA, 2012.

No contato com o Rio Aberto e com outras experiências durante o Projeto 03, pude perceber o quanto nossa rede de ensino, pública e privada, está atrasada em relação à formação integral do ser humano. Pouquíssimas vezes, na verdade nem me lembro de ter passado por algo parecido, passei por experiências em que tivesse contato com essa forma de trabalho. Na maioria dos espaços educativos pelos quais passei, exceto o ambiente religioso e familiar, havia uma preocupação bem maior com o aspecto intelectual, do que cuidar ao mesmo tempo do desenvolvimento físico, emocional e mental.

No final de 2009, três meses depois de ter entrado no projeto e pouco mais de um ano após sua cirurgia, minha mãe voltou a sentir-se mal. Depois de uma série de exames constatamos que o câncer tinha voltado com maior intensidade, o que nos levou a enfrentar uma nova batalha.

Ao receber a notícia, decidi sair do emprego para me dedicar, novamente, ao seu tratamento. Desta vez, não precisei trancar o semestre, pois o mesmo já estava na reta final. Infelizmente, cerca de dois meses depois da descoberta, no dia 10 de janeiro de 2010, ela veio a falecer. No dia seguinte, celebramos uma missa linda de corpo presente e a enterramos no cemitério de Taguatinga/DF.

Apesar da imensa falta que sentimos dela, aos poucos a vida foi voltando ao normal e retornamos as nossas atividades rotineiras. Retomei a faculdade e meu pai e meus irmãos voltaram a trabalhar.

Como acredito na Providência Divina, o fato de ter saído do emprego para cuidar da minha mãe, apesar de ainda precisar muito de uma fonte de renda fixa para continuar me mantendo no curso, trouxe-me a grande oportunidade de investir mais na minha formação e de ter contato com espaços e pessoas que me enriqueceram academicamente.

No final de 2009, antes de sair do emprego, fui convidada a fazer parte da Equipe de auxiliares de pesquisa do Portal dos Fóruns de EJA do Brasil, como bolsista remunerada pelo Programa de Incentivo à Bolsa de Extensão – PIBEX, porém, como ainda estava cuidando da minha mãe e não podia assumir novos compromissos, acabei deixando o convite para depois.

Não obstante, com a partida da minha mãe e ainda de férias da faculdade, em fevereiro de 2010, como relatarei no próximo capítulo, decidi aceitar o convite, pois, precisava ocupar meu tempo e minha cabeça e, por menor que fosse o valor da bolsa, precisaria de alguma ajuda de custo. De fato, o valor financeiro desta, que era de apenas R\$ 360,00, era bem abaixo do valor do que ganhava no meu antigo emprego, no entanto, o retorno acadêmico era consideravelmente maior, o que me fez escolher investir mais na minha formação e não voltar a trabalhar no comércio.

II. O PORTAL COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO

2.1 O mergulho no Portal...

Algo me dizia que entrar para a Equipe do Portal seria um passo muito importante, entretanto, não fazia ideia do quanto essa oportunidade me ajudaria a crescer política, tecnológica e profissionalmente. Além de continuar acompanhando os registros dos eventos nos movimentos, assim como fizeram comigo, passei a dar orientação tecnológica a alguns estudantes que entraram no Projeto 3 e também aos administradores das páginas dos Fóruns de EJA da região sul (Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul).

Confesso que, no início, fiquei com muito medo de assumir tanta responsabilidade por não me sentir preparada o suficiente para tal demanda, pois só tinha passado um semestre no Projeto e, ainda assim, não pude me dedicar tanto o quanto gostaria devido à doença de minha mãe. No entanto, resolvi aceitar mais este desafio, afinal, como escutei várias vezes nas reuniões e nos encontros, só iria aprender a nadar nadando. E, de fato, tive que dar várias braçadas e engolir muita água, algumas vezes, para superar minhas dificuldades tecnológicas.

As orientações tecnológicas com os estudantes do projeto 3 eram realizadas presencialmente na sala do Projeto e, no caso dos administradores dos fóruns estaduais, a distância. Para as orientações a distância, utilizávamos, basicamente, os e-mails e conversas online no *gtalk*, sempre baseadas nos Manuais de Aprendizagem⁷.

Parafraseando Cunha (2011), os Manuais de Aprendizagem, por meio de pesquisas sobre construção e desenvolvimento de *sites/sítios*, realizadas pela própria Equipe do Portal, foram elaborados para contribuir com a formação político-pedagógica-tecnológica dos administradores dos *sites/sítios* virtuais. Com estes importantes instrumentos, os “administradores aprendem – através do passo a passo com imagens, orientações e dicas sobre *Drupal*, *Komposer*, *gVim* e *Cinelerra*, todos *softwares* livres – a alimentar seus *sites*” (p.34). Atualmente, o Portal possui quatro versões que, ao longo dos anos e das pesquisas, vieram se transformando de acordo com as novas demandas e descoberta de novas tecnologias. São elas: Manual de Aprendizagem versão 3.0/2008, 4.0/2009, 5.0/2010 e 6.0/2011-2012.

Assim que entrei para a Equipe do Portal, no final de 2009, a versão 4.0 estava sendo finalizada e, como tinha acabado de chegar ao grupo e não tinha

⁷ Disponível em <<http://www.forumeja.org.br/manual>>

conhecimento algum sobre o Portal e sobre os conteúdos descritos no manual, pude contribuir na finalização deste, fazendo os testes, ou seja, seguindo o passo a passo de cada comando, procedimento importante para validarmos ou reconsiderarmos algum ponto.

Na verdade, quando se diz que o manual foi elaborado para auxiliar na formação político-pedagógica-tecnológica dos administradores, é importante considerarmos que, por mais eficiente que este seja, de fato, sozinho não daria conta desses três campos. Nesse sentido, frisamos que as orientações da equipe e das pessoas que estão diretamente envolvidas com o Portal são fundamentais, pois existem algumas questões políticas sobre o Portal e sobre os Fóruns de EJA do Brasil que só são melhor compreendidas à medida que vamos nos engajando no movimento. Por isso acredito que nas demais versões, tive uma participação mais efetiva, entretanto, em cada uma delas com as limitações e possibilidades que meu conhecimento proporcionava.

Ao passo que ia mantendo contato com meus colegas da Equipe de auxiliares de pesquisa do Portal e com os administradores dos Fóruns Estaduais de EJA, meus conhecimentos se ampliavam cada vez mais. E, nesse processo, percebi que o que Paulo Freire disse faz todo sentido “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou sua construção” (FREIRE, 1996, p.22) e que “ao ser produzido, o conhecimento novo supera outro que antes foi novo e se fez velho e se ‘dispõe’ a ser ultrapassado por outro amanhã” (ídem, p.28). Nesse sentido, passei a compreender que o processo de ensino-aprendizagem é uma via de mão dupla, pois, ainda segundo Freire, “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (ídem, p. 23).

Cinco meses depois de entrar para a Equipe do Portal, surgiu a oportunidade de participar, pela primeira vez, de um seminário nacional: o III SNF – Seminário Nacional de Formação que foi realizado de 26 a 28 de maio de 2010, em Porto Alegre/RS, com tema: “Formação de Educadores de Jovens e Adultos”. Neste evento, além de mim, como membro da Equipe Nacional do Portal, estavam Meire Cristina Cunha, também do Distrito Federal, e Lênin Tomazett Garcia da Equipe do Portal de Goiás. Fizemos o registro de todo o seminário, em audiovisual e fotos, e também realizamos uma roda de conversa com os administradores das páginas dos Fóruns Estaduais de EJA.

**Figura 3 - Mesa de abertura do III SNF, realizado de 26 a 28/05/2010
Porto Alegre/RS**



Fonte: Portal dos Fóruns de EJA do Brasil.

Quando estava caminhando para a terceira fase do Projeto, no segundo semestre de 2010, a professora Maria Lídia Bueno Fernandes da área de Geografia, recém-nomeada à FE integrou-se ao projeto. Seguindo a linha do estudo do meio⁸, o trabalho da professora Maria Lídia Bueno Fernandes contribuía muito bem para o trabalho de estudo do lugar de moradia que já vinha sendo desenvolvido pelos estudantes do projeto 3.

Sua chegada foi importante para darmos início ao trabalho de levantamento e sistematização da história de uma das principais cidades do Distrito Federal – Ceilândia, com o intuito de se ampliar o trabalho, posteriormente, a outras cidades. Atraídas por sua emblemática história de luta e resistência, desde o início de sua criação e que, de certa forma perpetua até hoje, nosso principal objetivo era colher depoimentos e informações dos próprios moradores da cidade que vivenciaram/vivenciam esse processo.

⁸ O Estudo do Meio pode ser compreendido como um método de ensino interdisciplinar que visa proporcionar para alunos e professores o contato direto com determinada realidade, um meio qualquer, rural ou urbano, que se decida estudar. Esta atividade pedagógica se concretiza pela imersão orientada na complexidade de um determinado espaço geográfico, do estabelecimento de um diálogo inteligente com o mundo, com o intuito de verificar e de produzir novos conhecimentos (LOPES e PONTUSCHKA, 2009).

Iniciamos o trabalho com o registro, em audiovisual, da entrevista dada pela professora Maria Madalena Tôrres⁹ à professora Maria Lídia Bueno Fernandes. Já no início de sua fala, ficamos comovidas com seu jeito simples e emocionado de relatar, em pouco mais de 35 minutos, 39 anos de história da cidade.

Cada episódio narrado mostrava o quanto as marcas desse sofrido período de constituição da cidade davam forças para Maria Madalena Tôrres e outros companheiros de luta, mesmo depois de tantas conquistas, não terem abandonado o movimento social.

Cheguei em Ceilândia em 31/12/1971. A Ceilândia era apenas um bebê, mas não era aquele bebê cheiroso que a gente dá banho e coloca talco. O talco da Ceilândia era o pó da poeira. Quando chovia era muita lama e quando fazia sol, a gente sofria muito com a poeira. Nós não tínhamos água no começo, nós tínhamos um chafariz. E a gente já sabia que de alguma forma ia ter um movimento popular em Ceilândia... E o primeiro movimento que participei foi do movimento pela água. (entrevista realizada em julho de 2010)

A paixão com que Maria Madalena Tôrres narrou alguns fatos e sua emblemática participação na história de Ceilândia, tocou-me profundamente. Ouvir Maria Madalena Tôrres me fez enxergar o quanto estava alheia a várias questões da sociedade e que, como futura pedagoga e moradora daquele lugar, deveria, no mínimo, me inteirar dos problemas e ajudar a pensar, junto com o coletivo, maneiras de resolvê-los. Passei a perceber também que é na troca e no diálogo entre os grupos sociais que unimos forças para reivindicarmos vários direitos, que apesar de serem previstos pela Constituição, como educação, moradia, saúde, dentre outros, não nos são concedidos e sim conquistados com muita luta.

A entrevista de Maria Madalena Tôrres e o depoimento de outros moradores de Ceilândia se tornaram pano de fundo na produção do vídeo “Ceilândia 39 anos: Virtualidade e História em Movimento”¹⁰ que norteou uma das duas atividades que a Equipe do Portal e os estudantes do Projeto 3 desenvolveram na X SEMEX - Semana de Extensão da UnB - “Brasília 50 anos – Diver(s)Cidades”, realizada entre os dias 8 a 12 de novembro de 2010.

⁹ Educadora popular, mestre em educação pela FE/UnB e professora da SEE-DF. Atualmente, é presidente do Centro de Educação Paulo Freire de Ceilândia – CEPAFRE e é representante do GTPA-Fórum EJA/DF.

¹⁰ Disponível em <<http://forumeja.org.br/df/node/1974>>

Providencialmente, o tema da X SEMEX nos deu a oportunidade de, além de fazer uma homenagem aos 50 anos da Capital Federal, promover espaço de discussão e reflexão sobre historicidade, antagonismos, protagonismos da extensão universitária ao longo da história de Brasília e da UnB, descortinando o presente e o futuro, para delimitar novas diretrizes e conceitos que permitiam, entre outros, o fortalecimento de medidas para a consolidação de políticas públicas.

A primeira atividade desenvolvida, no dia 09 de novembro, na Faculdade de Educação, intitulada “NOSSO Portal EJA Brasil: espaço de construção coletiva?”, teve o intuito de proporcionar um espaço de diálogo e interação entre os participantes na procura de chegar a resposta que norteou a atividade.

A segunda atividade, realizada no dia 12 de novembro, no auditório do Centro de Educação Profissional - CEP de Ceilândia, como citado anteriormente, levou o mesmo título do vídeo que foi apresentado para os alunos do CEP “Ceilândia 39 anos: Virtualidade e História em Movimento”. Este fomentou a discussão acerca da importância de se conhecer a história do lugar de moradia, não com o objetivo apenas de informar, mas de aflorar o sentimento de pertencimento de cada participante oriundo da cidade para assim buscar ser um indivíduo atuante em sua comunidade.

Participar do processo de elaboração deste vídeo, além de ter sido importantíssimo para o meu avanço tecnológico, acabou despertando uma moradora que vivia alienada da sua realidade e que não enxergava as várias mazelas a que sua comunidade estava exposta.

A partir do momento que passei a conhecer a história de cidade que acolheu minha família ao ouvi cada depoimento sobre a luta pela permanência, pela água, pela educação, pela cultura, pela dignidade, enxerguei, portanto, que não poderia continuar me tornando uma pedagoga desligada da minha comunidade e continuar perpetuando uma grande falha que existe nas nossas escolas (públicas e particulares) que não procuram trabalhar com seus alunos a história do lugar onde moram como processo de pertencimento e reconhecimento da sua própria história.

O mais curioso, infelizmente, é que esta postura alienada não era só minha. Durante a atividade da X SEMEX, em Ceilândia, muitos participantes ficaram comovidos ao assistir o depoimento de Maria Madalena Tôrres e demais moradores sobre Ceilândia, e muitos destes participantes, que também moravam há muito tempo na cidade, disseram que desconheciam muitos fatos citados no vídeo. A

maioria sabia, no máximo, o que significavam as iniciais do nome da Cidade (C.E.I – Campanha de Erradicação de Invasões), entretanto, não sabiam o que, verdadeiramente, ela significava para milhares de pessoas que foram “removidas” e “jogadas” em um lugar no meio do cerrado, apenas com os lotes demarcados e sem nenhuma infraestrutura adequada.

É triste saber que histórias como a de Ceilândia e de várias outras cidades do DF, como Brazlândia, Paranoá, Gama, dentre outras que tiveram processos parecidos de luta e resistência em sua construção, são esquecidas e suas histórias, muitas vezes, negligenciadas para que seus moradores não (re) conheçam sua própria força.

Esta constatação foi o que bastou para encorajar-me e reconhecer-me como uma moradora que deveria ser mais ativa na minha cidade. E, mal sabia eu que a oportunidade de reverter todos os anos de apatia, estava por vir.

2.2 O mergulho nas Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC's

Vivemos em uma época em que trabalhar com a linguagem audiovisual, dentre outras Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's), já não é mais escolha do profissional bem formado, pois, de um modo geral, as TIC's têm se adentrado não só nos espaços educativos, mas em quase todas as relações humanas atuais.

No entanto, vale lembrar que qualquer ferramenta ou tecnologia não é por definição aliada ou inimiga do trabalho pedagógico. Na verdade, temos que avaliar o como, para que e a quem ela serve.

Essa preocupação defendida por vários educadores, também foi pautada por Paulo Freire que, apesar de não ter conhecido em seu tempo tantas possibilidades como se têm disponíveis hoje, teve contato com muitos precursores e que, sem dúvida, causaram muito estranhamento e polêmica nas academias e, principalmente, em espaços de luta como nos movimentos populares.

Em seu livro “Ação cultural para a liberdade”, ele traz em alguns trechos sua preocupação em relação ao uso das tecnologias como instrumentos de reprodução do pensamento capitalista e consumista, no entanto, ele também reforça que seria muito simplista delegar a elas a responsabilidade de alguns desvios. Ele ainda completa:

Seria outra espécie de irracionalismo o de conceber as tecnologias como uma entidade demoníaca, acima dos seres humanos. Vista criticamente a tecnologia não é senão a expressão natural do processo criador em que os seres humanos se engajam no momento em que forjam o seu primeiro instrumento com que melhor transformam o mundo (FREIRE, 1981).

Para Freire, o problema não é tecnológico, mas político. Por isso, ele chama a atenção para algumas posturas que devem ser adotadas pelo educador ao se propor trabalhar com tais ferramentas. Alencar (2005), ao analisar algumas obras de Paulo Freire sobre o uso das tecnologias no processo educativo, afirma que:

O uso da tecnologia, para Paulo Freire, não devia ser realizado de qualquer modo ou sem a devida preparação. Podemos até dizer que ele delineou uma metodologia de uso e análise para todo tipo de tecnologia que venha a ser incorporada (p. 3).

Nesta sua análise, ele levanta quatro elementos importantes apontados por Freire: o uso intencional e político da tecnologia; a necessidade de se compreender, controlar e dominar a tecnologia; a necessidade de “redução sociológica”, ou seja, contextualizá-la e, por fim, ter atitude diante da tecnologia: “criticamente curiosa, indagadora, crítica, vigilante”.

Sobre o primeiro elemento, Freire coloca que não se pode negligenciar a ideologia imbuída na tecnologia, afinal, como Alencar reforça, “até a construção de softwares, páginas da web ou aplicativos são baseados em uma certa concepção de mundo, de homem ou de ensino e aprendizagem” (p.3)

No segundo elemento chama-se atenção para o uso racional da tecnologia, pois é necessário que, ao utilizar algum aparato tecnológico o indivíduo compreenda também sua razão de ser e que não sejam alienados quanto ao seu uso como se fossem máquinas irracionais.

Entender o processo é de fundamental importância para Freire, porque conduziria os homens à humanização, a deslocar-se de uma concepção de meio como suporte para a ideia de mundo passível de transformação, evitando assim, a “maquinalização” ou “animalização” instintiva dos seres humanos (ALENCAR, 2005).

A “redução sociológica”, apontada no terceiro elemento, embora dentro da Sociologia seja um conceito mais amplo e complexo, neste caso, de acordo com Alencar (2005), refere-se à necessidade de, além de ser compreendida, controlada, dominada, a tecnologia tem que ser contextualizada, ou seja, “identificá-la no

contexto local, discutir sua utilidade na vida dos usuários ativos e a melhor forma de incorporá-la para o bem daquele grupo naquele contexto” (p.4).

Enfim, no quarto elemento tem-se a necessidade de o educador assumir uma postura diante da tecnologia, ou seja, usar a tecnologia e não ser usado ou manipulado docilmente como objeto por ela. Freire ainda afirma que “O que me parece fundamental para nós, hoje, mecânicos ou físicos, pedagogos ou pedreiros, marceneiros ou biólogos é a assunção de uma posição crítica, vigilante, indagadora, em face da tecnologia. Nem, de um lado, “demonologizá-la”, nem, de outro, divinizá-la” (FREIRE 1992 *apud* ALENCAR 2005).

Nesta seção, abordei a importância das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) bem como a análise crítica do seu uso a serviço de um coletivo. Na próxima, relato como foi minha inserção nas TIC's e, sobretudo, a relevância da arte virtual, na forma da linguagem audiovisual, no meu processo formativo.

2.3 A linguagem audiovisual na formação do pedagogo

Dentre as demandas da Equipe do Portal, além das orientações virtuais aos administradores, das orientações presenciais aos estudantes do projeto 3 e de ter assumido a administração do *site/sítio* virtual do GTPA-Fórum EJA/DF, passei a dedicar-me ao registro dos eventos e à edição e publicação dos vídeos produzidos nos mesmos.

A cada nova atividade, reunião, encontro, seminário que surgia, envolvia-me mais com o Portal e com o movimento, conseqüentemente, a timidez e a insegurança deram lugar a uma mulher mais ativa, desinibida e segura. Portanto, hoje reconheço que por meio do registro audiovisual, encontrei uma maneira de dedicar-me ao Portal e ao movimento social aproveitando os espaços de formação para qualificar minha bagagem acadêmica.

Com as orientações e trocas de experiências entre mim e meus colegas da Equipe do Portal e à medida que fui me engajando no movimento, passei a ter uma nova forma de lidar com as filmagens e edições dos registros que realizávamos nos eventos. Compreendi que, diferente dos padrões apresentados na mídia convencional, como de algumas emissoras de televisão e *sites/sítios* sensacionalistas que, muitas vezes, acabam promovendo e/ou valorizando uma

personalidade ou um grupo restrito, o nosso trabalho tem que estar a serviço do movimento e voltado para a valorização dos sujeitos coletivos.

Uma situação muito marcante que me ajudou a compreender essa questão do sujeito coletivo dentro do movimento, por exemplo, foi quando, ainda em 2010, fiz o registro, em audiovisual, da primeira reunião do Conselho Comunitário da UnB, realizada em 26 de outubro de 2010, que, por incrível que pareça, só foi realizada dezessete anos depois de sua criação. Só abrindo um parêntese, o referido Conselho fora incorporado ao artigo 14 do Estatuto da UnB em 1993, porém, nunca tinha sido formado e apesar de não ser um espaço deliberativo, o Conselho Comunitário é um órgão consultivo da Administração Superior da UnB e um canal importante de diálogo entre a Universidade e a comunidade externa da UnB.

Na mesma reunião citada anteriormente, a representante do GTPA-Fórum EJA/DF, Leila Maria de Jesus, foi eleita membro representante do Conselho Comunitário no Conselho Universitário da UnB, este sim, órgão máximo deliberativo da Universidade ¹¹.

Estar naquela reunião e poder acompanhar a eleição da professora Leila Maria de Jesus foi muito importante, pois estar em espaços como esses, ajudava-me a compreender melhor como o movimento social de EJAT funcionava e sentir a força que ele tinha, afinal, não era Leila que estava no Conselho Comunitário da UnB e sim uma pessoa que representava o coletivo GTPA-Fórum EJA/DF.

Outro momento muito significativo nesta minha passagem pela Equipe do Portal e que nos proporcionou aprimorar nosso trabalho com as ferramentas disponíveis, foi a participação no I Encontro Regional de Educação de Jovens e Adultos da Região Sul (I EREJA Sul) que fora realizado nos dias 18 e 19 de agosto de 2011 em Porto Alegre/RS. Como foi colocado anteriormente, cada membro da equipe do DF é responsável pela orientação dos *sites/sítios* dos Fóruns estaduais de EJA de alguma região e, como era responsável pelas orientações da região Sul, encontramos uma ótima oportunidade de usarmos aquele espaço para qualificar ainda mais a formação dos administradores e de nos conhecermos pessoalmente.

Graças ao apoio financeiro e logístico da Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul, a equipe organizadora do evento pode custear as despesas com passagem e hospedagem da Equipe do Portal do DF representada por mim, Juliana

¹¹ Disponível em <http://forumeja.org.br/df/node/1962>

Duarte Arraes e Andréia Soares da Silva e, em alguma medida, dos administradores dos sítios do PR, RS e SC. Além da colaboração presencial de Juliana e Andréia, pude contar com o apoio virtual de Meire Cristina Cunha e João Felipe de Souza, também da Equipe do DF, que acompanharam o trabalho de Brasília/DF.

Além do registro, em audiovisual e fotos, fizemos a transmissão do encontro ao vivo por meio da ferramenta *livestream*¹². E, apesar de alguns problemas técnicos com a internet local, boa parte do evento pode ser transmitida e acompanhada por pessoas dos demais estados que interagem conosco através do *chat/bate-papo*.

Figura 4 - I Encontro de Educação de Jovens e Adultos da Região Sul (I EREJA SUL), realizado nos dias 18 e 19 de agosto de 2011



Fonte: Portal dos Fóruns de EJA do Brasil.

No momento das filmagens, fizemos uma escala de trabalho para que todos os administradores, sob a orientação da Equipe do Portal do DF, pudessem manipular a câmera para que estes, ao chegarem aos seus respectivos estados, buscassem juntos a seus representantes discutir a necessidade de cada Fórum ter seu próprio equipamento de registro.

Nos intervalos entre uma atividade e outra, nós da Equipe do Portal do DF e os administradores aproveitamos para nos conhecer, conversar um pouco sobre o Portal e para realizarmos algumas entrevistas com os participantes. Apesar do

¹² Ferramenta de transmissão em tempo real (streaming on line) www.livestream.com

pouco tempo disponível, pois a programação foi bem extensa, procuramos entrevistar pessoas de diferentes segmentos e estados para podermos contemplar a diversidade e a riqueza das representações presentes no evento.

Sendo assim, conseguimos colher seis depoimentos, a saber: Maria Moraes Andrade – Educanda de EJA de Santa Catarina; Izabel C. Ribas de Andrade – Coordenadora de EJA junto ao Programa Paraná Alfabetizado; Cybelle Rossi – Educadora de EJA e membro do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná; Martha Cristina G. da Rosa – Educadora de EJA e Diretora da Associação dos Trabalhadores em Educação do Município de Porto Alegre (ATEMPA); Joana Célia dos Passos – Professora universitária e militante do Movimento Negro de Santa Catarina e Neuza Aparecida – Coordenadora Local do Programa Paraná Alfabetizado da cidade de Apucarana/PR.

Uma das falas mais comoventes, como não poderia deixar de ser, foi a da educanda de EJA, Maria Moraes Andrade, que relata como iniciou o seu caminho na EJA aos 59 anos de idade, quando se matriculou, no estado de Rondônia, na alfabetização de adultos. Ela também disse o quanto se sentia lisonjeada por estar no I EREJA Sul representando o segmento dos/das educandos/educandas de EJA do estado de Santa Catarina.

Juliana Duarte Arraes e eu fomos informadas de que ela tinha escrito um versinho em homenagem à EJA e, portanto, ao final da entrevista ¹³, pedimos para ela cantá-lo:

Quem me formou, a EJA, sabia dos meus sonhos sim
 E disse que é a EJA que realiza enfim
 É na EJA (6x) sim
 Não perco a esperança de na EJA crescer
 Os mestres são de primeira, faz a gente viver
 É a EJA (6x) sim
 É na EJA (6x) sim

Conhecer e conviver com pessoas como a Dona Maria Moraes que vivem e acreditam na EJAT, faz com que a gente se sinta recompensado por sairmos dos nossos estados, deixarmos família e afazeres para lutarmos por uma EJAT melhor, pois é só na luta coletiva que vamos conseguir mudar os rumos da educação brasileira.

¹³ Audiovisual disponível em <<http://forumeja.org.br/rs/node/137>>

2.4 Novas experiências a partir do Portal

Depois de oito meses de muito aprendizado e dedicação ao Portal, novas portas começaram a se abrir. No ano de 2010, em meados de agosto, candidatei-me à vaga de apoio administrativo, como prestadora de serviço, para o I Curso de Extensão em Gestão Social de Políticas Educacionais em EJA que foi ministrado, na modalidade a distância, por meio da plataforma Moodle¹⁴, pela UnB em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação-SECADI/MEC, Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO em interlocução com o Conselho Internacional para Educação de Adultos-ICAE. O curso nasceu com o intuito de contribuir para as ações da Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, fortalecendo os espaços de mobilização já existentes.

Além da oportunidade de aprender mais, ficar por dentro dos processos administrativos da Universidade e da remuneração, é claro, o que mais me motivou a buscar essa vaga de apoio administrativo do Curso, era a possibilidade de poder continuar trabalhando na perspectiva da construção coletiva que já vinha praticando no Portal.

E mais do que uma oportunidade de trabalho, entrar para o referido Curso, ajudou-me a compreender que a luta por uma EJAT de qualidade não poderia ficar apenas no campo da educação. Como salienta o Documento Base Nacional preparatório a VI CONFINTEA¹⁵, se faz “necessária articulação intersetorial que integre as políticas educacionais às políticas de cultura, saúde, emprego e geração de trabalho e renda e às possibilidades apresentadas pelas novas tecnologias de comunicação e informação”.

Nesse sentido, o objetivo do curso vem ao encontro deste propósito, pois procura:

Formar sujeitos sociais da educação de jovens e adultos para que atuem como multiplicadores de ações de gestão social de políticas públicas, com vistas a fortalecer a agenda territorial de EJA, na perspectiva da formação de uma Comunidade de Trabalho/Aprendizagem em Rede em gestão da EJA – CTAREjagestão.¹⁶

¹⁴ Mais informações em: <<http://www.fe.unb.br/ejagestao>>

¹⁵ Disponível em <<http://forumeja.org.br/files/docbrasil.pdf>>

¹⁶ Disponível em <<http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/Projeto%20do%20Curso.pdf>>

Na primeira oferta do curso, contou-se com o ingresso de 60 pessoas de vários estados brasileiros que eram membros da Comissão Estadual/Distrital da Agenda Territorial de EJA e/ou integrantes dos Fóruns Estaduais/Distrital de EJA. Segundo o Relatório Final de Avaliação, sobre a eficácia do curso e o grau de satisfação dos cursistas em relação ao mesmo, “98% dos respondentes do questionário de avaliação final do curso declararam que ficaram satisfeitos com o curso, bem como os índices dos módulos avaliados individualmente”.

Ao término do primeiro curso, surgiu uma nova oportunidade de trabalho que contribuiu ainda mais na consolidação da minha formação acadêmica. Em janeiro de 2011, fui convidada a compor a equipe de trabalho, também como apoio administrativo, do projeto de pesquisa Centro de Memória Viva – Documentação e Referência em Educação Popular, EJA e Movimentos Sociais do DF (CMV-DF), coordenado coletivamente, desde 2010, por quatro professores da Faculdade de Educação da UnB, professor Erlando da Silva Rêses¹⁷, Maria Clarisse Vieira, Maria Luiza Pinho Pereira e Renato Hilário dos Reis.

O CMV-DF que, à semelhança do Portal dos Fóruns de EJA, trabalha na perspectiva da construção coletiva, segundo Cunha (2011), surgiu “a partir da proposta do Portal, mais especificamente, do espaço sobre Educação Popular pensado pelo educador Osmar Fávero e a Equipe do Portal durante o X Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos – ENEJA realizado em Rio das Ostras/RJ em agosto de 2008”.

O referido projeto, em nível regional, é fruto de uma ação interinstitucional de universidades federais e estaduais situadas na região Centro-Oeste (UFG, UNB, UFMT, UFMS) e uma universidade confessional (PUC-GO)¹⁸ e também conta com o apoio do Ministério da Educação - MEC. Em junho de 2011, o CMVEJA-DF submeteu-se ao Edital FLUEX 1ª Edição de 2011 da Universidade de Brasília, tornando-se assim um Projeto de Extensão de Ação Contínua - PEAC da UnB.

De acordo com o seu projeto original:

O projeto Centro de Memória Viva – Documentação e Referência em Educação Popular, EJA e Movimentos Sociais do DF tem por finalidade constituir a memória coletiva da Educação Popular e da Educação de

¹⁷ Educador popular, Doutor em Sociologia e Professor da Faculdade de Educação – FE/UnB

¹⁸ UFG – Universidade Federal do Goiás; UnB – Universidade de Brasília; UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso; UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-GO.

Jovens e Adultos no DF por meio da coleta, organização, sistematização e organização de documentos, imagens, audiovisuais e história oral de atores sociais representativos da história da EJA no Distrito Federal para constituir um acervo próprio em dois formatos, físico e virtual (PROJETO CMVEJA/DF, 2011).

Um dos seus objetivos principais, além de procurar conservar e divulgar a memória viva e coletiva da Educação Popular, dos movimentos sociais e da Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores no DF, é o de desenvolver uma sistemática de pesquisa no âmbito da produção da memória viva e coletiva das ações desenvolvidas pela EJAT no DF procurando envolver os próprios atores que vivenciaram/vivenciam essas experiências.

Uma das atividades mais significativas que pude participar e que, sem dúvida, marcará para sempre minha passagem pelo CMV-DF, foi ter acompanhado a iniciativa do mesmo em encaminhar o processo, via Faculdade de Educação, de pedido de outorga do título Doutor *Honoris Causa post mortem* da Universidade de Brasília ao nosso querido mestre Paulo Freire, oportunamente, encaminhado em decorrência da Semana Universitária da UnB 2011 “Paulo Freire 90 anos – um marco para a reflexão sobre os rumos da universidade brasileira”.

A solicitação de outorga que fora aprovada, por unanimidade, no Conselho da mesma Faculdade e no CONSUNI (Conselho Superior da UnB), foi entregue, em uma sessão solene à Ana Maria Araújo Freire, viúva de Paulo Freire, no dia 06 de outubro de 2011. Segundo a Resolução do CONSUNI nº 003/87, em seu item 1, a iniciativa de outorga do título de

“Doutor *Honoris Causa* deve ser acompanhada de memorial e encaminhada a Departamentos e/ou Conselhos Departamentais da Universidade, contendo informações bibliográficas sobre a pessoa indicada e destacando aspectos relevantes que justifiquem a concessão do título”.

Iniciou-se, portanto, pela equipe do CMVEJA, um processo intenso de busca e de pesquisa sobre a história de Paulo Freire, com vistas a trazer à tona momentos significativos em que o referido educador esteve no DF e contribuiu com a educação, no Brasil e no mundo, bem como suas titulações, premiações dentre outras referências bibliográficas.

A pesquisa ocorreu em espaços diversos como Arquivo Público do DF, Centro de Pesquisa e Documentação da UnB (CEDOC), Decanato de Extensão da UnB (DEX/UnB), Subsecretaria de Órgãos Colegiados da UnB (SOC/UnB), Sindicato de

Professores do Distrito Federal (SINPRO – DF) e Organizações populares. Buscou-se levantar também pessoas-referência da história da EJA e Educação Popular do DF.

Além da cerimônia de concessão do título, realizada durante a Semana Universitária de 2011, participei, como colaboradora na execução das atividades, da Mesa-redonda: Memória Viva da Educação Popular e Educação de Jovens e Adultos, em que o CMV-DF fora lançado oficialmente, na Faculdade de Educação, no dia 05 de outubro, com a participação de 22 pessoas; da Mesa-Redonda: gestão na ótica freireana, no dia 07, com a participação de 37 pessoas; da Conferência: Paulo Freire e a Transdisciplinaridade, no dia 08, com a participação de 80 pessoas e a ilustre contribuição, como conferencista convidado, do Prof. Dr. Ubiratan D'Ambrosio, que, por motivo de saúde, não pôde vir a Brasília e interagiu conosco por meio do *livestream* (ferramenta de transmissão *online*); e por fim, da Webconferência: Paulo Freire, o Andarilho, realizada também no dia 05, com a presença de 38 pessoas no Anfiteatro 12 do ICC Sul e com a participação *online*, como conferencistas a distância, por meio da plataforma da UAB-UnB¹⁹ http://webconf.rnp.br/uab_unb, de dois professores-pesquisadores que têm experiência na educação libertadora de Paulo Freire e que, prontamente, aceitaram o convite da professora Maria Luiza Pinho Pereira, coordenadora da atividade. Um deles foi o professor Oscar Jara Holliday²⁰ que estava em San José, Costa Rica e o outro, professor Roberto Aparici²¹, que estava em Madri, na Espanha.

¹⁹ Universidade Aberta do Brasil (UAB) é um programa de grande porte, criado pelo Ministério da Educação, em 2005, que tem como base a oferta de cursos de formação superior, executados na modalidade a distância por instituições da rede pública de ensino superior, com o apoio de Polos presenciais mantidos pelos municípios ou governos estaduais/distrital. Fonte: <<http://www.uab.unb.br/index.php/institucional/apresentacao>>

²⁰ Peruano radicado em San José-Costa Rica, sociólogo e educador, promotor da educação popular e da sua dimensão política e perito em metodologias de sistematização de experiências educativas. Fonte:

<http://intranet.ucodep.org/educiglo/index.php?option=com_content&task=view&id=94&Itemid=1&lang=pt>

²¹ Argentino radicado em Madri-Espanha, professor doutor da Universidad Nacional de Educación a Distancia-UNED de Madri-Espanha, com pesquisas sobre Comunicação educativa, Educação a distância, linguagens e ciberespaço, análises de meios, em vários países, inclusive o Brasil dentre outros da América Latina. Fonte: <http://www.uned.es/ntedu/Cvitae_roberto/index2.htm>

Figura 5 - Webconferência: Paulo Freire, o Andarilho, realizada no dia 05 de outubro de 2011, durante a Semana Universitária da UnB



Fonte: SILVA, Andreia Soares *et al*, 2012. (Manual de Aprendizagem 6.0)

Por dificuldades de estabelecimento de conexão via web, a atividade prevista para as 14h-Brasília, 19h-Madri e 15h-San José, iniciou-se às 14h50min.-Brasília. Apesar do atraso e de algumas limitações da própria ferramenta, esta foi uma das atividades mais enriquecedoras, pois, além de poder conhecer e interagir com dois pesquisadores/educadores, tivemos a oportunidade de conhecer uma nova ferramenta de comunicação e interação, que embora tenha sido manuseada pela equipe da UAB, pudemos acompanhar de perto todo o funcionamento do equipamento e da ferramenta.

Outra questão interessante foi perceber que, a todo o momento, somos surpreendidos por novos desafios e que, quando buscamos trabalhar na perspectiva da construção coletiva, tantas vezes citada neste trabalho, a superação desses se dá de maneira mais fácil e qualificada.

Digo isso porque, assim que iniciamos a atividade, devido a ampla divulgação nas listas de e-mails e grupos, a ferramenta da UAB que estávamos utilizando e que suportava pouco mais de 50 acessos, ficou sobrecarregada, o que ocasionava a queda da conexão e transmissão. Foi então que, nós da Equipe do Portal que já

trabalhávamos com a ferramenta *livestream*, citada anteriormente, decidimos fazer, simultaneamente, a transmissão pelo referido canal para garantir a participação das pessoas que estavam acessando *online* e de manter a conexão com nossos convidados por meio da webconferência.

Contornada esta situação, enfrentamos outra limitação apresentada pela ferramenta de webconferência da UAB em relação à comunicação simultânea entre os três países. Quando os três microfones estavam ligados ao mesmo tempo, era apresentado um ruído que dificultava a comunicação o que nos levou a estabelecer uma nova dinâmica. Enquanto o professor Roberto Aparici falava, solicitamos ao professor Oscar Jara Hollyday que desligasse apenas seu microfone para que não perdêssemos sua imagem na tela de administração da ferramenta. Mostrando-se atento e respeitoso à situação, ele, quando se sentia tocado a fazer alguma consideração, interagia conosco com suas expressões faciais e através de cartazes com pequenas frases, o que ele, sabiamente, denominou “silêncio ativo”. Quando lhe foi passada a palavra, o professor Roberto Aparici, naturalmente, desligou seu microfone, e o professor Oscar Jara Holliday pôde, como foi colocado no relatório de atividade entregue a organização da Semana Universitária, expor em poucos minutos finais sua “compreensão sobre a educação libertadora de Paulo Freire e o sentido do diálogo como *práxis* de um exercício de autonomia na construção coletiva de conhecimento entre sujeitos de saberes diversos”. Ainda segundo o mesmo relatório, a atividade foi avaliada positivamente, sobretudo em relação a temática “Paulo Freire o Andarilho” e da participação significativa dos conferencistas convidados, no entanto, foi reconhecido que a equipe executora teve dificuldades na administração do tempo e, também, na efetividade de uma dinâmica dialógica de base freireana orientada pelo professor Roberto Aparici, ainda que o “silêncio ativo” do Prof. Oscar Jara Hollyday tenha sido muito significativo.

Particularmente, mesmo com alguns percalços, achei a atividade muito positiva, pois, em todo processo formativo, é importante reconhecermos nossas limitações e dificuldades, no entanto, é imprescindível que procuremos avançar e buscar novas maneiras de superá-las.

Saindo da semana universitária, outra experiência muito interessante que vivi na graduação foi durante o estágio obrigatório (projeto 04) em que escolhi participar do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (PROEJA)-

Transiarte. Na verdade, entrei no projeto como aluna do professor Renato Hilário dos Reis, um de seus coordenadores, durante a segunda fase do projeto 4, no segundo semestre de 2011, para adquirir experiência em docência.

Zim (2010) lembra que o PROEJA–Transiarte faz parte de um projeto de pesquisa do Programa de Apoio a Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica e Educação Profissional Integrada à Educação de Jovens e Adultos, oriundo de um acordo de cooperação entre a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) e a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação.

De acordo com Rodrigues (2009, p. 42):

O Projeto Proeja-Transiarte (www.proejatransiarte.cefetgo.br) [o endereço eletrônico atual é <http://www.proejatransiarte.ifg.edu.br>] foi implementado com foco na arte educação na escola de hoje e investiga a sua relação com as mídias digitais e com a possibilidade de que os alunos se expressem, por meio de uma linguagem artística mediada pelas tecnologias da educação e comunicação. Esta proposta com as mídias digitais tem a intenção de que se explore o processo de criação da identidade cultural dos sujeitos no coletivo, na expressão, na experimentação da ciberarte.

Este Projeto também faz parte de uma das frentes de atuação do Grupo de Ensino-Pesquisa-Extensão em Educação Popular e Estudos Filosóficos e Histórico-Culturais – GENPEX, coordenado pelo professor Doutor Renato Hilário dos Reis. Dentre as outras frentes, tem-se o trabalho de Alfabetização de Jovens e Adultos, em parceria com o Centro de Desenvolvimento e Cultura do Paranoá – CEDEP, e outra, criada recentemente, de acompanhamento socioeducativo de adolescentes em conflito com a lei, em parceria com a Casa Abrigo em Taguatinga/DF.

Voltando à minha atuação no Proeja/Transiarte, além de participar dos encontros no GENPEX onde socializávamos as conquistas e frustrações das atividades realizadas, o grupo previa o acompanhamento de uma turma do primeiro ano do terceiro segmento de EJA (primeiro F) do Centro de Ensino Médio 03 de Ceilândia (CEM 03), uma vez por semana na sala de aula na referida escola e todos os sábados nos chamados Espaços de Convivência realizados no Centro de Educação Profissional de Ceilândia CEP/ETC.

Para planejamento e execução das atividades, contamos com uma coordenação coletiva que era composta por Amanda Aguiar Ayres e Julieta Borges Lemes, ambas mestrandas da Faculdade de Educação, Meire Cristina Cunha e eu,

estudantes de Pedagogia, Manoel Jevan Gomes de Olinda, professor da Escola Técnica de Ceilândia e os três professores do CEM 03: Tatiane Rossela, professora de Português, Francinete Pires de Souza Oliveira, de Matemática e Michelângelo H. Bezerra Lima, de Geografia. As reuniões da coordenação coletiva eram realizadas, semanalmente ou quinzenalmente, às quartas-feiras, no CEM 03, e como traz Lemes (2012) tinham o objetivo de “integrar a situação-problema-desafio, discutida e acordada pela turma, com áreas de conhecimento disciplinares da EJA”, com ênfase nas disciplinas citadas anteriormente.

No CEM 03, os encontros com os estudantes aconteciam de forma intercalada, ou seja, em uma semana, por exemplo, era na aula de Português, na outra semana, Matemática, na outra Geografia, depois voltava para Português e assim sucessivamente. Além de trabalharmos os conteúdos que estavam previstos no programa destas disciplinas, procurávamos relacioná-los com os encontros de sábado que eram chamados, como já foi citado, de espaços de convivência.

Sobre os espaços de convivência, Lemes (2012, p. 217) apresenta o seguinte:

O espaço de convivência inicia-se sempre com uma roda e com alguma atividade de descontração. Como os encontros acontecem aos sábados, pela manhã, essa dinâmica inicial contribui para tirar o sono e o cansaço dos participantes: sujeitos da EJA, professor do CEP-Ceilândia e estudantes da UnB.

Figura 6 - Roda inicial no espaço de convivência.



Fonte: <http://www.proejatransiarte.ifg.edu.br/medias>. Acesso: 15 de jan. 2012

O trabalho com a turma, inspirado na proposta pedagógica de Paulo Freire, iniciou-se com a escolha do que Reis reafirma como “situação-problema-desafio”. Como nos explica Reis (2011), estas são “às necessidades [afetivas], econômicas,

financeiras, sociais e culturais que caracterizam o cotidiano vivido/enfrentado dos moradores [...] como decorrência da lógica excludente [...] do modo de produção dominante no país.” (REIS, 2011, p. 56).

Diferente do caso de Reis (2011) que traz as necessidades dos moradores do Paranoá, nós buscamos o levantamento e a superação da situação-problema-desafio dos sujeitos da EJAT de Ceilândia relacionado à Educação. No caso, especificamente, dos estudantes do CEM 03, o tema foi intitulado de “Educação Solidária”. Sobre a escolha deste tema Lemes (2011, p. 214) contextualiza:

Essa situação emerge, pois na turma existe uma estudante que relata que sua irmã, com cerca de 32 anos de idade, é analfabeta. Diante desse fato, a turma do primeiro F pensa em estratégias para ajudá-la, chegando então à discussão da alfabetização de jovens e adultos e à ausência do governo em 2011 nessa demanda. Outro ponto que também embasa a escolha da situação-problema-desafio da Educação Solidária é a discussão trazida pela professora de Matemática que relata que os estudantes da turma primeiro F estão tendo dificuldades nessa disciplina. Frente a isso, propõe-se, um processo de monitoria, ajuda mútua, entre os estudantes da própria turma. Educação Solidária.

A partir desta decisão, estudantes e coordenação coletiva elaboravam e desenvolviam as atividades buscando trabalhar o tema escolhido pela turma e muitos frutos foram colhidos ao longo do processo. Em um dos encontros do espaço de convivência, a turma se dividiu em quatro grupos e foi proposto que cada um, escolhesse um tipo de produção textual (carta, música, poesia, mensagem, e-mail, dentre outros), que essa produção utilizasse o tema Educação Solidária e depois fosse apresentada para os demais colegas da turma. Foram produzidos, coletivamente, uma Carta, endereçada ao Governador do DF reivindicando esclarecimentos sobre o andamento do Programa DF Alfabetizado, dois *Raps* e uma Mensagem. Posteriormente, na aula de Português no CEM 03, os mesmos foram corrigidos por todos da turma, com o auxílio da professora Tatiane.

Um novo desafio foi lançado à coordenação coletiva quando nos reunimos para pensar em uma maneira de integrar o conteúdo de matemática, Função Polinomial do primeiro grau, com a Educação Solidária. Conforme relato da mestrande Amanda Ayres, registrado em seu diário de Itinerância, o processo assim desenvolveu-se:

A discussão foi caminhando no intuito de pensar a relação desse conteúdo com a vida dos estudantes. A Professora [Francinete de Matemática] citou exemplos bem próximos das manchetes de jornais: mercado financeiro, ibope dos candidatos no período de eleição... falou um pouco mais sobre a

lógica presente no gráfico, nas variáveis, nos pontos, linha...bem interessante...

Se a função está associada a duas variáveis conseguimos pensar que uma delas é a Educação solidária e a outra o seu impacto na vida dos estudantes? Hum complicou... Vamos pensar... Espera! Luz, lâmpada e Ação... A professora [Francinete de matemática] teve um insight:

A formula é: Quem ensina aprende em dobro!

A relação de proporção é desenvolvida no gráfico chegando à reta que constitui a trajetória desse (a) estudante que atua em uma perspectiva de educação solidária!

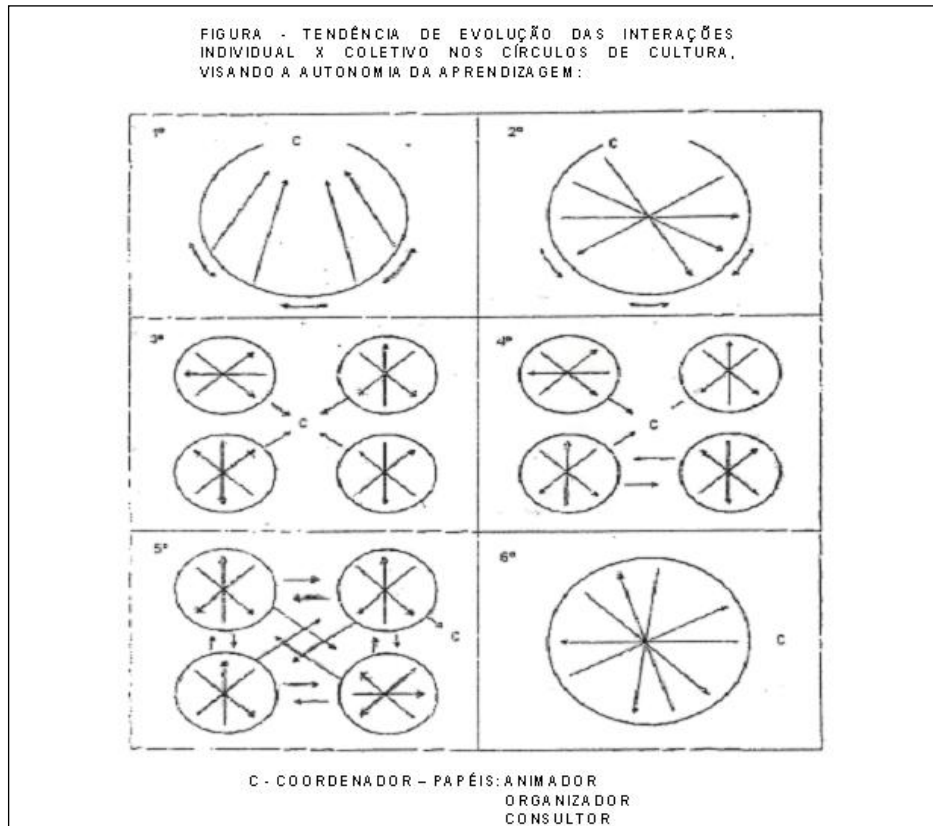
E o melhor são os (as) estudantes que irão chegar a formula na medida em que são provocados pelo tema!

Uau! Que poético! Então a Matemática também pode ser vista em uma perspectiva qualitativa?

Depois ela nos explicou algumas relações matemáticas que são interpretadas a partir do que está escrito! Já achamos uma possibilidade de conexão com Português! (LEMES,2012)

O exercício de solidariedade praticado entre os estudantes foi tão contagiante que a cada novo encontro, percebia-se uma mudança significativa na maneira como os mesmos se portavam e se relacionavam uns com os outros. Percebia-se, então que os estudantes se sentiam mais autônomos e participativos fazendo com que a palavra e as ações não ficassem mais nas mãos só da coordenação. Esse processo foi tão significativo que é possível reconhecermos algo semelhante ao trabalho realizado por Angelim (1988) em que a mesma representa a tendência de evolução das interações nos círculos de cultura onde são explicitados os seis momentos de seu desenvolvimento e a posição do coordenador.

Figura 7 - Tendência de Evolução das Interações Individual X Coletivo nos Círculos de Cultura. Visando a Autonomia da Aprendizagem.



Fonte: ANGELIM, 1988.

Segundo a autora:

No primeiro momento, o Coordenador assume, com maior ênfase, o papel de animador e, como tal, catalizador das interações, que se configuram como conjunto de díades. No segundo momento, o Coordenador já se posiciona como participante do grupo, estimulando interações entre os demais participantes, enfatizando o papel organizador. No terceiro momento, a intensificação de interações configura subgrupos, tendo o Coordenador como referência destes. No quarto momento, o Coordenador continua seu papel de organizador, estimula interações entre os subgrupos, o que se intensifica bastante no quinto momento, quando o Coordenador, a partir de um subgrupo, interage com os demais. No sexto momento, o fortalecimento das interações entre todos os participantes do grupo (coesão grupal) conduz ao desaparecimento dos subgrupos e à autonomia da aprendizagem grupal, cabendo ao Coordenador com maior ênfase, o papel de consultor (p.45).

A partir desta exposição fica claro que o trabalho na perspectiva da construção coletiva é o melhor caminho para a busca da autonomia individual e coletiva e que é preciso um planejamento e acompanhamento efetivo, pois esse não é um processo natural.

No intuito de captar essa consciência da autonomia dos próprios estudantes e de levantar suas percepções acerca do trabalho realizado, a Equipe de pesquisadores do Proeja-Transiarte decidiu colher alguns depoimentos para compor seu livro ²² que será publicado no segundo semestre de 2012.

Pautada também na proposta da construção coletiva e na metodologia da Pesquisa-ação de René Barbier ²³, a produção deste livro nos deu a oportunidade de poder contar com a participação dos vários atores envolvidos no projeto. No entanto, um grande desafio era conseguir, em pouco tempo, oportunizar aos próprios estudantes colocarem suas impressões acerca do Projeto Proeja-Transiarte.

Pensando nisso, a equipe de professores e estudantes da UnB concluíram que a maneira mais viável, para o momento, era colher os depoimentos dos estudantes do CEM 03 por meio de uma pequena entrevista em que os mesmos pudessem, depois de fazerem uma pequena auto apresentação considerando seu nome completo, idade, de onde veio e qual ocupação, responder três questões orientadoras:

- Como você estava antes de entrar no projeto (o que eles sabiam ou o que não sabiam)
- O que você aprendeu durante o projeto? (O que foi significativo?)
- O que você leva do projeto para sua vida? (Como você sai hoje desta primeira fase do projeto?)

Os depoimentos foram registrados por mim, em audiovisual, no CEM 03 e, posteriormente, degravados também por mim e pelo professor Manoel Jevan.

No dia das entrevistas, pouco antes do horário marcado com os estudantes, solicitei à direção do CEM 03, que me atendeu prontamente, uma sala para gravar os depoimentos dos estudantes que passaram pelo projeto. Chamei-os um a um na sala e expliquei que os depoimentos seriam registrados na câmera, degravados e

²² O livro citado é o TELES, Lúcio França et al. Proeja Transiarte – construindo novos sentidos para a educação de jovens e adultos trabalhadores. Brasília, Editora Verbena, 2012. No prelo.

²³ René Barbier é professor de Ciências da Educação na Universidade de Paris 8, co-diretor do Centro de Pesquisa sobre o Imaginário Social e a Educação (Crise) e diretor do Laboratório Educação e Culturas (Liec). Autor de Pesquisa-ação na instituição educativa (1977), obra publicada no Brasil pela Zahar Editora, e de L'approche transversale: l'écoute sensible em sciences humaines (Anthropos, 1997), referências fundamentais sobre pesquisa-ação. Dedicou-se, atualmente, ao estudo da mestiçagem cultural e axiológica e à reflexão sobre a pertinência da obra de J. Krishnamurti para a pesquisa em educação (<http://home.fr.inter.net:barbier/>). Autor também de A Pesquisa-Ação, obra publicada no Brasil pela Liber Livro Editora (2002), que trata da pesquisa-ação, em particular existencial, com conceitos de escuta sensível, da ideia de pesquisador coletivo, da complexidade, no sentido de contribuir para o desenvolvimento de atitudes e formas de ação investigativas e transformadoras na área educacional. (BARBIER, 2004). Mais informações sobre pesquisa-ação acesse: <<http://forumeja.org.br/node/2121>>.

inseridos no livro que estava sendo produzido pela equipe do Proeja. Todos se prontificaram em contribuir, porém, infelizmente, não foi possível entrevistar a todos, pois estávamos nos últimos dias letivos e como era dia de divulgação do resultado final, os estudantes estavam atrás das notas e dos professores para possíveis ajustes.

Durante o registro, fiz algumas intervenções, refazendo as perguntas apresentadas anteriormente, pois os estudantes acabavam se perdendo na fala ou ficavam envergonhados por causa da câmera de vídeo. Foram registrados os depoimentos de 12 estudantes, a saber: Alex William Alves da Silva; Aline Alcântara da Silva, Altino Francisco da Cruz, Andrea Cristina Nonato, Aurora Ferreira Pires, Deuzinete Pereira, Eliete S. Frazão, Giselle Silva Rocha, Lucas Rafael Silva, Luiz Costa de Aquino, Maria Damiana de Carvalho e Wisley Dias Chagas.

Poder fazer as entrevistas e o registro dos depoimentos foi muito interessante e ao mesmo tempo emocionante, pois a equipe pôde constatar o quanto os estudantes do CEM 03 se sentiram valorizados por poderem falar o que pensavam, o que sentiram e o que aprenderam durante esse tempo que passamos juntos no curso.

No depoimento da Aline Alcântara da Silva, por exemplo, ela ressalta o quanto foi significativo seu avanço tecnológico no curso e como o trabalho coletivo a partir do tema “Educação Solidária” contribuiu para uma mudança de postura em relação a seus colegas e para união da turma:

Aline: Meu nome é Aline Alcântara, tenho 21 anos, sou daqui mesmo de Brasília, eu trabalho de secretária pro meu irmão que ele tem uma empresa (...) Com o projeto, eu aprendi muita coisa, primeiro que eu nem sabia o que era “stop motion”, eu sabia mexer no computador só básico, só ligar, MSN, Orkut, o que todo mundo aprende até em casa mesmo. Só que eu não tinha nenhum curso profissionalizante de computação, que essa é minha finalidade no curso.

Danielle: E além da parte tecnológica do Curso, o que é que você viu no Curso?

Aline: O curso me ajudou muito a ajudar mais as pessoas, por que eles criaram a “educação solidária” e isso abriu muito minha cabeça, pra não pensar só em mim, ser tipo mais coletivo com as pessoas. Aprendi muito nas aulas dos sábados não só nas aulas de computação, mas também na conversa e tal, aprendi muito.

Danielle: Como é que você sai desta primeira etapa?

Aline: Nessa primeira etapa, eu aprendi não só computador, mas “educação solidária” foi isso o que marcou mais pra mim, as pessoas se uniam muito no curso, a turma ficou muito unida (Depoimento da estudante Aline Alcântara da Silva para o livro do Proeja Transiarte, 2012).

Na fala de Luiz Costa de Aquino também percebemos como foi importante pra ele a participação neste projeto e o quanto saiu estimulado a buscar mais:

Meu nome é Luiz Costa. Estou fazendo o curso, sou autônomo, trabalho por minha conta, trabalho com uma oficina de lanternagem e pintura. (...) Já consegui desenvolver bastante a técnica com o computador. Já aprendi a ligar e desligar, mandar e-mail, até acessar direitinho, mandar e-mail, receber também, se comunicar. Particularmente, já tenho me comunicado com professores meus, com amigos, com a minha família. E isso aí vai se ampliando cada vez mais e eu tô gostando, me aprofundando e eu preciso buscar isso com todas as minhas forças porque faz parte do dia-a-dia e é isso mesmo que eu quero. (Depoimento do estudante Luiz Costa de Aquino para o livro do Proeja Transiarte, 2012)

Uma questão interessante é que Luiz Costa de Aquino, apesar de no trabalho não lidar diretamente com o computador, enxergou uma boa oportunidade de melhorar sua fonte de renda. Além de criar um e-mail pessoal, ele criou um e-mail para sua empresa e assim pôde ampliar seus contatos, divulgar o seu trabalho e atender melhor seus clientes.

Outro depoimento muito significativo e que me emocionou muito foi o da Deusinete que colocou o quanto esse contato com o curso ajudou no seu crescimento pessoal e profissional:

Deusinete: (...) antes de entrar no curso eu não sabia muito de mexer no computador não; mas aprendi muito, tanto no PowerPoint (que a gente aprende a fazer os slides, né?), e aprender a trabalhar com imagens. E isso eu não sabia nem pra onde ia! Hoje eu aprendi como fazer um slide através do curso.

Danielle: Além da parte do computador, o que você aprendeu, da parte artística, do coletivo?

Deusinete: Aprendi a interagir também com as pessoas, que foi bom. A amizade... É um pessoal muito dedicado, tem toda a paciência do mundo de ensinar pra gente. A Danielle, sem dúvida, a paciência que ela teve com minhas filhas, eu tenho a agradecer, porque se não fosse isso... A Julieta também é muito atenciosa. O Jevan então, nem se fala. A Meire, também. Foram muito bons, assim, com a gente.

Danielle: E como acha que você sai do projeto hoje?

Deusinete: Hoje, você já vê o mundo de outra maneira. Eu chego hoje no serviço, o pessoal tá mexendo no computador, eu já vou lá e já mexo e tudo, coisa que eu não fazia, isso eu aprendi no curso. Com certeza eu vou levar bastante coisa pra fora do que eu aprendi lá dentro do projeto (Depoimento da estudante Deusinete Pereira para o livro do Proeja Transiarte, 2012).

Poder ouvir estas palavras de satisfação e entusiasmo por parte dos estudantes é muito gratificante. E ter a sensação de que, de alguma forma, nós do projeto Proeja/Transiarte pudemos contribuir com o bom desempenho escolar

desses alunos, estimula-nos a querer continuar na luta por uma Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores mais justa e de qualidade.

Ao optar por continuar na luta pela EJAT, assumi, ao mesmo tempo, o compromisso de qualificar-me mais como pedagoga/pesquisadora/militante. E o primeiro passo foi me apropriar melhor da história da EJAT e de alguns conceitos sobre o movimento social, afinal, como praticamente “cai de paraquedas” na luta, sobre isso conhecia quase nada.

Por isso, no próximo capítulo, faço um breve levantamento sobre a história da EJAT no Brasil e no DF, sua relação com o movimento social e algumas percepções minhas que me ajudaram a decidir que caminho queria percorrer quando formada.

**III. MEU ENCONTRO NO MOVIMENTO SOCIAL E O DESPERTAR
DE UMA PEDAGOGA MILITANTE PELA EJAT**

Sempre falo que minha graduação foi dividida em duas fases: A.P. – Antes do Portal e D.P. – Depois do Portal. Digo isso porque a sensação que tenho é de que eu levava uma vida acadêmica sem muitas perspectivas até o momento em que mergulhei no projeto Portal dos Fóruns de EJA do Brasil. E sinto que tudo mudou quando fui “picada” pela mosquinha da militância.

A partir do momento que compreendi que um pedagogo não pode viver alheio da sua realidade, percebi o quanto ainda precisava crescer como profissional e como ser humano. Foi então que decidi encarar a minha ignorância em relação à história da minha cidade e a buscar uma maneira de me engajar política e, pedagogicamente, na vida da minha comunidade.

Como falei anteriormente, os encontros do Projeto 3 eram regados de muitas leituras e discussões que contribuíram para (re) construir minhas concepções sobre a Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores. Anteriormente, eu acreditava que esta estava ligada apenas à alfabetização e à escolarização, no entanto, com o tempo fui percebendo que a EJAT, apesar de ainda ter muito que avançar, caminha para a perspectiva de uma educação ao longo da vida, em que se devem respeitar os sujeitos de saberes, buscando a integração com o mundo do trabalho. No entanto, é à custa de muita luta que essa bandeira vem sendo levantada e, provavelmente, muito mais desafios vêm por aí, pois, de certa forma, a história da EJAT no Brasil é, relativamente, muito recente.

2.5 A Educação de Jovens e Adultos no Brasil

Segundo Pedrosa (2008) “o debate sobre uma educação voltada para a população jovem e adulta surge, na história educacional do Brasil, a partir da década de 1930, quando, finalmente, começa a se consolidar um sistema público de educação elementar no país”. Com a perda da hegemonia dos latifundiários cafeicultores e com emergência da burguesia industrial brasileira, a sociedade brasileira passa por grandes transformações e com a preocupação da qualificação de mão de obra, surgem políticas públicas educacionais, que deram expressão à problemática da Educação de Jovens e Adultos. A constituição de 1934 consolida o dever do estado em relação ao ensino primário, integral, gratuito e de frequência obrigatória, extensiva, inclusive, aos adultos (Art. 150).

Essa prerrogativa de voltar o olhar para o ensino no campo da EJA não se deu apenas no Brasil, pois, também estava em alta também no âmbito internacional, assim como muitas outras questões de ordem educacional e econômica. Ventura (2001, p.2) salienta:

Campanhas foram lançadas em muitos países periféricos e semiperiféricos após a II Guerra mundial, incentivadas, principalmente, pela recém-criada Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), órgão vinculado à Organização das Nações Unidas (ONU), para incentivar, entre outras iniciativas, a realização de programas nacionais de educação de adultos, em alguns aspectos vinculados a propostas de combate ao comunismo.

Por volta do final dos anos 1940 e início dos anos 1950, cerca de 55% da população brasileira maior de 18 anos era de analfabetos. Foi nesta ocasião que a UNESCO, órgão vinculado a ONU, liderou o movimento, de estímulo à criação de programas nacionais de educação de adultos analfabetos, principalmente nas regiões consideradas mais atrasadas do país (LEAL, 1985 apud VENTURA, 2001).

As campanhas, influenciada pelo contexto de industrialização, tinham como objetivo alfabetizar os trabalhadores para assim prepará-los para o mercado de trabalho. O interesse era de ter mão de obra treinada e qualificada para atuar nas indústrias. Para tanto, foi criado, em 1942, o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial). Com o fortalecimento do comércio e a urbanização desenfreada, outras instituições, que hoje compõem o Sistema S²⁴, foram criadas, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR).

Para os muitos excluídos do sistema regular de educação, restavam as inúmeras campanhas de alfabetização em massa, como a Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), criada em 1947 e a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), em 1952.

Para alcançar sucesso no lançamento da CNER, foi realizado o 1º Congresso de Educação de Adultos, com o *slogan* “ser brasileiro é ser alfabetizado”, que, ainda

²⁴ O Sistema "S" é coordenado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Dentre outras, fazem parte deste as seguintes instituições: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); Serviço Social do Comércio (SESC); Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR); Serviço Nacional de Aprendizagem em Transportes (SENAT); Serviço Social de Transportes (SEST) Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (SEBRAE) Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP). Fonte: <<http://www.senai.br/br/ParaVoce/faq.aspx>>.

segundo Ventura (2001), destacava a importância da educação de adultos para a democracia e a defesa da alfabetização em nome do exercício da cidadania. Essa vinculação da educação à vida cívica era, notadamente, intencional, pois estávamos prestes a retornar as eleições diretas, fato que marcou aquele período.

Ventura (2001) aponta que, no governo de Juscelino Kubitschek, com a aceleração e o planejamento de desenvolvimento econômico, o papel da educação ganha destaque, no entanto, muito preocupada com a formação de recursos humanos. Com a educação mais voltada para uma perspectiva tecnicista, havia a necessidade de uma adequação do sistema de educação, que, mais tarde, seria justificada pelo surgimento da Teoria do Capital Humano, desenvolvida pelo economista Theodore Schultz, que “defendia a ideia de que as pessoas compõem o capital de cada país, e que a educação é um investimento que nele se faz” (Ventura, 2001, p. 6).

Nas palavras de Cardoso:

A formação de mão de obra qualificada para a indústria passa a definir toda a preocupação desenvolvimentista com a política educacional. Sua base é a educação voltada para o trabalho, tendo no mercado de trabalho o seu ponto básico de referência. A pretensão de torná-la técnica, especializada na medida do esforço técnico necessário para o tipo de desenvolvimento que se busca (CARDOSO apud VENTURA, 2001, p.6).

Frigotto, um dos maiores críticos da teoria de Schultz, reforça essa tendência tecnicista da educação e pondera:

A visão do capital humano vai reforçar toda a perspectiva da necessidade de redimir o sistema educacional de sua “ineficiência” e, por sua vez, a perspectiva tecnicista oferece a metodologia ou a tecnologia adequada para constituir o processo educacional como um investimento – a educação geradora de um novo tipo de capital – o capital humano. A educação, para essa visão, se reduz a um fator de produção (FRIGOTTO apud VENTURA, 2001, p.6).

Em 1958, realizou-se o 2º Congresso Nacional de Adultos, onde foi discutido o importante papel da educação de adultos na solução de problemas criados pelo desenvolvimento econômico e a necessidade de encontrar novas diretrizes para ela. Neste período, final da década de 1950 e início de 1960, segundo Rigo (2011, p.22), “devido a esse crescimento econômico e o desenvolvimento das potências industriais nos países desenvolvidos, estudos começam a ser realizados para identificar a relação entre maior escolaridade e crescimento econômico”.

Nessa mesma época, fora das academias, grupos e movimentos populares que pensavam numa sociedade alternativa para o Brasil foram se formando. Estes tinham uma concepção de educação diferente, na qual ela deveria ser usada como instrumento de transformação da estrutura social a que estavam submetidos e que deveria ter como objetivo formar pessoas politicamente conscientes.

Começa, portanto, o confronto entre duas concepções de educação de adultos: uma que percebe como educação libertadora, como conscientização política; e outra entendida como educação funcional, ou seja, somente para treinar mão de obra e torná-la mais qualificada e produtiva para atuar no chamado mercado de trabalho.

Por conseguinte, começam a explodir movimentos que, embora pudessem estar vinculados a algumas instituições, ora do governo local ou de igrejas, tinham um caráter popular, como a criação do Movimento de Cultura Popular (MCP), em 1960; o surgimento do Movimento de Educação de Base (MEB), em 1961 e, no mesmo ano, o início da campanha “De pé no chão também se aprende a ler”, desenvolvida pela Secretaria de Educação Municipal de Natal/RN (VENTURA, 2001).

E foi nesta época que Paulo Freire e sua equipe, no Movimento de Cultura Popular e no Serviço de Extensão da Universidade do Recife/PE, começaram a ganhar expressão com suas experiências de alfabetização. Vale lembrar que, até hoje, Freire é considerado um ícone para o fortalecimento da educação de jovens e adultos no Brasil e em muitos países do exterior.

O grande marco nos trabalhos realizados por Paulo Freire e sua equipe foi a experiência de alfabetização de adultos realizada em Angicos/RN, em 1962/1963, onde eles alfabetizaram 300 trabalhadores rurais e urbanos em 45 dias. A experiência, que depois ficou conhecida como “Método Paulo Freire”, foi tão significativa que ganhou repercussão nacional e internacional. Conseqüentemente, Paulo Freire foi convidado, pelo recém-empossado Ministro Paulo de Tarso, do governo João Goulart, para coordenar o Programa Nacional de Alfabetização - PNA, no mesmo ano, 1963, que visava atender 5 milhões de adultos, engrossando a grande massa de novos eleitores (PAIVA, 1987 apud VENTURA, 2001). Embora esse não fosse o principal foco de seu trabalho, Freire sabia que por meio de sua proposta as estruturas e as relações de poder no Brasil mudariam consideravelmente.

Contudo, é importante destacar também que esse reconhecimento não se deu por acaso. E para compreendermos como se deu esse processo, assim como afirma Marcos José de Castro Guerra ²⁵ em entrevista concedida a Paolo Vittoria ²⁶ sobre a época em que, como presidente da União Estadual dos Estudantes que congregava os estudantes da Universidade do Rio Grande do Norte, foi convidado a participar desta grande campanha de alfabetização em Angicos, portanto, é imprescindível conhecer o contexto da época.

Segundo Marcos Guerra:

O Brasil estava concentrando em mergulho fundo num processo de mudança. Nós tínhamos, no governo federal, João Goulart, vice-presidente que havia assumido no bojo de uma luta, porque tendo sido vice-presidente e ligado ao partido, na época PTB – Partido Trabalhista Brasileiro, tinha havido uma tentativa de que ele não pudesse assumir, para que pusessem no lugar outras pessoas. Ele ganhou, através de um movimento liderado por um cunhado, Leonel Brizola, o direito de assumir a presidência da república que ele tinha ganho com a renúncia de Jânio Quadros. Cabia, naturalmente, a ele.

Então, havia um clima de mudança. Havia uma discussão nacional sobre mudança política, mudança estrutural, tipo reforma agrária, na universidade nós discutíamos reforma universitária, se discutia reforma política. Então me parece muito importante entender que, esse trabalho revolucionário de Paulo Freire, não era uma coisa isolada. Era um clima geral no Brasil, de que nós podemos mudar e a hora é agora. Então, cada um que podia, ali onde estava na sua frente, ele assumia o comando dessas mudanças. (GUERRA, 2005)

Guerra foi de uma geração de estudantes que tinham consciência de que faziam parte de 1% da população brasileira que tinha o privilégio de poder estar na universidade pública e gratuita. Portanto, também influenciados por esse clima de mudança, a União Nacional dos Estudantes (UNE) promoveu um grande movimento na base de cada estado, articulados pela União Estadual, para que os estudantes pudessem devolver à população aquele privilégio que recebiam.

²⁵ Possui graduação em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito - UFRN (1965) e mestrado em Direito Internacional do Desenvolvimento - Université de Paris V - René Descartes (1981). Professor no curso de Especialização em Direito Internacional da UFRN. Advogado principais áreas: Direito Internacional (Estrangeiros, empresas, contratos), Direito Ambiental, Direitos Humanos. Larga experiência nas áreas de Educação (jovens e adultos, alfabetização), Cooperação Internacional, Desenvolvimento local e regional, Desenvolvimento Sustentável, e áreas de Direito acima indicadas. Conselheiro seccional da OAB-RN. Preside a Comissão de Relações Internacionais. (www.cnpq.br)

²⁶ Paolo Vittoria - graduado em Letras e Doutor em Pedagogia na Universidade Federico II de Nápoles (Itália). Pós Doutorando em Políticas Educativas na UFF. Área geral de pesquisa e interesse: educação popular na Itália e no Brasil, pedagogia ambiental, interculturalidade. Fonte: <http://www.uff.br/feuffrevistaquerubim/index.php?option=com_content&view=article&id=3&Itemid=3>

Então, isso ocorreu através de atividades como o trabalho de alfabetização com Paulo Freire, atividades similares de alfabetização que ocorriam ao mesmo tempo no Rio Grande do Norte, como “De pé no chão também se aprende a ler”, na prefeitura ou com a Igreja Católica, Movimento de Educação de Base, que são atividades contemporâneas, ou ainda, o pessoal da área de saúde, odontologia, medicina, farmácia ou laboratórios, também faziam trabalhos de devolução para a população. O pessoal de arquitetura, engenharia, seja de melhoria das condições habitacionais ou de saneamento. O pessoal de Pedagogia/educação ou de serviço social e assim por diante. (GUERRA, 2005)

Como destacado na fala de Guerra (2005) e referido, anteriormente, por Ventura (2001), três grandes atividades simultâneas se destacaram, como a campanha “De pé no chão também se aprende a ler”, realizada no Rio Grande do Norte, as atividades de alfabetização do Movimento de Educação de Bases – MEB, que introduziu a educação radiofônica, através do rádio atingindo as comunidades rurais, porém, com um método tradicional, pois além de utilizar a cartilha com palavras geradoras, situações e conteúdos tradicionais o processo era longo, chegando a durar de um a dois anos para se concluir a alfabetização e, por fim, a já citada proposta de Paulo Freire que se mostrou mais ousada e emancipadora. No entanto, antes de continuarmos a falar das experiências, é importante se pensar sobre uma questão: Mas por que alfabetizar adultos?

Esta, sem dúvida, é outra questão que só é possível responder se resgatarmos outro ponto importante sobre o contexto da época, também apresentado por Marcos Guerra:

Na época, 62/63, analfabeto não votava no Brasil. E havia, nesse clima de mudança e de reforma, uma grande luta para que o analfabeto pudesse votar, mas não havia uma decisão política sobre isso. Então, é evidente que o pleito, a demanda de se alfabetizar, para participar da eleição, pra poder votar e ser votado, era uma coisa que, naturalmente, era uma tentativa de uma conquista popular. E ao mesmo tempo, isso era desejado por alguns e temido por outros. Em Angicos, por exemplo, 300 novos eleitores viria desequilibrar, totalmente, aquilo que a gente chama do “curral eleitoral”. O chefe político já sabia quem votava a favor dele, quantos eram. De repente sobre um conjunto de 800 eleitores já conhecidos, chegam 300 novos, vão votar como, vão votar em quem? Isso gerou, em seguida, quando a gente tem que ir para outras cidades, gerou alguma inquietação e alguns problemas, por exemplo, em Mossoró, uma grande cidade, a segunda maior do estado, vizinha a Angicos. (GUERRA, 2005)

A partir dessa exposição, podemos concluir que alfabetizar apenas para ensinar a ler e escrever já não fazia mais sentido, principalmente para aqueles que queriam uma mudança de base cultural, social, política e econômica. Havia a necessidade de, ao mesmo tempo em que se ensinasse as letras, formar um cidadão crítico e participativo, pois, do contrário, apenas aumentaria a massa

eleitoral que, de certa forma, seria ainda mais perigoso, pois os chefes eleitorais continuariam iludindo os novos eleitores aproveitando a oportunidade para se promoverem, afinal as campanhas queriam mostrar que o governo e os grandes latifundiários estavam fazendo um favor para a população ao cederem espaço, material e professores para as turmas de alfabetização.

Em outro trecho da entrevista, percebemos que durante os debates, por meio das discussões dos temas geradores, os alfabetizados acabavam tomando conhecimento dos seus direitos e se organizavam para lutarem juntos por eles, como no episódio a seguir:

Então, era um clima bem diferente. Se a gente quiser analisar, até do ponto de vista político, eu me lembro que para discutir alguns direitos, por exemplo, se pegou um texto da CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas. E se discutiu ali salário, se discutiu greve, trabalho, coisas assim e eles descobriram, então, que tinham direito de reivindicar salário, e alguns dos alunos eram pedreiros ou ajudantes de pedreiro, na obra de construção da sala de aula, ou de cinco ou seis salas de aula numa escola nova que estava se criando, em Angicos, dentro do mesmo programa. Lembram que eu disse que haviam construção de sala, formação de professores e programa de alfabetização? Então. Eles foram exigir salário e repouso semanal que tinham descoberto que era um direito. O construtor disse que demitiria todo mundo e que trazia pessoas de uma cidade vizinha. E fez assim, demitiu. Demitir um trabalhador sem carteira assinada é muito fácil. Não tem trabalho pra você. E fizeram vir pessoas de um município vizinho. O município vizinho, Fernando Pedrosa. E eles foram bloquear a estrada. Mandaram parar o caminhão que vinha com os trabalhadores, dialogaram com os trabalhadores, explicaram porque que eles estavam fazendo a greve, era em termo de melhoria de salário. De repente o secretário de educação recebe um telefonema do construtor dizendo olha aí o que é que você inventou, olha o problema e a obra vai atrasar. E o Calazans disse, perai, se os caras estão exigindo um direito, você não vai negar, senão como é que a gente vai ficar? Resultado, o cara foi obrigado a pagar os direitos. (GUERRA, 2005)

É por essas e outras que os grupos e movimentos que buscavam uma mudança significativa nas estruturas, acreditaram na proposta de Paulo Freire. Além do mais, não se tratava de um mero método de alfabetização e sim de um sistema de educação mais amplo com materiais de alfabetização, pós-alfabetização e conhecimentos básicos de matemática e aritmética e que eram próximos a realidade dos alfabetizados, considerando o conhecimento gerado pela experiência de vida dos sujeitos de cultura que estes traziam para os chamados círculos de cultura.

Segundo Gadotti (1998, p. 42) “no seu processo de alfabetização, estes novos eleitores, provenientes das camadas populares, seriam desafiados a perceber as

injustiças que os oprimiam e a necessidade de lutar por mudanças”. No entanto, ainda segundo Gadotti, os planos não saíram conforme foram pensados:

(...) as classes dominantes identificaram a ameaça e, obviamente, colocaram-se contra o Programa, que, oficializado em 21 de janeiro de 1964, pelo Decreto nº. 53.465, foi extinto pelo governo militar em 14 de abril do mesmo ano, através do Decreto nº. 53.886. Por duas vezes, em Recife, Paulo Freire foi obrigado a vir ao Rio de Janeiro responder a inquérito policial-militar. Sentindo-se ameaçado, asilou-se na embaixada da Bolívia e partiu para aquele país em setembro de 1964, com apenas 43 anos de idade, levando consigo o “pecado” de ter amado demais o seu povo e se empenhado em politizá-lo para que sofresse menos e participasse mais das decisões. Queria contribuir na construção da consciência dos oprimidos e na busca pela superação de sua secular interdição na sociedade [...] Tendo partido de São Paulo, sob a guarda e proteção do próprio Embaixador da Bolívia, para esse país vizinho, que o acolheu generosamente, sentiu em La Paz sua saúde abalada devido à localização alta desta cidade que fica no cume das montanhas dos Andes. Mas foi o golpe de Estado na Bolívia, ocorrido pouco tempo depois de sua chegada, que o levou ao Chile. Em Santiago, ao lado de sua família, iniciou, como tantos outros brasileiros que no Chile tiveram asilo político, uma nova etapa de sua vida e de sua obra. Neste país viveu de novembro de 1964 a abril de 1969, trabalhando como assessor do Instituto de Desarrollo Agropecuario e do Ministério da Educação do Chile e como consultor da UNESCO junto ao Instituto de Capacitación e Investigación en Reforma Agraria do Chile. Nessa ocasião foi convidado também para lecionar nos Estados Unidos e trabalhar no Conselho Mundial das Igrejas. Atendeu aos dois convites”. (GADOTTI, 1998, p.41-42)

Enquanto isso, no Brasil, em 1967, é criado o Mobral – Movimento Brasileiro de Alfabetização, que começou a funcionar, de fato, em 1970 e era voltado para a educação de massa, que visava o controle da população e impedia qualquer prática de libertação e conscientização do ser humano. Preocupava-se em manter a ordem e a hegemonia do um regime político. Período de retrocessos se comparado com o anterior.

De acordo com Ventura (2001), só mais tarde, 1985, já no início da chamada Nova República, após 20 anos de regime militar, o Mobral foi extinto e transformado em Fundação Educar. E, apesar desta representar para muitos uma continuidade do Mobral, ela diferenciava-se, pois atuava de forma descentralizada, estando subordinada ao Ministério da Educação, e agia como órgão de apoio e fomento, firmando convênios com governos municipais, estaduais, empresas e entidades da sociedade civil. Ainda segundo Ventura (2001, p. 13):

Contraditoriamente, apesar de o MEC apresentar-se com um discurso favorável à Fundação, gradativamente foi-se percebendo um processo de desmonte, até seu fechamento, em 1990, no governo de Fernando Collor de Mello.

Com a extinção do órgão, a maior parte das atividades da EJA, no âmbito governamental, ficou praticamente suspensa, dada a precariedade de recursos, de incentivos e, mesmo, de apoio técnico.

Mesmo com a extinção da Fundação Educar, que, no âmbito governamental, acarretou na suspensão de algumas atividades da EJA por conta da precariedade de recursos, de incentivos e de apoio técnico, o final dos anos 1980 e início dos anos 1990 foram marcados por alguns avanços no campo da EJA em vários estados brasileiros, principalmente, por causa do processo de redemocratização do país.

No Distrito Federal, especificamente, a busca pela autonomia política, a partir de 1985, segundo o Relatório Síntese do GTPA-Fórum EJA/DF ²⁷, fez com que muitas experiências de alfabetização fossem realizadas em várias cidades do DF o que, mais tarde, culminou na criação de algumas instituições e movimentos populares ligados à educação e cultura popular de jovens e adultos do DF e Entorno.

2.6 A Educação de Jovens e Adultos no DF

Na verdade, as primeiras tentativas e experiências com alfabetização de adultos no DF, como veremos a seguir, remontam ao ano de 1963, ano em que a Universidade de Brasília:

esteve presente nas tentativas de alfabetização de jovens e adultos do Distrito Federal, quando Paulo Freire, pessoalmente, conduziu as atividades de formação e supervisão dos Círculos de Cultura com a participação de estudantes e moradores do Núcleo Bandeirante, Candangolândia, do Gama e de Sobradinho, contribuindo diretamente para a institucionalização do Plano Nacional de Alfabetização em fevereiro de 1964, sob sua coordenação. O Golpe Militar de março de 1964 extinguiu a iniciativa institucional do governo João Goulart, proibindo a prática do "método" de alfabetização de adultos ao perseguir e prender brasileiros, como o próprio Paulo Freire, que se exilou, retornando ao Brasil por força do movimento pela anistia política, em junho de 1979.

A Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), criada pelo regime militar, demonstrou-se ineficaz e muito contribuiu para aumentar o descrédito das pessoas não alfabetizadas em relação à ação alfabetizadora no DF. (RELATÓRIO-SÍNTESE, 2008)

Alguns anos depois, outras iniciativas de alfabetização são retomadas pela própria comunidade do DF que, aproveitando o período de redemocratização e

²⁷ Disponível em: <http://forumeja.org.br/df/files/DOCdf_%20X_I%20ENEJA.pdf>

ausência de programas e projetos efetivos do governo nesta área, buscou organizar-se entre seus parceiros e realizar suas ações.

Na transição democrática, marcada pela luta da autonomia política do Distrito Federal, em 1985, a comunidade de Ceilândia propôs a Alfabetização de Jovens e Adultos, definindo para tal o chamado “método” Paulo Freire, entre outras reivindicações. Com a orientação pedagógica de mestrandos da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília – FE/UnB e envolvimento de normalistas como estagiários foi possível responder à comunidade, iniciando a alfabetização de jovens e adultos, com apoio da Fundação Educacional do Distrito Federal (FEDF), Núcleo de Tecnologia Educacional (NUTEL) e Fundação Pró-Memória do Ministério da Cultura”. (idem)

O GTPA-Fórum EJA/DF, no âmbito da educação de jovens e adultos trabalhadores no Distrito Federal, é o movimento social mais expressivo e engajado na luta por políticas públicas de educação de jovens e adultos no DF e Entorno e sua intensa atuação, nas mais diversas áreas da sociedade, não deixa por menos esse reconhecimento. Ele traz em seu histórico a realização de vários encontros, mobilizações, participação na elaboração de emendas populares, com mais de 2000 assinaturas, incentivo a implementação de projetos de alfabetização de adultos em cidades do DF, dentre outros. O primeiro Encontro Pró-alfabetização foi realizado em 1990, e desde então, vários outros vêm sendo realizados a cada ano ou a cada dois anos.

Sobre sua criação,

Em 1989, com base na Constituição Federal (Art. 60 das Disposições Transitórias) e no anúncio do Ano Internacional de Alfabetização, alguns professores da Faculdade de Educação da UnB propõem à Reitoria a condução/articulação de um “Projeto de Erradicação do analfabetismo 1989/99”, envolvendo a União, Estados, Municípios e a sociedade civil organizada, tendo como referência, também, a experiência de alfabetização de jovens e adultos em Ceilândia. Por dificuldades de obtenção de recursos financeiros, inclusive, para continuidade do convênio FUB/ Fundação Educar, os jovens de Ceilândia comprometidos com a experiência de alfabetização de jovens e adultos criaram, em 02 de setembro deste mesmo ano, o Centro de Educação Paulo Freire de Ceilândia – CEPAFRE. Simultaneamente, o Grupo Estadual de Trabalhos em Alfabetização (GETA-SP), de São Paulo, no seu Boletim nº 1 de outubro, divulgava o movimento pró-alfabetização no Estado, em particular, no município de São Paulo, no qual Paulo Freire exercia a função de Secretário de Educação.

Neste mesmo ano-1989, dando continuidade às iniciativas de alfabetização de jovens e adultos e, mobilizados pela declaração da UNESCO do Ano Internacional de Alfabetização, em 1990, os movimentos populares, professores da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília e da Fundação Educacional do Governo do Distrito Federal coordenaram a constituição do Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização do Distrito Federal e Entorno - GTPA/DF, registrada em ata de 20 de outubro, com o objetivo de

instituir-se como espaço político organizado, em rede, da sociedade civil, de exercício de parcerias com autonomia, democrático e aberto a pessoas, movimentos, grupos, associações representativas, sindicatos, empresas, entidades interessadas na erradicação do analfabetismo no Distrito Federal e Entorno. Na Comissão Nacional do Ano Internacional de Alfabetização - CNAIA/90 constituída pelo Dec.97.219 de 21.11.89 havia um membro observador do GTPA/DF (RELATÓRIO-SÍNTESE, 2008).

Ao passo que as lutas e conquistas iam acontecendo, em nível distrital, e das varias mudanças conjunturais no cenário político do DF, os espaços de luta do GTPA/DF iam se ampliando, surgindo também a necessidade de se intensificar a luta em nível regional e nacional. Foi então que, resumidamente, em 2002, no IX Encontro de EJA, os 51 delegados presentes decidiram, em plenária, pelo credenciamento do GTPA/DF como Fórum legítimo de Educação Básica de Jovens e Adultos do DF, unindo-se aos 18 Fóruns Estaduais de EJA já existentes. Contudo, para manter a referência histórica, o grupo decidiu continuar com o nome original acrescentando Fórum EJA/DF, ficando GTPA Fórum EJA/DF.

No ano seguinte, em 2003, 10 representantes do GTPA-Fórum EJA/DF participam do 3º Encontro Nacional de MOVA's com o tema: "Os MOVA's enquanto Política Pública de Educação de Jovens e Adultos", realizado de 10 a 12/agosto, em Goiânia-GO, que também foi norteado pela educação libertadora de Paulo Freire, educador muito conhecido pelo grupo, uma vez que seu trabalho sempre foi pautado em sua pedagogia de educação popular.

Em 2004, o GTPA-Fórum EJA/DF conquista mais um espaço importante:

... seis (6) representantes do GTPA-Fórum EJA/DF participaram do 4º Encontro Nacional do MOVA-BRASIL - "MOVA-Brasil na política pública da Educação de Jovens e Adultos", em Campo-Grande-MS, quando a UnB/Faculdade de Educação apresentou a todos participantes, resultados preliminares da pesquisa em ambiente virtual no Observatório UNESCO-Inclusão educacional e Tecnologias digitais – tema: Alfabetização de jovens e adultos www.fe.unb.br/areas/alfabetizacao e, na plenária final, foi deliberada a realização do 5º Encontro Nacional do MOVA-BRASIL, em Brasília, passando o GTPA-Fórum EJA/DF a integrar a Coordenação Nacional do MOVABRASIL, compondo a região Centro-oeste, coordenada pela representante do AJA-Goiânia.

Também em 2004, doze (12) delegados (Mov.Pop-2;Univ-3,GDF/SEE-3,SINPRO-2, SESI-1, MAgricultura-1) participaram do VI Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos-ENEJA – "Políticas públicas atuais para a educação de jovens e adultos: financiamento, alfabetização e continuidade", de 08 a 11/setembro, em Porto Alegre-RS. quando a UnB/Faculdade de Educação apresentou no início da plenária final, resultados preliminares da pesquisa em espaço virtual no Observatório UNESCO - Inclusão educacional e Tecnologias digitais – tema: Alfabetização de jovens e adultos www.fe.unb.br/areas/alfabetizacao e, nesta plenária, foi deliberada realização do VII ENEJA, em Brasília. No XI ENCONTRO-2004 (25/setembro) no auditório do SINDSEP, na presença de 106 participantes,

realizou-se o balanço das ações alfabetizadoras no DF, com base no Termo de compromisso assinado no Encontro anterior com a presença de representantes do MEC/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade-SECAD, GDF/Secretaria de Estado de Educação, UnB/Faculdade de Educação, Deputada Distrital Arlete Sampaio Presidente da Comissão de Educação e Saúde.

Em 29/setembro/2004 o GTPA/Fórum EJA/DF foi homenageado pelos 15 anos de luta e contribuição efetiva para a erradicação do analfabetismo no DF, em sessão solene da Câmara Legislativa do DF, por requerimento aprovado dos Deputados Arlete Sampaio-PT, Erika Kokay-PT e Paulo Tadeu-PT e suas entidades populares e sindicais receberam o Certificado de Reconhecimento (RELATÓRIO-SÍNTESE, 2008).

Em 2005, segundo Souza (2009) e Neves (2009), em seu XII encontro, dando continuidade à referida pesquisa da FE/UnB com o Observatório da UNESCO, mais um desafio à construção coletiva foi lançado: a criação do sítio do GTPA-Fórum EJA/DF (www.forumejadf.unb.br), em software livre, provisoriamente hospedado no CPD/UnB.

Neste mesmo ano, dois grandes encontros nacionais – 5º MOVA BRASIL e VII ENEJA, ambos realizados em Brasília/DF, foram coordenados e organizados, coletivamente, pelo GTPA-Fórum EJA/DF, que por deliberação nos encontros nacionais anteriores, disponibilizou, pela primeira vez, um espaço virtual a serviço da organização e mobilização, em que foi possível fazer as inscrições online das delegações dos 26 estados e do DF e hospedar as informações necessárias aos participantes dos referidos encontros. No último dia do VII ENEJA, antes da plenária final, outro grande passo foi dado quando a equipe de pesquisa da UnB ²⁸ apresentou o projeto do Portal aos participantes dos Fóruns Estaduais de EJA do Brasil. Com o endereço www.forumeja.unb.br e o domínio vinculado institucionalmente à Universidade de Brasília, o Portal foi pensado com o objetivo de acolher e potencializar 27 espaços virtuais distintos, sendo 26 sítios dos fóruns estaduais e 01 do fórum distrital, em que a administração dos mesmos se daria de forma descentralizada, ou seja, por integrantes dos próprios fóruns. A ferramenta utilizada seria também em *software* livre e de fácil manuseio, alimentação e organização das informações. Além dos 27 sítios, se organizaria um espaço Brasil para aglutinar as informações nacionais. No ano seguinte, março de 2006, o referido Portal se desvincula institucionalmente da universidade e assume o domínio org.br

²⁸ Tiel Neves, estudante de Pedagogia da Faculdade de Educação; Leonardo Lazarte, professor do Departamento de Matemática da UnB; Lúcio França Teles, professor da Faculdade de Educação da UnB.

(www.forumeja.org.br) o que confere uma maior autonomia política em semelhança ao movimento nacional.

Ao conhecer um pouco mais do histórico do Portal dos Fóruns de EJA, percebi que ele foi criado para ser um lugar de mobilização, de troca de conhecimento, de organizar encontros e de ligar pessoas, independente de suas distâncias geográficas e não apenas para ser um lugar de divulgação e organização do acervo do movimento.

Sendo assim, o Portal vem cumprindo um papel muito importante na luta dos Fóruns, entretanto, é importante destacar que este não pode substituir os espaços de mobilização e organização presencial.

Para Castells (2003), por exemplo, “o ciberespaço tornou-se uma ágora²⁹ eletrônica global”. No entanto, somos convidados a refletir sobre o próprio papel da internet que, ao mesmo tempo em que surge como possibilidade de interação, inovação, conhecimento, trocas, ela pode trazer desigualdade, insegurança, volatilidade e até exclusão social.

Nesse sentido, levantamos outra questão apresentada por Castells (2003, p. 115) quando diz:

Uma vez que a Internet está se tornando um meio essencial de comunicação e organização em todas as esferas e atividades, é obvio que também os movimentos sociais e o processo político a usam, e o farão cada vez mais, como um instrumento privilegiado para atuar, informar, recrutar, organizar, dominar e contradominar. O ciberespaço torna-se um terreno disputado.

Nessa perspectiva, acredita-se que o Portal dos Fóruns de EJA deu um grande salto ao colocar o espaço virtual a serviço do movimento e buscou colocar os próprios Fóruns como atores no processo de construção e administração dos *sites/sítios*, valorizando a autonomia e construção coletiva.

No entanto, trabalhar nos princípios da construção coletiva não é tarefa fácil.

Para enfrentar este desafio torna-se fundamental apostar na capacidade de ação reflexão das pessoas. Não uma ação e reflexão já definidas a priori, quer por pretensos dirigentes, quer por determinismos históricos. Ao contrário, apostar que as pessoas podem olhar para frente construindo as condições para a realização do que foi avistado.

Daí a insistência que aqui foi atribuída ao processo. **Não se trata de ir fazendo, num puro ativismo**, mas de ir construindo, numa empreitada que

²⁹ Praça principal das antigas cidades gregas, local em que se instalava o mercado e que muitas vezes servia para a realização das assembleias do povo; formando um recinto decorado com pórticos, estátuas etc., era tb. um centro religioso (HOUAISS, 2007).

é impossível ser feita por uma só pessoa ou pelo somatório de pessoas. O processo só se realiza enquanto construção coletiva, que nega qualquer possibilidade de homogeneização, bem como de mercantilização (A CONSTRUÇÃO COLETIVA, 1999, grifo meu).

A partir do momento que tive contato com esta forma de trabalho, comecei a perceber que dentro de um grupo há dois sujeitos que se completam no processo de construção e que precisam ser respeitados na sua singularidade: o sujeito coletivo e o individual. Contudo, no exercício reflexivo do que venho praticando no coletivo, percebi o quanto os espaços de diálogos são muito importantes, pois nestes é que as pessoas poderão colocar e ouvir as opiniões umas das outras, ver os prós e contras antes de tomar qualquer decisão. E, sem dúvidas, este é um grande desafio, principalmente para uma pedagoga/pesquisadora/militante em formação.

O Encontro Distrital de EJAT é o principal espaço de discussão e de tomada de decisão em benefício ao coletivo, afinal, é nele que são levantados os problemas, as soluções e é construída a pauta de luta do movimento com encaminhamento de propostas. Estas, por sua vez, como resultado dos referidos encontros e de outras ações realizadas pelo movimento ao longo desses 21 anos de luta, têm sido organizadas em um documento que, sempre que necessário, é atualizado e submetido à aprovação em plenária.

O documento mais atual, que fora aprovado, em plenária, no XXI Encontro Distrital de EJAT do DF, realizado em 02 de junho de 2012, abriga uma infinidade de questões. Eis, resumidamente, os principais pontos defendidos no referido documento (GTPA-FÓRUM EJA/DF, 2012):

1. Definição da EJA como Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores – EJAT;
2. Política de Alfabetização de Jovens, Adultos e Idosos no DF;
3. Gestão Pública com Orçamento Participativo;
4. Gestão e ampliação da EJAT no DF;
5. Plano Nacional de Educação - PNE (2011-2020). Fortalecer a luta pela destinação de 10% do Produto Interno Bruto - PIB para a educação;
6. Financiamento da EJAT;
7. Gestão da Política Educacional como Política de Estado (não de Governo) do Sistema de Educação Nacional;
8. Estrutura curricular (Currículo integrado);

9. Produção de conhecimento e formação continuada de professores, orientadores educacionais, gestores, auxiliares de educação, técnicos de EJAT;
10. Política adequada de lotação de professores e orientadores educacionais nos CEJATs, priorizando aqueles com formação específica e/ou experiência comprovada em EJAT;
11. Apoio didático à EJAT com produção de impressos, áudio, audiovisual em ambiente CTARD inclusive em ambiente virtual, com autoria coletiva de professores, orientadores educacionais, estudantes da rede pública, de graduação e de cursos de pós-graduação do DF;
12. Portal dos Fóruns de EJA do Brasil: participação de cada segmento e cidade na administração do espaço no Portal do Fórum EJA/DF;
13. Legislação em EJAT: revisão da legislação do DF acompanhando a revisão da legislação federal (Lei das Diretrizes Básicas - LDB, PNE e Diretrizes Curriculares de EJA, EM, EPT, Educação nas prisões) sobre EJAT;
14. Certificação como direito dos trabalhadores estudantes após seu processo formativo ou complementar;
15. Calendário escolar: assegurar o calendário escolar semestral para a modalidade de EJAT que atenda às especificidades do sistema prisional, medidas socioeducativas e as demais escolas;
16. Lei de responsabilidade Educacional: leis que gerem responsabilidades e até punições para quem não cumprir seus compromissos, que seja penalizado assim como ocorre na Lei de Responsabilidade Fiscal.

A partir do exposto, percebe-se que, embora no DF a política de EJAT tenha melhorado nos últimos anos, ainda há muito que ser feito para se alcançar uma educação de qualidade libertadora e emancipadora.

Além dos encontros anuais, de acordo com a dinâmica e necessidade de organização do movimento, são realizadas reuniões ampliadas que contam com a participação, principalmente, dos representantes dos segmentos e instituições que fazem parte do movimento.

Composto por uma coordenação colegiada, o GTPA – Fórum EJA/DF compõe-se de diferentes segmentos organizados da sociedade civil - Movimento Popular, Sindicatos e outras organizações representativas, Educandos, Educadores,

Universidades, Governo, Sistema S, ONG's, Ministério Público, Setor Privado e Poder Legislativo, cuja a intensidade de participação varia em função da correlação de forças políticas conjunturais, registrando-se permanência contínua do movimento popular e da universidade pública”.

Depois de fazer esse levantamento sobre a história da EJAT no Brasil e no DF e, mais especificamente, sobre o GTPA-Fórum EJA/DF, em seguida, apresento alguns conceitos sobre movimentos sociais que fui adquirindo ao longo da minha graduação e que me fizeram tomar a decisão de continuar na luta depois de formada.

2.7 Compreendendo as teorias sobre os movimentos sociais

O campo de pesquisa sobre os movimentos sociais, indubitavelmente, é muito amplo e complexo. Nesse sentido, na busca de compreender o que são os movimentos sociais e sua relação com a educação, adotei a linha de estudos de Maria da Glória Gohn³⁰, que aborda a temática dos movimentos sociais, apresentando algumas características e exemplos, com destaque para a América Latina. Gohn (2010, p. 333) se detém ao estudo dos movimentos sociais no Brasil, na atualidade, e destaca a relação movimento social e educação, esclarecendo que

[...] a educação não se resume à educação escolar, realizada na escola propriamente dita. Há aprendizagens e produção de saberes em outros espaços, aqui denominado de educação não formal. Portanto, trabalha-se com uma concepção ampla de educação. Um dos exemplos de outros espaços educativos é a participação social em movimentos e ações coletivas, o que gera aprendizagens e saberes.

Sobre movimento social, Gohn (1997, p. 14) entende que “é sempre expressão de uma ação coletiva e decorrente de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural”. Embora a autora afirme que para ser movimento social tem que ser expressão de uma ação coletiva, no mesmo livro ela afirma que “na atualidade há muitas ações coletivas que não são movimentos sociais propriamente ditos, e várias teorias

³⁰ Pós-doutora em Sociologia. Professora titular da UNICAMP (Colaboradora) e da Universidade Nove de Julho. Pesquisadora Nível 1B do CNPq e Vice Presidente do Comitê "Social Movements and Social Classes" da Associação Internacional de Sociologia (ISA). Parecerista ad hoc da avaliação de periódicos - SciELO, é parecerista do CNPq, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (www.lattes.cnpq.br).

contemporâneas estão focalizando estas ações” (GOHN, 1997, p. 10). Ainda segundo a autora, isso pode ter se dado porque a realidade se modificou e, com isso, surgiram novos sujeitos sociais, novas formas de ação social, novas categorias de análise e ampliação das teorias existentes.

Nesse sentido, para compreendermos melhor o que é e o que não é movimento social, levantaremos algumas diferenças apresentadas por Gohn (2000).

Uma delas é a diferença entre movimentos sociais e grupos de interesse. Este último, de fato é um componente de um movimento, no entanto, ele por si só não o define. Afinal, como muito bem exemplificado por Fonseca (2008):

um grupo que reivindica seus interesses na Câmara dos Deputados pode ser melhor caracterizado como lobbystas do que como movimento. Até porque esse pode ser um grupo sem nenhuma identidade coletiva, mas que em determinado momento se viu junto na luta pela conquista de algum interesse comum (p.30).

Na concepção de Gohn (2000, p. 245), para ser movimento o

grupo tem que formar um coletivo social e, para tanto, necessita ter uma identidade em comum. Ser negro, mulher, defender as baleias, ou não ter teto para morar, são adjetivos que qualificam um grupo dando-lhe objetivos comuns para a ação.

Mais uma questão, citada anteriormente, é que nem toda ação coletiva é propriamente movimento social.

Um protesto (pacífico ou não), uma rebelião, uma invasão, uma luta armada, são modos de estruturação de ações coletivas; poderão ser estratégias de ação de movimentos sociais, mas sozinhos não são movimentos sociais.

Outra diferença apontada refere-se à esfera onde a ação coletiva acontece, pois tem que se tratar de um espaço não institucionalizado, nem na esfera pública nem na esfera privada, no entanto, sobre isso Gohn (2000, p.12) pondera:

(...) devemos tomar cuidado com as generalizações empíricas, denominando de movimento tudo que estiver na esfera não institucional. Os espaços coletivos não institucionalizados situam-se na esfera pública não governamental, ou não estatal, possibilitando aos movimentos dar visibilidades às suas ações.

Em síntese, os argumentos apresentados dão sentido ao conceito sobre movimento social defendido por Gohn (1997, p. 14):

é sempre expressão de uma ação coletiva e decorrente de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural. Usualmente, ele tem os seguintes elementos constituintes: demandas que configuram sua identidade, adversários e aliados; bases, lideranças e assessorias – que se organizam em articuladores e articulações e formam redes de mobilizações; práticas comunicativas diversas que vão da oralidade direta aos modernos recursos tecnológicos; projetos ou visões de mundo que dão suporte a suas demandas.

Retomando a ideia de que a educação pode ocorrer também em espaços não escolares e que ela pode estar presente nas organizações civis, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, LEI nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, em seu artigo primeiro, reconhece que

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996, Art.1º).

Nesse sentido, é legítimo considerar que, de fato, a educação acontece também além dos muros da escola e que o desafio do Pedagogo ou da Pedagoga está cada dia maior. Afinal, aquele ou aquela que quer se tornar um profissional bem qualificado e comprometido com uma educação libertadora e emancipadora, deve estar preparado para atuar na formação dos sujeitos de saberes e nos mais diversos espaços educativos, formais ou não formais.

Os conceitos apresentados dentre outros que pude ter contato, aliados às vivências que passei até aqui, ajudaram-me a traçar meu caminho durante a minha formação e a escolher meu campo de atuação como Pedagoga – a Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores e os sujeitos com os quais gostaria de estar/pesquisar/militar, os educandos da EJAT. A partir disso, conclui que seria nos espaços educativos não escolares, ou não formais, que a minha atuação como pedagoga seria mais significativa tanto para mim, quanto para os companheiros de luta. E essa decisão foi se consolidando à medida que fui me encontrando no curso e me engajando no movimento social.

E por falar em companheiros de luta e de sujeitos trabalhadores, abordarei, em seguida, como sinalizado anteriormente, alguns fatos que ajudam a entender como se deu o processo de construção da maior cidade do Distrito Federal, Ceilândia/DF e

de como, ao longo de seus 41 anos de existência, foram surgindo alguns movimentos populares que deram vida a ela e que até hoje faz toda a diferença na configuração atual da cidade.

**IV. LIÇÕES SOBRE CEILÂNDIA: 41 ANOS DE LUTA, SUPERAÇÃO
E NOVOS DESAFIOS.**

Desde o primeiro barraco que foi construído em 1971, Ceilândia nunca parou de crescer. Segundo a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2010³¹, a Ceilândia tem 398.374 habitantes, média de 15% da população do Distrito Federal que é de aproximadamente 2,6 milhões, segundo dados do CENSO 2010. Contudo, muito desse crescimento, ao longo de seus 41 anos de existência, assim como das outras cidades que foram surgindo na periferia de Brasília, como em Taguatinga, Gama, Paranoá e outras, foi à custa de muita luta e determinação dos seus moradores que não se conformaram com a situação de pobreza e abandono a que foram sujeitados desde o início da construção de Brasília.

Muitos brasileiros, de várias partes do Brasil, sobretudo das áreas mais castigadas pela pobreza, representada, principalmente, pela região Nordeste e pelos estados de Minas Gerais e Goiás, saíram em busca de uma vida melhor para suas famílias e eram levados a Brasília em caminhões, popularmente conhecidos como “pau-de-arara”, em condições desumanas. Ao chegarem aos canteiros de obras, os trabalhadores, a maioria sem sequer ter noções básicas de construção civil, o que acarretou em vários acidentes e mortes (dados não oficializados) eram forçados a trabalhar num ritmo absurdo. Inclusive, segundo Paviani (2010, pg. 235) “há relatos de pioneiros a respeito do estímulo para o duro trabalho nos canteiros de obras, cujo ritmo frenético foi denominado “ritmo de Brasília”. O cronograma exigia que os trabalhadores se desdobrassem à exaustão com horas extras”, sem dúvida, para não pararem as obras.

Sobre a construção da nova capital, segundo Kubtschek (2000):

A ideia da interiorização da Capital do País era antiga, remontando à época da Inconfidência Mineira. A partir daí, viera rolando através das diferentes fases da nossa História: o fim da era colonial, os dois reinados e os sessenta e seis anos da República, até 1955. No entanto, a despeito dessa prolongada hibernação, nunca aparecera alguém suficientemente audaz para dar-lhe vida e convertê-la em realidade.

Coube a mim levar a efeito a audaciosa tarefa. Não só promovi a interiorização da Capital, no exíguo período do meu Governo, mas, para que essa mudança se processasse em bases sólidas, construí, em pouco mais de três anos, uma metrópole.

De fato, a Nova Capital foi construída no centro do país e no tempo estimado, no entanto, nem tudo saiu conforme se esperava. A ideia inicial era que os trabalhadores viessem para a construção e que ao término dessa jornada, os

³¹ Disponível em http://forumeja.org.br/df/sites/forumeja.org.br.df/files/pdad2010-2011_Ceilandia.pdf

mesmos voltassem para suas terras natais deixando a nova capital apenas para os servidores públicos e familiares destes. Porém, ao verem a possibilidade de melhorarem de vida naquela que ficou conhecida como a terra prometida, interpretação baseada na profecia de Dom Bosco, padre italiano, feita no ano de 1883, muitos dos construtores não quiseram voltar.

Segundo Rezende (2010, p.255):

Brasília absorve as contradições e conflitos da sociedade brasileira, que é marcada pela desigualdade, pelo antagonismo de interesses de classes sociais, e, sobretudo, pelo sistema de exploração de uma classe sobre outras (...) Paralelamente ao assentamento planejado do Plano Piloto, foram surgindo as e adaptações e novas formas de ocupação espontânea, não previstas nos projetos. Já no início da construção havia os “acampamentos” das firmas construtoras, verdadeiras vilas onde viviam operários, engenheiros e técnicos, e que se esperava fossem desaparecendo quando os trabalhos terminassem. Com o término das obras e a contínua chegada dos migrantes, repetiram-se as histórias de busca de moradia, a exemplo do que ocorre nas cidades convencionais. Surgem os posseiros urbanos de Brasília, que invadem áreas do Plano Piloto, originalmente não destinadas à habitação e muito menos à habitação popular.

Diferente do que se tinha planejado, o governo viu-se na condição de criar outros núcleos urbanos, “cidades-satélites”, para abrigar a população não esperada. Na verdade, ainda segundo Rezende (2010), a criação de núcleos desse tipo vinha sendo pensada desde a fase de definição do projeto para a nova capital (COSTA, 1984), no entanto, pensava-se nisso como uma fase, exatamente, de desenvolvimento posterior, quando a população do Plano Piloto já tivesse atingido o limite estabelecido de 500 a 700 mil habitantes.

Portanto, antes mesmo na inauguração da Capital, em 1958, cria-se Taguatinga para absorver as invasões da vila Sarah Kubitschek. No ano seguinte, 1959, cria-se Sobradinho, o Gama, em 1960 e, em 1961, o Congresso aprova uma lei considerando o Núcleo Bandeirante, que era conhecida como “Cidade Livre”, como cidade-satélite. A mesma expressão, cidade-satélite, é estendida às antigas cidades goianas Planaltina (fundada em 1859) e Brazlândia (desmembrada de Luziânia em 1933) e também ao Guará, nome pelo qual fica conhecido o Setor Residencial Indústria e Abastecimento, que, formalmente, é apenas um “setor”, um bairro de Brasília (Guará I, inaugurado em 1960 e Guará II, em 1972).

Ao final da década de 1960, o governador do DF da época, Coronel Hélio Prates da Silveira, obedecendo algumas recomendações do então Presidente da

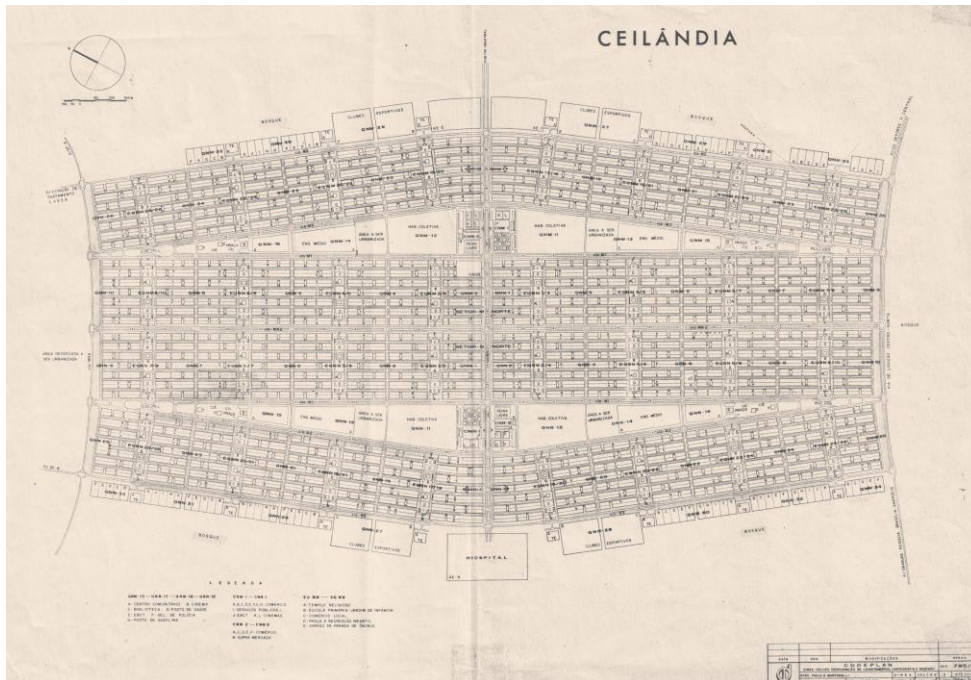
República, ditador General Médici, que, segundo fora reportado pela imprensa da época, teria manifestado ao referido governador “seu desagrado por ter em sua trajetória para o Palácio do Planalto e, deste, para o sítio do Riacho Fundo, numerosas e ‘incomodativas invasões” (PAVIANI, 2010), providenciou junto à Secretaria de Serviço Social, sob o comando de Otomar Lopes Cardoso, a erradicação das novas favelas que haviam se instalado nas proximidades do Plano Piloto.

Criou-se, então, presidida pela primeira-dama, dona Vera de Almeida Silveira, a Campanha de Erradicação de Invasões (CEI), que entre 1971 e 1972, cadastrou os barracos existentes na Vila do IAPI - Instituto de Aposentadoria de Pensão dos Industriários, hoje INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social, na Vila Tenório, Vila Esperança, Vila Bernardo Sayão e Morro do Querosene e transferiu os 82.000 habitantes para a nova localidade sem infraestrutura urbana e comunitária, que, por causa da sigla CEI, recebera o nome de Ceilândia. Esta ficou vinculada a Taguatinga até 1975 e teve demarcado, inicialmente, 17.619 lotes de 10X25 metros numa área de 20Km² ao norte de Taguatinga, nas antigas Terras da fazenda Guariroba, de Luziânia-GO.

Aos 27 dias do mês de março de 1971, às 9:00 da manhã, portanto, deu-se início ao assentamento das vinte primeiras famílias. No mesmo dia, o governador Hélio Prates lançou a pedra fundamental da cidade onde hoje está o maior símbolo da cidade, a Caixa D'Água.

Em nove meses, a transferência das famílias está concluída. Ruas abertas em torno do projeto urbanístico de autoria do arquiteto Ney Gabriel de Souza: dois eixos cruzados em ângulo de 90 graus, formando a figura de um barril. (Ver mapa seguinte)

Figura 8 - Primeiro Mapa de Ceilândia, 1971



Fonte: Museu Casa da Memória Viva.

Iludidos pelo sonho da casa própria e promessas de melhorias, o processo de remoção, apesar de ter sido contra a vontade da população, se deu de forma pacífica, como apresenta Paviani (2010, p.148):

Em razão do aparato montado, a transferência se deu sem que os percalços (poeira, lama, falta de água e de trabalho) constituíssem motivo de revolta dos transferidos. O “comportamento adequado” dos favelados foi também atribuído à promessa de “legalização” dos terrenos a baixo custo e pronta instalação de equipamentos como escolas, água encanada e eletricidade, facilidades que não eram encontradas nos acampamentos e favelas da periferia do Núcleo Bandeirante.

Já no momento da remoção, os moradores percebiam as desvantagens. Segundo Ammann (1987):

Enquanto a antiga área margeava o Plano Piloto, com facilidade de água, arborização, luz e acesso ao trabalho, a área que lhes tinha sido destinada situava-se a 35 quilômetros, numa região de cerrado inóspita, sem sombra, sem água, com abundância de cobras e até lobos. ‘A gente passava até três horas para conseguir a água, saía muita gente ferida’, dizia um morador. ‘A água que lavava o arroz, a gente juntava para lavar as crianças’” (p.25).

E mais do que os problemas de saneamento básico, poeira, lama e falta de iluminação adequada, a população sofreu, segundo Gouvêia (2010), uma redução significativa nas suas rendas, que, diga-se de passagem, já não era das melhores.

Segundo este:

Em razão da distância do novo núcleo em relação ao centro de empregos (na época, o Plano Piloto) e, principalmente, em face do custo do transporte, que praticamente impediu a participação dos filhos menores e da mulher na composição da renda familiar, ficando esta basicamente apoiada nos poucos ganhos do chefe de família, percebidos, geralmente, como operário da construção civil. As mulheres, em sua grande maioria, ficaram impedidas de desenvolverem suas atividades, como por exemplo, as lavadeiras (uma das profissões mais praticadas pelas pessoas da antiga Vila), que se viram impossibilitadas de trabalhar, pois a Ceilândia, nos primeiros tempos, não dispunha de água (GOUVÊIA, 2010, p.92-93).

**Figura 9 - Ceilândia no começo, barracos recém-construídos.
Junho de 1971.**



Fonte: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/07.074/1940>

3.1 O surgimento dos movimentos populares de Ceilândia

Com tantos problemas sendo enfrentados diariamente, esses moradores sofreriam um golpe ainda maior. Segundo Ammann (1987), as determinações jurídicas quanto à ocupação da terra foram consubstanciadas na Resolução nº 75/71 do GDF que concedia aos moradores uma ordem de ocupação, pessoal e intransferível, com a promessa oficial de que os preços seriam compatíveis com suas condições socioeconômicas.

Ainda segundo Ammann (1987, p.26), no início:

nos contratos de compra e venda, as formas de pagamento dos lotes residenciais podiam ser, ou à vista, com desconto de 10%, ou a prazo, em 60 prestações mensais, a juros de 10% ao ano. No caso de atraso de pagamento de parcelas, seria aplicada a correção monetária. Calculada de

acordo com os índices em na vigor na época, além de juros de mora. Os preços do lote à vista variavam entre 600,00 e 4.000,00 cruzeiros, ficando, portanto, em Cr\$ 10,00 as prestações mais baixas, com um pequeno acréscimo relativo aos juros.

Entre 1971 e 1973, mais de 5.000 lotes foram regularizados dentro dessa modalidade, no entanto, em 1974, o GDF suspendeu o pagamento das prestações, dizendo que iria definir novas políticas e avisando que a população seria reconvocada oportunamente. Somente em 1979, os novos carnês, emitidos pela TERRACAP, chegaram com valores exorbitantes, pois tiveram um aumento, ainda segundo Ammann (1987), de cinco mil por cento sobre o preço inicial estipulado. “Enquanto este equivalia a 4 salários mínimos da época, o preço proposto, representava 25 salários mínimos do ano então corrente” (pg.26).

Foi então que, diante desse disparate, a população, que já vinha vivendo em condições precárias, começa a se organizar e, em setembro do mesmo ano, cria um dos movimentos que marcaria para sempre a história do DF e, mais especificamente, de Ceilândia: o movimento dos Incansáveis Moradores de Ceilândia.

Figura 10 - Incansáveis 1971



Fonte: Museu Casa da Memória Viva.

Entretanto, aqui cabe um questionamento levantando por Ammann (1987): por que “incansáveis”? A mesma responde: “porque, somente no âmbito do Distrito

Federal, eles já construíram duas cidades – Brasília (Plano Piloto) e Ceilândia – e estão sendo sempre expulsos, empurrados para mais distante. Porque sua luta pelo solo é secular...”. Ela traz ainda uma fala de Eurípedes Camargo ³², um dos fundadores da referida associação: “Primeiro somos expulsos do campo pelo boi e pelo trator, depois somos expulsos da cidade pelo preço do solo e da moradia, pelo asfalto, pelas faixas de esgoto, água e luz que não podemos pagar”.

Muitos anos de negociações, idas e vindas até o palácio do governo, reuniões incontáveis se arrastaram até que, chegando à instância máxima do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, em 1984, os “incansáveis” saíram vitoriosos. Foi concluído pela “procedência da ação para condenar a TERRACAP e conferir aos moradores escritura pública de compra e venda dos lotes (...) nas condições estabelecidas pela Resolução 75/71, assegurando-lhes o direito de perdas e danos, caso não fosse efetivado o compromisso” (GUIDI, 1984 apud AMMANN, 1987, p.10).

É importante ressaltar que o movimento dos incansáveis também contribuiu para outras lutas, por iniciativa própria ou por adesão a movimentos mais amplos, em nível local ou nacional, que não apenas a da regularização de seus lotes, embora esse fosse o foco de seu empreendimento. Podemos destacar, por exemplo, a campanha pelas “Diretas, já” e o movimento contra o Decreto Lei 2.045 de 13 de julho de 1983 ³³.

Além dos referidos moradores que ganharam os lotes, aliás, dos que ganharam o direito de pagarem as prestações dos seus lotes em parcelas a perder de vista, vieram também para Ceilândia muitas famílias que se tornaram inquilinos desses novos “proprietários”. Estas, por sua vez, viviam numa situação ainda mais precária, pois, segundo Rezende (2010) os barracos não ofereciam a mínima condição de habitabilidade e, quando não conseguiam pagar o aluguel, eram despejadas. E se a

³² Eurípedes Pedro Camargo nasceu em Rubiataba (GO), em 9 de novembro de 1950. Foi serralheiro e líder comunitário do Movimento dos Incansáveis de Ceilândia. Foi assessor da Administração Regional da Ceilândia e da Ação Cristã Pró-Gente, Na 1ª legislatura foi eleito com 4.169 votos. Em 1994, foi eleito terceiro suplente da Frente Brasília Popular, com 4.090 votos. Sua base eleitoral, em ambas as eleições, foi a cidade de Ceilândia. Na CLDF, foi vice-presidente da Comissão de Assuntos Sociais (1993).

Como suplente, exerceu o mandato de setembro de 1996 a novembro de 1997. No Governo Cristovam Buarque, foi secretário-adjunto da Secretaria da Criança e Assistência Social. Atualmente é Senador. Fonte: <http://www.cl.df.gov.br/documents/10162/4027809/Memoria-1.pdf> (30/06/12)

³³ Altera a Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979, que trata da política salarial, e a Lei nº 7.069, de 20 de dezembro de 1982, que dispõe sobre o reajustamento de alugueres em locações residenciais, adota medidas no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação e dá outras providências. (<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1980-1987/decreto-lei-2045-13-julho-1983-363045-publicacaooriginal-1-pe.html>)

mesma fosse numerosa, havia uma grande dificuldade de conseguir um novo lugar para morar o que, conseqüentemente, fazia com que se sujeitasse a dividir um lote de 250m² com outras dez famílias.

Surge, portanto, em 1983, outro movimento popular de Ceilândia, o movimento dos inquilinos, que, segundo Rezende (2010), tem início com uma reunião da qual participam 15 famílias. Em seguida, duas outras reuniões são realizadas com um número bem maior, 150 em uma e 3 mil em outra. Sobre sua atuação, Rezende apresenta que:

O movimento orienta a ação em torno da moradia, que constitui a reivindicação central. Aos poucos, o movimento vai conseguindo mobilizar um número crescente de pessoas e exibir um vigor reivindicatório de maior envergadura. Isto faz com que o governo ordene a atuação da polícia em uma das reuniões para aprisionar os mais exaltados. [...] inicialmente os inquilinos decidem pela ida ao palácio do governo para apresentar o pleito. Caso a autoridade responsável não concedesse os lotes reivindicados, estavam dispostos a invadir qualquer área para construção de suas moradias. [...] A ameaça de invadir uma área para fixar suas moradias provoca o poder público. A resposta da administração local é no sentido de liberar uma área com três mil lotes, como forma de pôr fim ao problema e debelar o movimento. Convencidos de que o número de lotes prometidos não correspondia à demanda, os inquilinos conseguem mostrar, por meio de uma pesquisa, que 16.000 famílias não possuíam teto próprio. Com estes dados, eles se apresentam numa audiência com o governador, que decide pela distribuição do montante de 6.300 lotes aos inquilinos de Ceilândia. (p. 260)

Depois da conquista dos lotes, os inquilinos enfrentariam mais uma batalha, pois no acordo firmado entre eles e o governo não estava prevista concessão de lotes com moradia. O governo chegou a contratar uma empresa especializada para projetar a expansão racional do Setor “O” de Ceilândia, com base num estudo que compreendia a análise do solo, limitação da área, drenagem pluvial e, ainda, dimensão de cada lote. No entanto, como não estava previsto no orçamento do governo e tão pouco os inquilinos poderiam arcar com o ônus de tal empreendimento, estes, de posse dos lotes teriam que sacrificar seus finais de semana para erguer, por conta própria, o teto de suas famílias.

Neste contexto da luta por moradia, outro movimento que contribuiu significativamente com a história da cidade foi a Associação Comunitária da Expansão do Setor O – ACESO, criada em 1985, com o objetivo de também resolver problemas ligados à questão de lote e que, posteriormente, começou um trabalho de alfabetização com pais e alunos das creches (MACHADO e SOUSA, 2001). Muitos dos membros desse movimento já vinham, ou eram filhos de pessoas que tinham

um histórico de lutas, como é o caso de um dos seus fundadores, Viridiano Custódio de Brito, conhecido por Veré ³⁴.

Não se pode negar que os movimentos ocorridos em Ceilândia também foram estimulados por um período (1979-1985) em que o Brasil viveu momentos importantes como destaca Rezende (2010):

O final da repressão instaurada pelo regime militar, a anistia aos exilados políticos; as eleições; o surgimento das oposições sindicais e o novo sindicalismo; a reorganização partidária e ainda a proposta de organização de um partido dos trabalhadores; a campanha por eleições diretas para presidente; a luta nos bairros e nas fábricas; a organização e luta dos negros, das mulheres, dos homossexuais, dos índios; o movimento dos sem-terra; o movimento pela representação política em Brasília, bem como movimentos com reclamos específicos: o direito a liberdade sindical, à luz, à água, à assistência médica, à moradia. Direito ao voto, ao prazer e direito à igualdade.

Ao longo desses quarenta e um anos de existência, outros movimentos, também fizeram história e deixaram sua marca em Ceilândia. Inclusive, muitos deles estão em pleno funcionamento, pois, como foi registrado anteriormente, a cada ano que passa, Ceilândia cresce e muitos dos seus problemas acompanham.

Em um estudo feito por Machado e Souza (2001), foi realizado um mapeamento, no ano de 1998, das entidades, associações, organizações, grupos comunitários, dentre outras formas de organização que foram surgindo ao longo da história de Ceilândia. Neste trabalho, o universo das organizações foi classificado em três modalidades (não governamental, grupos de ajuda-mutua e associativismo de bairro) categorias estas que partiram de um estudo-piloto a respeito das ações da sociedade civil em Florianópolis, realizado por Sherer-warren (1996), assim definidas:

- **Organizações não governamentais (ONGs):** organizações formais, privadas, porém com fins públicos, sem fins lucrativos, autogovernadas

³⁴ Veio para DF em 1967, passando a morar na Vila do IAPI, de onde foi removido para a Ceilândia em 1971, com mais de 80 mil pioneiros. Começou sua atuação popular nas lutas sociais ao acompanhar sua mãe nas reuniões do histórico movimento dos Incansáveis Moradores de Ceilândia. Com essa experiência passa a ser militante ativo do Movimento Popular, participando da fundação da Associação dos Inquilinos de Ceilândia – movimento que mobilizou mais de 20 mil pessoas e que culminou na criação da Expansão do Setor “O”, em 1985. Foi fundador da ACESO – Associação Comunitária da Expansão do Setor “O” e Coordenador Nacional da Central dos Movimentos Populares. Atualmente, é membro do Diretório Regional do Partido dos Trabalhadores, é professor graduado em História pela UPIS e pós - graduado em História da África, pela – UnB. (Fonte: RELATÓRIO do I Seminário do MOPOCEM: A Ceilândia que queremos. Ceilândia/DF, 2010)

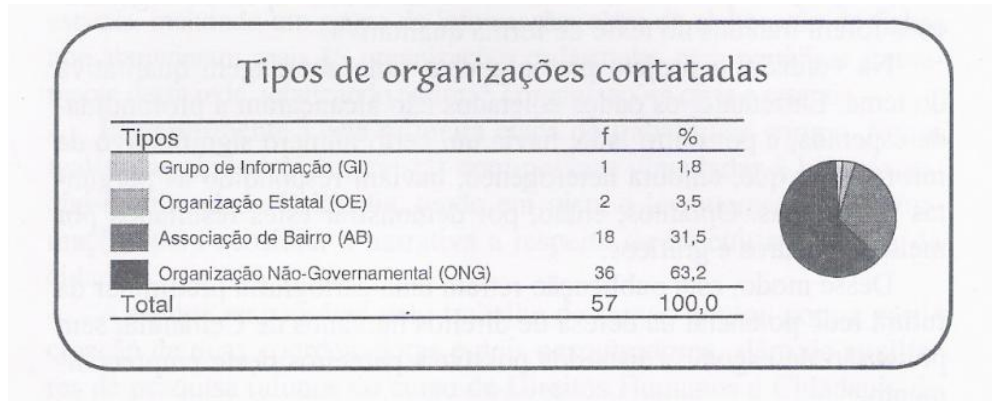
e com participação de parcela de seus membros como voluntária. Como forma de ação realizam mediações de caráter educacional, político, assessoria técnica, prestação de serviços e apoio material e logístico, para o desenvolvimento socioeconômico, a construção da cidadania ou bem-estar social;

- **Organizações Estatais (OEs):** aquelas componentes do aparelho do Estado (Poder Executivo, Legislativo e Judiciário), distribuídas em instâncias administrativas diferenciadas (municipal, estadual e federal), com atuação local na área dos direitos humanos;
- **Associativismo de Bairro (AB):** formado por entidades locais, espacialmente referenciadas a um bairro ou comunidade residencial, possuindo certo grau de institucionalização (estatuto, regimento, cargos de direção). Tem a finalidade de produzir melhorias da infraestrutura urbana, de bens e serviços públicos urbanos e/ou da qualidade de vida de uma determinada localidade, contando com a participação de seus moradores.

Uma questão importante a se destacar é que essa concepção de bairros não se aplica ao Distrito Federal, pois as cidades ou as Regiões Administrativas são divididas em setores e não se tem a denominação oficial bairro.

A partir do levantamento realizado junto a órgãos públicos e entidades privadas, onde constava uma listagem de organizações de caráter assistencial, educacional, cultural e social utilizada pelos referidos organismos em seu trabalho, as pesquisadoras Salete Machado e Nair Bicalho chegaram ao universo de 57 organizações contatadas, sendo que estas ficaram assim classificadas: 36 organizações não governamentais, 16 associações de bairro, 02 organizações estatais e 01 grupo de Informação, conforme podemos constatar nos gráficos a seguir:

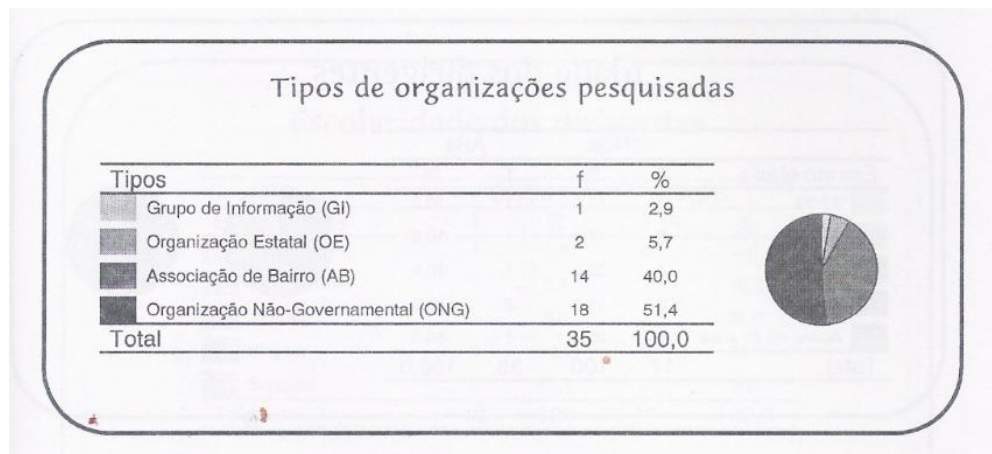
Gráfico 1 - Tipo de organizações contatadas



Fonte: Machado e Souza, 2001 p.36

Desse conjunto de organizações contatadas, foi possível realizar 35 entrevistas, sendo que 18 estão vinculadas a ONGs, 14 às associações de bairro, 02 às organizações estatais e 01 a grupo de informação (ver gráfico 02).

Gráfico 2 - Tipo de organizações pesquisadas



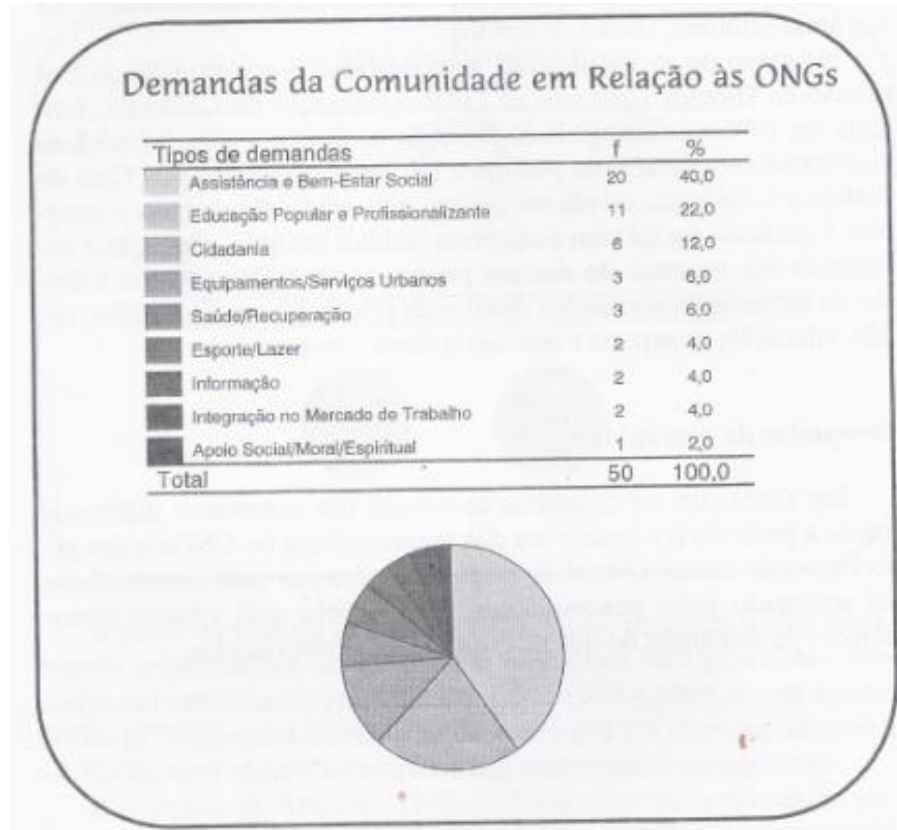
Machado e Souza, 2001 p.37

Além de traçar o perfil dos dirigentes a partir das entrevistas e dos dados coletados (idade, escolaridade, ocupação e renda familiar), durante o estudo, foi possível fazer, em relação às ONG's e às Associações de Bairro, o levantamento das principais demandas da comunidade, seus objetivos, atividades desenvolvidas e parcerias firmadas.

Sobre as demandas, como veremos nos gráficos a seguir, a que aparece em primeiro lugar para as ONG's é a de Assistência e Bem-Estar Social (40%), seguida da Educação Popular e Profissionalizante (22%). Já as Associações de Bairro

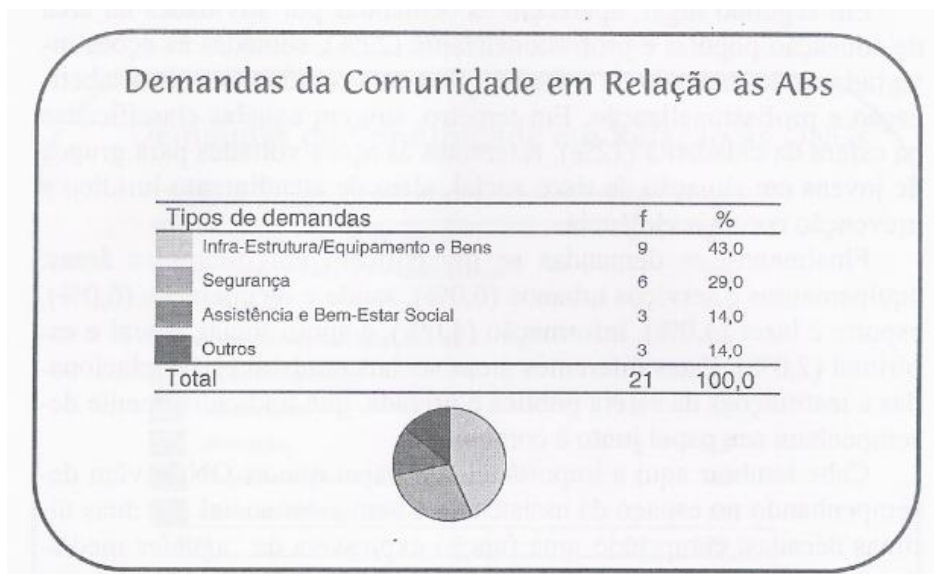
colocam a questão da Infraestrutura/Equipamento e Bens (43%) em primeiro e da Segurança (29%) em segundo.

Gráfico 3 – Demandas da Comunidade em relação às ONGs



Fonte: Machado e Souza, 2001 p.44

Gráfico 4 - Demandas da Comunidade em relação às ABs



Fonte: Machado e Souza, 2001 p.46

É importante colocar que as demandas apontadas diferenciavam-se de acordo com o ponto de vista dos dirigentes, por isso, ao registrar todas as respostas, o número de demandas ficou maior do que o das organizações entrevistadas.

Em estudo mais recente, realizado, em 2009, pelo projeto de extensão *Construindo Ambientes Saudáveis*³⁵, coordenado por Fernando Carneiro Giuvanna, professor da Universidade de Brasília, foi feito, tomando como base o mesmo estudo citado anteriormente, um levantamento dos movimentos sociais, organizações não governamentais, associações e lideranças comunitárias que estão ativas em Ceilândia com o intuito de conhecê-los, contatá-los e convidá-los para conhecerem o referido projeto e somarem esforços nas discussões sobre o mesmo.

Em contato com o professor Fernando Carneiro Giuvanna, tive acesso a alguns dados desse estudo e, embora a pesquisa ainda esteja em andamento, foram detectadas 37³⁶ organizações ativas, sendo que estas

Originaram-se de iniciativas de instituições religiosas; grupos jovens; e grupos comunitários, com o objetivo de atender às demandas da comunidade. A principal demanda relatada pelos movimentos sociais entrevistados foi educação, com destaque para a necessidade de mais escolas técnicas que ofereçam cursos de capacitação e cursos profissionalizantes para jovens; alfabetização de jovens e adultos; creches-escolas e berçários públicos.

Além de realizarem o levantamento das demandas, objetivos, atividades e parcerias, a pesquisa apresenta também as principais dificuldades das instituições, sendo que estas foram agrupadas, de acordo com seu conteúdo, em seis

³⁵ O projeto “Construindo Ambientes Saudáveis” é composto pelos seguintes participantes, em ordem alfabética: Adriana Modesto, Antônio da Silva Matos, Camila Maria dos Santos, Fernando Carneiro Giuvanna de Sousa Silva, Hellen Delchova, Hernandes Assis de Freitas, Joaquim Pedro, Luciana Passos, Luciano José da Silva, Lusmair Brito, Margô Gomes de Oliveira Karnikowski, Mariana Torres Maximo, Micheli Pereira, Natalia de Paula Oliveira, Nathalie Azevedo, Rubia Maria Mendes do Nascimento, Talita Maleski, Thiara Café. No decorrer do ano de 2009, o projeto contou com outras pessoas: Anna Lídia e Sandra Regina. Para entrar em contato com o projeto: fernandocarneiro.brasilia@gmail.com (CARNEIRO; FLEISCHER, 2009).

³⁶ Leões de Judá, Associação Comunitária da Expansão do Setor O - ACESO, Paralelo X, Colorscriil, Meninos de Ceilândia/Ponto de Cultura, Centro Cultural Sol Nascente, Associação do Por do Sol, ONG Oficina de Solidária, Casa do Caminho, São Lucas, Creche Frederico Osanan, Lar Fabiano de Cristo, Lar de São José, Vicentinos, Guerreiros da bola, LIESB- Liga das Escolas de Samba-DF, Portal Cultural - O Clube do Som, ASC - Associação de skatistas da Capital, ONG PH, ONG Vila dos Sonhos, ONG ACVC, ONG ASPCEL, CUFA, ARTCEI, AEROFANTE, Movimento Acorda Ceilândia, Movimento pela juventude de Ceilândia, Casa da Criança Batuira, Associação de moradores do Sol Nascente, Movimento popular de saúde, Associação União e luta dos moradores do Setor P Sul, Associação dos Deficientes de Ceilândia, Casa de Recuperação da Mulher, Centro Espírita Irmão Manoel, Creche - Centro Integrado da Criança, Samambaia - casca azul, Criamar, Lar Maria dos anjos, ICP.

categorias: “ausência de estrutura adequada”, “falta de relação institucional”, “dificuldade para formar parcerias”, “pequena participação comunitária”, “nenhuma dificuldade” e “sem informação”.

Em um universo de 37 instituições entrevistadas, em relação à ausência de estrutura adequada, foram levantados três pontos: “ausência de estrutura física adequada” (07 instituições), “carência de recursos humanos” (02) e “falta de recursos financeiros” (09).

Sobre a falta de relação institucional, 07 relataram falta de apoio, de fornecimento de recursos e de diálogos com órgãos governamentais, inclusive com a Administração de Ceilândia. Identificou-se 07 com dificuldade de formar parceria, 05 com pequena participação da comunidade, 01 declarou nenhuma dificuldade e 10 sem informação.

Outro ponto interessante do referido estudo em andamento é o destaque para duas questões: em primeiro, as principais conquistas: Contribuir para melhorias na comunidade de Ceilândia (17), Reforma estrutural e organizacional da instituição (19), Reconhecimento pela Comunidade (05), Parcerias e Contribuições Financeiras (05) e Aspecto Cultural (06) e, em segundo, as “expectativas positivas”: Melhoria na qualidade de vida dos ceilandenses com desenvolvimento social econômico e cultural; Aumento da atuação na comunidade; Parcerias com as instituições; Criação de Cursos e oficinas para a comunidade; Expansão da Universidade; e incentivo à produção cultural em Ceilândia.

A partir do exposto sobre as duas pesquisas, o que se percebe, ao longo dos seus quarenta e um anos de existência, é que Ceilândia, desde sua fundação, tem sua história permeada pela criação e recriação de várias instituições, organizações, associações e representações de pessoas que lutam pelas mais diversas áreas e que, dependendo de suas demandas e necessidades, têm maior ou menor força de atuação, no entanto, seus moradores nunca perdem a esperança de conquistarem e manterem sua dignidade e cidadania.

E, nesse contexto de luta incansável por melhores condições de vida, pode testemunhar, recentemente, o nascimento de um novo movimento popular de Ceilândia, que, inclusive, é composto por muitos desses grupos tratados nos referidos estudos, e cuja parte de sua história será apresentada na próxima seção.

3.2 O nascimento do MOPOCEM: um movimento de ampla composição

No final do ano de 2010, logo após as eleições para presidente, governador, senador, deputados federais e distritais, surgiu um movimento popular que mudaria os rumos da cidade e da minha vida: MOPOCEM – Movimento Popular por uma Ceilândia Melhor.

Na condição de moradora de Ceilândia e de uma pedagoga/pesquisadora/militante em formação, senti-me tocada a fazer parte do movimento na intenção de devolver à minha cidade um pouco do que ela proporcionou a mim e a minha família, durante estes 28 anos que moramos nela.

Portanto, aproveitando que fazia parte da Equipe de auxiliares de pesquisa do Projeto do Portal dos Fóruns de EJA do Brasil e que poderia contribuir com o movimento com o conhecimento que já tinha acumulado, propus-me a fazer, na medida do possível, os registros, em audiovisual e fotos, das reuniões e dos encontros que fossem realizados pelo movimento e de, posteriormente, fazer a edição e a publicação destes no espaço que criamos para o MOPOCEM, por deliberação da sua coordenação, na página de Ceilândia, no Portal dos Fóruns de EJA do Brasil (<http://forumeja.org.br/df/node/2062>). Neste espaço, como pode ser visto na figura a seguir, estão publicados os audiovisuais e fotos de algumas reuniões, seminários, oficinas, dentre outras atividades, realizadas durante os anos de 2011 e 2012.

Figura 11 – Página da internet do FORUMEJA/MOPOCEM

The screenshot shows the website for the GTPA-FÓRUM EJA/DF, which is part of the MOPOCEM movement. The page is titled "GRUPO DE TRABALHO PRÓ-ALFABETIZAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL" and "GTPA-FÓRUM EJA/DF". The main content area is titled "MOPOCEM - Movimento Popular por uma Ceilândia Melhor". The page includes a navigation menu with options like "Início", "Quem Somos", "Reuniões", "Encontros", "Segmentos", "Multimídia", "EJA", "Leis/Normas", "Contato", and "VII MOVA". There are also sections for "MENU", "INTERAÇÃO VIRTUAL", "DOCUMENTOS MOPOCEM", and "DANIELLE ESTRELA". The main text describes the MOPOCEM movement and lists several documents and news items, including a course on popular literacy, a letter to the population, and a seminar on the movement's goals.

Fonte: <http://forumeja.org.br/df/node/2062>

O fato de ter acompanhado de perto algumas das ações do MOPOCEM e de ter me sentido contagiada pela luta dos incansáveis moradores de Ceilândia, contribuiu para que tomasse a liberdade de apresentar neste trabalho um pouco da história do MOPOCEM. No entanto, é importante frisar que fazer este levantamento não foi tarefa fácil, pois, apesar de ser formado por diversos grupos que lutam anos a fio na Ceilândia, o MOPOCEM, especificamente como movimento social organizado, tem apenas um ano de existência completado recentemente, em novembro de 2011, e ainda não se tem registro oficial escrito da sua história a não ser algumas informações contidas no Documento Final³⁷ elaborado no seu primeiro seminário realizado em dezembro de 2010.

Muitos dos fatos narrados à frente, são frutos das experiências que vivi no movimento e dos depoimentos e falas colhidas nas diversas reuniões ampliadas realizadas ao longo do ano de 2011 e 2012, principalmente, da reunião de avaliação realizada em 15 outubro de 2011, em que dois coordenadores da época, Maria Madalena Tôrres e Viridiano Custódio de Brito, fizeram um breve histórico e

³⁷ Disponível em: <http://forumeja.org.br/df/sites/forumeja.org.br/df/files/seminarioceilandiapopular.PDF>

contaram a trajetória que o movimento tinha realizando para assim decidirem os novos rumos do mesmo.

Segundo eles, em novembro de 2010, após a vitória da coligação “Novo Caminho”³⁸ em que se elegeu Agnelo Queiroz como governador do DF, começaram a surgir alguns boatos na Ceilândia sobre a possível indicação de um empresário para o cargo de administrador da cidade. No intuito de fazer um movimento para intervir nessa indicação e até por uma questão de organização da própria cidade, algumas lideranças de alguns movimentos sociais, pensaram em unir forças e criar um grande movimento que abarcasse várias frentes de trabalho nas mais diversas áreas. Este grupo maior se chamaria MOPOCEM – Movimento Popular por uma Ceilândia Melhor.

Como primeira ação do MOPOCEM, foi realizado, em 11 de dezembro do mesmo ano, um seminário para se levantar as propostas de ações que pautariam o trabalho e as reivindicações do movimento. As propostas foram tiradas sobre diversos temas, a saber: educação, saúde, transporte, educação, segurança, moradia, meio ambiente, dentre outros.

Em relação ao cargo de administrador da cidade, para evitar a indicação de alguém que não tivesse compromisso com a cidade e que, principalmente, não conhecesse suas reais necessidades, o MOPOCEM, apostando no reconhecimento político da atual gestão do GDF que se dizia comprometida com as questões da população, indicou o nome de Viridiano Custódio de Brito, pois, como já foi mencionado anteriormente, tratava-se de uma pessoa que representava um dos movimentos mais emblemáticos de Ceilândia e que sempre lutou pela melhoria coletiva de seus moradores.

Mesmo não tendo sido aceito o nome de Viridiano Custódio de Brito, o movimento considerou uma vitória a indicação do atual administrador, Aridelson de Almeida (Ari), que apesar de não ter sido a pessoa que gostariam que assumisse o cargo, por conhecer os problemas da cidade, possivelmente, trabalharia para melhorá-la.

No mesmo dia do referido Seminário, foi formada a primeira coordenação colegiada do MOPOCEM representada por dez pessoas e, respectivamente, por

³⁸ Coligação Novo Caminho formada pelos partidos: PRB / PDT / PT / PTB / PMDB / PPS / PHS / PTC / PSB / PRP / PC do B

seus movimentos e instituições³⁹. Infelizmente, por motivo de viagem, não pude participar deste seminário, entretanto, assim que retornei a Brasília, integrei-me ao movimento.

Na primeira reunião ampliada, realizada em 08 de janeiro de 2011, e que participei, foi elaborada a agenda de 2011 para os primeiros seis meses.

No mesmo mês, no dia 12, foi realizada uma audiência com o Administrador de Ceilândia, Aridelson de Almeida, em que o mesmo se disse parceiro do movimento e que faria tudo que tivesse ao seu alcance para atender as solicitações. Ele passou ponto a ponto as propostas apresentadas e disse que algumas, infelizmente não dependiam dele para serem resolvidas, no entanto, não mediria esforços para cumprir com os compromissos que assumisse. Ele também declarou que a participação e a colaboração da população nas propostas, eram de suma importância, por isso a necessidade de uma mudança na cultura de muitos moradores que veem sua própria cidade de forma depreciativa.

No mês seguinte, no dia 5 de fevereiro, foi realizada a plenária da Educação. Nesta reunião, foi levantada, dentre outras, a proposta de se retomar as turmas de alfabetização de jovens, adultos e idosos. O Centro de Educação Paulo Freire – CEPAFRE ficou responsável por ministrar, gratuitamente, um curso de capacitação de alfabetizadores populares.

Embora o curso fosse gratuito e aberto a qualquer pessoa do movimento que se interessasse em fazê-lo, Maria Madalena Tôrres, uma das diretoras do CEPAFRE, informou que para participar do curso seria necessário que os alfabetizadores, enquanto o curso estava sendo organizado, procurassem montar suas turmas com pelo menos quinze educandos, afinal, não se poderia correr o risco de abrir um curso de capacitação, demandar tempo e dedicação para que depois as pessoas não assumissem o seu compromisso.

Por estar engajada no movimento e ser estudante de Pedagogia, fui convidada pela professora Maria Madalena Tôrres a fazer parte da equipe de formação do referido Curso. De início, apesar de lisonjeada, fiquei meio assustada com o convite, pois, não imaginava como poderia ajudar, afinal, nunca tinha tido contato com a

³⁹ Cícero Lima (CODEPLAN), Douglas Protázio (ASCEI), Edmilson de Melo e Lima (CEPAFRE), Kelly Guimarães (CEPAFRE), Marcos Machado (CEPAFRE e SEEDF), Maria Madalena Tôrres (CEPAFRE e GTPA-Fórum EJA/DF), Nelson Moreira Sobrinho (CEPAFRE e SEEDF), Sandra Cordeiro da Silva (CEPAFRE), Terezinha de Camargo e Viridiano Custódio de Brito (ACESO).

educação popular e não me sentia muito segura em relação aos princípios políticos-pedagógicos de Paulo Freire, embora, tivesse contato com essa prática, durante algumas aulas na FE, e nos encontros do projeto 3 e no Portal. Mas é claro que não podia recusar, pois esta era uma oportunidade ímpar para minha formação, afinal seria uma maneira de exercitar o que havia aprendido e de aprender muito mais. Além do mais, estava na hora de devolver à minha comunidade tudo que ela tinha investido na minha formação.

Preocupada com a sustentabilidade financeira do alfabetizador e com a continuidade das turmas de alfabetização, Maria Madalena Tôres levou uma questão para o MOPOCEM. Era necessário que o movimento lutasse junto ao GDF pela garantia de uma bolsa auxílio para o alfabetizador com o valor maior, pois até onde se tinha informação, a mesma oferecida pela Secretaria de Educação do DF era de apenas R\$ 250,00. Um valor, portanto, relativamente baixo, tendo em vista que a maioria dos alfabetizadores não tinha renda fixa e, além disso, muitas vezes, tinham que custear, com recursos próprios, despesas com passagens, lanche/almoço e alguns materiais didáticos.

Com base nisso, o MOPOCEM montou uma comissão e elaborou uma carta reivindicatória, que foi entregue a Secretária de Educação do Distrito Federal, à época Regina Vinhaes, solicitando a complementação de R\$ 250,00 para chegar ao valor de, pelo menos, R\$ 500,00. A mesma recebeu e garantiu que atenderia às reivindicações.

Na mesma época que o curso estava sendo realizado, a coordenação do Curso foi informada de que seria lançado pelo GDF, ainda em 2011, o Programa “DF Alfabetizado: Juntos por uma nova história”, vinculado, pela primeira vez, ao programa do Governo Federal, Brasil Alfabetizado. Ao que se sabia, o edital previa a contratação temporária de alfabetizadores e coordenadores pedagógicos para atuarem, inicialmente nas cidades de Ceilândia, Paranoá e Sobradinho e que os mesmos receberiam uma bolsa no valor de R\$ 250,00 paga pela SEEDF e uma complementação de R\$ 250,00 pelo Brasil Alfabetizado.

Surpreendentemente, no dia do lançamento do Programa DF Alfabetizado, que também foi registrado pela Equipe do Portal dos Fóruns de EJA do Brasil, o GDF não só mencionou a reivindicação do movimento social sobre a complementação quanto se comprometeu em passar o valor de R\$ 500,00 para R\$ 540,00, valor do salário mínimo na época.

Voltando aos relatos das reuniões do MOPOCEM, no dia 12 de março foi realizada a reunião que pautou as reivindicações em relação à saúde. Por motivo de força maior, não pude participar desta. No dia 09 de abril foi a vez da Cultura. Em seguida, foi realizada, em 03 de julho, a reunião sobre o Meio Ambiente e depois a reunião de avaliação no dia 15 de outubro, como foi citada anteriormente. Nesta reunião também foi nomeada a nova coordenação do MOPOCEM⁴⁰.

Claro que entre uma reunião ampliada e outra, outras reuniões eram realizadas entre a coordenação e as pessoas que eram delegadas nas reuniões ampliadas a colocarem em prática as demandas pautadas e deliberadas nas mesmas.

Durante a reunião de avaliação, a coordenação levantou a necessidade de realizar encontros e/seminários de formação para os integrantes, uma vez que, muitos eram recém-chegados ao movimento e outros, mais antigos, precisavam atualizar e adquirir novos conhecimentos. Assumiu-se, então, o desafio de, em praticamente um mês, organizar o I Encontro de Formação do MOPOCEM que fora agendado para o dia 26 de novembro de 2011.

Foi realizado, por conseguinte, no auditório do CEF 11 de Ceilândia, no dia planejado, o I Encontro de Formação do MOPOCEM com os temas: "Movimentos de Libertação na América Latina" e "Atualidade do Pensamento de Paulo Freire no Brasil e América Latina". Como de praxe, o Encontro iniciou-se com as autoapresentações dos participantes levando-se em conta o nome, local de moradia e movimento ao qual pertencia.

Para a mesa de debate, que foi aberta logo após a apresentação do histórico do MOPOCEM realizada por um dos coordenadores, Viridiano Custódio de Brito, além de Maria Madalena Tôrres, coordenadora do MOPOCEM e da mesa, foram convidados dois professores da Universidade de Brasília que apresentaram, respectivamente, os temas citados acima, Roberto Goulart Menezes, professor de Relações Internacionais do Campus de Planaltina da UnB e a Maria Luiza Pinho Pereira, professora da Faculdade de Educação da UnB.

Logo após as exposições, foi realizado um coquetel popular e o Lançamento do livro "A Constituição do Ser Humano: amor-poder-saber na educação/alfabetização

⁴⁰ Coordenação atual do MOPOCEM: Kelly Guimarães (Estudante), Marcos Machado (CEPAFRE e SEEDF), Margarida da Silva (Associação Despertar Sabedoria do Condomínio Sol Nascente), Maria Madalena Tôrres (CEPAFRE e GTPA-Fórum EJA/DF), Marize Rocha (Condomínio Sol Nascente), Nelson Moreira Sobrinho (CEPAFRE e SEEDF) e Viridiano Custódio de Brito (ACESO).

de jovens e adultos”, do autor Renato Hilário dos Reis, professor da Faculdade de Educação da UnB, que fez a distribuição/doação de vários exemplares. Em seguida, voltou-se para o debate e para o encerramento.

Para o dia do Encontro, Maria Madalena Tôres, em nome do GTPA-Fórum EJA/DF, solicitou que eu produzisse, em homenagem ao primeiro ano de vida do MOPOCEM e às pessoas que passaram pela história de Ceilândia, uma videomontagem com fotos do início da Ceilândia, dos primeiros movimentos populares, das reuniões do MOPOCEM e de lugares mais importantes da cidade e que usasse a música Asa Branca, do compositor Luiz Gonzaga, como tema de fundo, uma vez que ela representa a luta dos nordestinos e seus descendentes que saíram de suas terras em busca de algo melhor e que fazem da Ceilândia um pedacinho do nordeste no meio do cerrado.

Produzir esse vídeo, a partir dos conhecimentos que fui adquirindo com meus companheiros da Equipe do Portal, me oportunizou dar mais um salto na minha formação. Não falo apenas da questão técnica, que também pude aprimorar, mas, principalmente, da questão política. Afinal, montar uma linha do tempo entrecruzando pessoas e acontecimentos importantes, procurando dar vida e movimento aos fatos, só é possível quando nos apropriamos da história ou quando fazemos parte dela.

Acompanhar o nascimento e desenvolvimento do MOPOCEM durante esse primeiro ano foi muito importante para fortalecer e criar novos laços durante minha graduação, afinal, assim como aconteceu com meus companheiros da Equipe do Portal, cada vez mais que me envolvia com o movimento social, inevitavelmente, envolvia-me mais com projetos/grupos afins. Neste período, além de estudante, já me encontrava como membro do GTPA-Fórum EJA/DF, da Equipe do Portal dos Fóruns de EJA, dos PEACs PROEJA-Transiarte e Centro de Memória Viva e do MOPOCEM.

Além dos vários projetos que já estava envolvida e da necessidade de produzir este Trabalho de Conclusão de Curso para me formar como Pedagoga, decidi investir no maior projeto da minha vida: ser mãe.

E, graças a Deus, toda a minha gestação foi muito tranquila e em nenhum momento se tornou empecilho para dar continuidade aos compromissos já assumidos. Pelo contrário, gerar o Heitor só alimentava em mim, cada vez mais, a

vontade de continuar trabalhando pela EJAT e lutar, coletivamente, por uma Ceilândia melhor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao praticar esse exercício de reflexão e sistematização das experiências relatadas neste estudo, compreendi que a atuação do pedagogo vai além do trabalho em espaços escolares. Essa constatação, além de quebrar alguns paradigmas sobre a atuação e formação do Pedagogo (a), contribuiu para mudar minha concepção sobre educação e minha perspectiva profissional. Afinal, como disse no início deste trabalho, minha pretensão, desde criança até o dia que ingressei no curso de Pedagogia, era o de atuar em sala de aula, mais especificamente, na Educação Infantil. Hoje, sinto maior afinidade com o trabalho na área da Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores.

Longe de querer colocar em debate quais as modalidades ou sujeitos são mais ou menos importantes. Reforço apenas que o Pedagogo, independente das escolhas e da trajetória educativa percorrida, tem que estar preocupado com a mediação na formação dos sujeitos de saberes considerando suas especificidades, experiências e espaços educativos, formais ou não formais. Sendo assim o pedagogo tem de considerar que todo processo educativo é feito de troca de conhecimentos, afinal, como diz nosso grande mestre Paulo Freire (1987, p. 13) "Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo".

PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS FUTURAS

Considerando que sou uma pedagoga/pesquisadora/militante em formação, num primeiro momento pretendo continuar meus estudos e pesquisas, mestrado e doutorado, na área da Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores e aprimorar meus conhecimentos sobre as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) a serviço do coletivo.

Pretendo também dar continuidade ao trabalho que venho exercendo nos projetos dos quais participo na Faculdade de Educação: Portal dos Fóruns de EJA do Brasil e Centro de Memória Viva – Documentação e Referência em Educação Popular, Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores (EJAT) e Movimentos Sociais do DF e de continuar minha luta junto ao Centro de Educação Paulo Freire de Ceilândia – CEPAFRE e no Movimento Popular por uma Ceilândia - MOPOCEM.

REFERÊNCIAS

A CONSTRUÇÃO COLETIVA. In: CNBB. SETOR PASTORAL SOCIAL. Brasil: Alternativas e Protagonistas. - Consulta Popular: Vozes, 1999. Disponível em: <<http://forumeja.org.br/construcao coletiva>>. Acesso em 19 jul. 2012

ALENCAR, Anderson Fernandes de. O Pensamento de Paulo Freire sobre a tecnologia: traçando novas perspectivas. Artigo apresentado no V Colóquio Internacional Paulo Freire – Recife, 19 a 22 de setembro de 2005.

AMMANN, Safira Bezerra. Os incansáveis – Movimento Popular de Brasília. Brasília. Cortez Editora, 1987.

ANGELIM, M. L. P. Educar é descobrir – um estudo observacional exploratório. Brasília. Universidade de Brasília. (Dissertação de mestrado), 1988.

BARBIER, René. A pesquisa-ação. Tradução de Lucie Didio. Brasília: Liber Livro Editora, 2004.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2012.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Documento Nacional Preparatório à VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (VI CONFINTEA) / Ministério da Educação (MEC). – Brasília: MEC; Goiânia: FUNAPE/UFG, 2009.

CARNEIRO, Fernando & FLEISCHER, Soraya. Um relato do projeto de extensão “construindo ambientes saudáveis”: entendendo as diferentes casas que nos abrigam. Revista Eletrônica Tempus. Actas em Saúde Coletiva, vol. 4, n. 4, p. 149-157, 2009. Disponível em: <http://www.tempus.unb.br/index.php/tempus/article/download/754/766>. Acesso em: 19 jul. 2012.

CASTELLS, Manuel. A Galáxia da Internet – Reflexões sobre a Internet, os Negócios e a Sociedade. Rio de Janeiro. Zahar, 2003.

COSTA, Valéria Nunes. A Constituição dos Sujeitos na Educação de Jovens e Adultos: O Poder, Saber e Sentir em uma Escola Pública de Ceilândia – D.F. Universidade de Brasília (dissertação de mestrado). Brasília, 2006.

CUNHA, Meire Cristina. Aprender e Ensinar em Diferentes Ambientes: O Portal dos Fóruns de EJA do Brasil como Espaço de Formação. Universidade de Brasília (trabalho de conclusão de curso de graduação em Pedagogia). Brasília, 2011.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo, Paz e Terra, 1996.

_____. Pedagogia do Oprimido. 17ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____. Ação Cultural para a liberdade. 5ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1981.

FONSECA, Mônica Padilha. O movimento estudantil como espaço dialógico. Universidade de Brasília (trabalho de conclusão de curso de graduação em Pedagogia). Brasília, 2008.

GADOTTI, Moacyr (Org.). Paulo Freire: uma biobibliografia. Editora Cortez, São Paulo, 1996.

GOHN, Maria da Glória. 500 anos de lutas sociais no Brasil: Movimentos Sociais, ONG's e Terceiro Setor. Revista Mediações, Londrina. Vol. 5 nº 1, p. 11-40. jan/jun. 2000.

_____. Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Civas no Brasil Contemporâneo. Editora Vozes, 2ª Ed. Petrópolis/RJ, 2010.

_____. Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo, SP. Edições Loyola, 1997. Capítulo II, III E IV.

GOUVÊIA, Luiz Alberto. A capital do controle e da segregação social. In: A Conquista da Cidade: movimentos populares em Brasília. Org. PAVIANI, Aldo. Editora UnB, Brasília, 2010.

GTPA-FORUMEJA/DF. Documento final de construção coletiva aprovado em plenária no XXI Encontro Distrital de EJAT do DF [Jun. 2012]. Disponível em: <<http://forumeja.org.br/df/sites/forumeja.org.br.df/files/doc.xxiejat.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2012.

GUERRA, Marcos. Angicos: uma experiência política [dez. 2005]. Entrevistador: Paolo Vittoria. Natal: [s.n.], 2005. Entrevista sobre a experiência de 40 horas em Angicos (1962) desenvolvida com sistema de alfabetização de Paulo Freire. Disponível em <<http://forumeja.org.br/videos.angicos>>. Acesso em: 19 jul. 2012

HOUAISS, Antonio. Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa 2.0a. Direção geral de José Jardim de Barros Jr. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007. CD-ROM.

KUBITSCHEK, Juscelino. Porque construí Brasília. Conselho Editorial do Senado Federal, Brasília 2000. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/1039/15/573889.pdf>>. Acesso em 19 jul. 2012

LEAL, Maria Cristina. As alterações sofridas pelos conceitos de cultura popular e educação popular ao longo da história brasileira: do Império à República. Rio de Janeiro, 1985.

LEMES, Julieta Borges. O PROEJA TRANSIARTE na Educação de Jovens e Adultos do Centro de Ensino Médio 03 e na Educação Profissional do Centro de Educação Profissional de Ceilândia: significações e indicações de estudantes à elaboração de um itinerário formativo. Universidade de Brasília (dissertação de mestrado). Brasília, 2012.

LOPES, Claudivan S.; PONTUSCHKA, Nídia N. Estudo do meio: teoria e prática. Revista Geografia (Londrina) v. 18, n. 2, p. 173-191, 2009.

MACHADO, Maria Salete Kern & SOUSA, Nair Heloisa Bicalho de. Ceilândia: Mapa da Cidadania – Em rede na defesa dos direitos humanos e na formação do novo profissional do direito. Brasília, UnB, 2001.

NEVES, Ezequiel Antônio Rezende Pereira. Novas trilhas: o papel das vivências na formação do Educador atual. Universidade de Brasília (trabalho de conclusão de curso de graduação em Pedagogia). Brasília, 2009.

NOTAS biográficas sobre Óscar Jara. [S.l.: s.n.], [20--] Disponível em: <http://intranet.ucodep.org/educiglo/index.php?option=com_content&task=view&id=94&Itemid=1&lang=pt>. Acesso em: 19 jul. 2012

PAVINI, Aldo. A construção injusta do espaço urbano. In: A Conquista da Cidade: movimentos populares em Brasília. Org. PAVIANI, Aldo. Editora UnB, Brasília, 2010.

PDAD - PESQUISA DISTRITAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS, 2010/2011. Disponível em <<http://www.codeplan.df.gov.br/sites/200/216/00000472.pdf>>. Acesso em 19 jul. 2012

PEDROSO, Ana Paula Ferreira. Informação e prática pedagógica: possibilidades e desafios no contexto da EJA. Universidade Federal de Minas Gerais (dissertação de mestrado). Belo Horizonte, 2008.

PONTEIRO, Mayra. Sala do Portal dos Fóruns de EJA do Brasil. 2012. Colagem de fotos.

PROJETO CMVEJA/DF. Centros de Referência, 2011. Disponível em <<http://forumeja.org.br/cr/node/100>>. Acesso em 5 de dez. 2011.

REIS, Renato Hilário. A constituição do sujeito político, epistemológico e amoroso na alfabetização de jovens e adultos. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Campinas: Universidade de Campinas, 2000.

RELATÓRIO-SÍNTESE do GTPA – Fórum EJA/DF ao XI ENEJA, [Ago. 2008]. Documento subsidiador à participação de 20 delegados representantes do GTPA – FÓRUM EJA/DF no XI Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos, Belém/PA, 17 a 20/09/2009. Disponível em: <http://forumeja.org.br/df/files/DOCdf_%20X_I%20ENEJA.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2012.

RELATÓRIO DO I SEMINÁRIO DO MOPOCEM: A Ceilândia que queremos. [Dez. 2010]. Disponível em: <http://forumeja.org.br/df/sites/forumeja.org.br/df/files/seminarioceilandiapopular.PDF> Acesso em: 24 mai. 2012.

REZENDE, Mara. Movimento de Moradores: a experiência dos inquilinos de Ceilândia. In: A Conquista da Cidade: movimentos populares em Brasília. Org. PAVIANI, Aldo. Editora UnB, Brasília, 2010.

RIGO, Francielle. Entre o capital e a solidariedade: Teoria do Capital Humano e Economia Solidária na Educação de Jovens e Adultos. Universidade de Brasília. (trabalho de conclusão de curso de graduação em Pedagogia). Brasília, 2011.

RODRIGUES, Dorisdei Valente. O projeto PROEJA/Transiarte: uma experiência de pesquisa-ação em ciberarte. 2009. 127 f., il. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SILVA, Andreia Soares *et all*. Manual de aprendizagem do Portal dos Fóruns de Educação de Jovens e Adultos do Brasil versão 6.0. Universidade de Brasília – Faculdade de Educação, Brasília, 2012. Disponível em: http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/manual_6.0_2012_completo.pdf. Acesso em 24 mai. 2011.

SOUZA, João Felipe. Ensaio sobre a consciência coletiva - ambientes virtuais e vivências diretas. Universidade de Brasília (trabalho de conclusão de curso de graduação em Pedagogia). Brasília, 2009.

TELES, Lúcio França. Transiarte na produção artística do ciberespaço. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.fe.unb.br/pos-graduacao/arquivos/transiarte.pdf>>. Acesso em: 24 mai. 2011.

_____. et al. Proeja Transiarte – construindo novos sentidos para a educação de jovens e adultos trabalhadores. Brasília, Editora Verbena, 2012. (No prelo)

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. CONSELHO UNIVERSITÁRIO. Resolução do Conselho Universitário da UnB nº 003/87. Disponível em: <<http://www.unb.br/administracao/ceri/outorga.php>>. Acesso em: 24 mai. 2012.

_____. Projeto do Curso de Extensão em Gestão Social de Políticas Educacionais em EJA. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/Projeto%20do%20Curso.pdf>>. Acesso em: 24 mai. 2012.

VENTURA, Jaqueline. Educação de Jovens e Adultos no Brasil: revendo alguns marcos históricos. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://www.uff.br/ejatrabalhadores/artigo-01.htm>>. Acesso em 20 de mar. 2012.

VIVÊNCIA Integrativa do Río Abierto. Vídeo do Primeiro Encontro Presencial do Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania, com ênfase em EJA. Brasília: Portal dos Fóruns de EJA do Brasil, 2009. 4 dispositivos, color. Disponível em: <<http://forumeja.org.br/node/2066>>. Acesso em 19 jul. 2012

ZIM, Aline Stefânia. Arte, educação e narrativa no PROEJA-Transiarte: ensaios e fragmentos. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Brasília: Universidade de Brasília, 2010.

SITES/SÍTIOS:

Associações e entidades comunitárias Ceilândia:
http://www.ceilandia.df.gov.br/005/00502001.asp?ttcd_chave=4109. Acesso em 19 jul.

Blog do Protázio: <http://www.blogdoprotazio.com.br>. Acesso em 12 jul. 2012

Calaméo: www.calameo.com Acesso em 02 out. 2012.

Faculdade de Educação da Universidade de Brasília: www.fe.unb.br Acesso em 19 jul. 2012

GTPA-Fórum EJA/DF: www.forumeja.org.br/df Acesso em 19 jul. 2012

Portal da Ceilândia/DF: www.ceilandia.df.gov.br Acesso em 19 jul. 2012

Portal da Universidade de Brasília: www.unb.br. Acesso em 12 jul. 2012

Portal dos Fóruns de EJA do Brasil: www.forumeja.org.br/brasil Acesso em 19 jul. 2012.